



**UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA**

---

**GERALDO BATISTA MARTINS**

**PRODUÇÃO FAMILIAR E CRÉDITO RURAL  
EM IBIPORÃ - PR**

---

Londrina  
2006

**GERALDO BATISTA MARTINS**

**PRODUÇÃO FAMILIAR E CRÉDITO RURAL  
EM IBIPORÃ - PR**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ruth Youko Tsukamoto

Londrina  
2006

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da  
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

M386p Martins, Geraldo Batista.  
Produção familiar e crédito rural em Ibiporã - PR / Geraldo  
Batista Martins. – Londrina, 2006.  
162f. ; il.

Orientador : Ruth Youko Tsukamoto.  
Dissertação (Mestrado em Geografia Meio Ambiente e  
Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, 2006.  
Bibliografia: f. 14-148.

1. Geografia agrícola – Teses. 2. Produção familiar – Geografia  
agrícola – Teses. 3. Crédito rural – Geografia agrícola – Teses.  
I. Tsukamoto, Ruth Youko. II. Universidade Estadual de Londrina.  
III. Título.

CDU 911.3::631

**GERALDO BATISTA MARTINS**

**PRODUÇÃO FAMILIAR E CRÉDITO RURAL  
EM IBIPORÃ - PR**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ruth Youko Tsukamoto.  
Universidade Estadual de Londrina

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alice Yatiyo Asari  
Universidade Estadual de Londrina

---

Prof. Dr. Oswaldo Calzavara  
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 06 de outubro de 2006

## AGRADECIMENTOS

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ruth Youko Tsukamoto, orientadora, coerente, solidária e sincera. O trilhar do seu ofício científico, reflete uma fonte prazerosa de aprendizagem e compromisso social.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alice Yatiyo Asari e ao Prof. Dr. Oswaldo Calzavara pela disponibilidade e dedicação na crítica construtiva deste trabalho e pela sensibilidade da relação pessoal.

À Solange e ao Igor, pelo amor que construímos a cada dia.

À toda minha família, pelo carinho, respeito, fortaleza, confiança e pelo significado especial que todos despertam no meu coração.

Ao Paulo Guilherme, pela história que construímos juntos.

À Marinilza, Denise, Vera, Parrera, Alejandra, Alexandre, Valéria e a Oswaldo (gordo) pela amizade, alegrias e sonhos que compartilhamos em cada encontro.

Aos professores e funcionários do Mestrado e da graduação em Geografia, pela acolhida e pelas relações desenvolvidas.

Aos amigos do curso, cujo convívio possibilitou o enraizamento de laços de afetividade. As relações estabelecidas facilitaram a transposição de barreiras e tornou mais agradável a caminhada.

Aos amigos, Koite, Eurika, Marisa, Maria, Mauro, símbolos do desenvolvimento comunitário em Ibiporã e dos melhores sentimentos do homem do campo.

Aos amigos de trabalho, Jacir, Márcio, Ademir, Clóvis, Rubens, Solano, Bira, Dito, Joaquim, Eloi, Osmair, Ronaldo, João Lucas, Osmar, Geovani, Estevão e José Roberto, que acompanharam minha trajetória acadêmica. Seus apoios, sentimentos e energias fortaleceram minha caminhada.

Ao Jair pela contribuição na língua inglesa.

Aos produtores familiares de Ibiporã que conhecemos neste trabalho e aos outros que já tínhamos relações, sujeitos sociais, que com ternura e força fazem brotar a vida da terra. A minha gratidão pelo prazer dos encontros e de tê-los como amigos.

MARTINS, Geraldo Batista. **Busca de informação:** produção familiar e crédito rural. 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2006.

## RESUMO

Estuda-se a produção familiar, e suas relações com o crédito rural, fundamentado em revisão bibliográfica e na realidade da região de abrangência das comunidades: Abóboras, Boa Esperança, Fartura, Guarani e Três Figueiras, em Ibiporã no Norte do Paraná. É uma pesquisa qualitativa fundamentada em entrevistas com 29 produtores familiares, de um conjunto de 190, que compõe 80% do total de estabelecimentos das comunidades. Identifica-se a produção familiar, onde gestão, trabalho, meios de produção e terra, mantém com a família vínculos estreitos e o assalariamento é secundário. Registra-se no território pesquisado, a predominância da atividade cafeeira até meados da década de 1970, possibilitando o estabelecimento de muitos produtores familiares. O café, de produção artesanal, ciclo vegetativo perene, demandador de grande quantidade de mão-de-obra, é substituído pela soja, uma monocultura de ciclo sazonal, cultivo mecanizado, que diminui as ocupações agrícolas, a demanda por força de trabalho e o número de estabelecimentos. A oleaginosa se torna a principal cultura, atingindo a maioria dos produtores familiares. Diferente da cafeicultura, cujo sistema de produção possibilita melhor aproveitamento e enriquecimento dos recursos internos aos estabelecimentos, a soja demanda intenso uso de insumos agrícolas, exigindo a cada novo ciclo, a necessidade de reposição de sementes, fertilizantes, agrotóxicos, combustível, além de inversões eventuais em máquinas, benfeitorias e outras tecnologias. Aumenta-se a necessidade de adiantamento de capital, financiado pelo crédito rural. Os produtores tornam-se consumidores de produtos industrializados e fornecedores de matéria prima e a agricultura, dependente e subordinada à indústria e aos bancos. O Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR viabiliza a modernização da agricultura, financiando a adoção da base técnica, e garantindo um mercado permanente para os complexos agroindustriais, a montante e a jusante das unidades de produção agrícola. Entre os entrevistados registra-se as seguintes estatísticas: 69% são sojicultores, e a cultura ocupa 67,5% destes estabelecimentos; 48,3% dos produtores são usuários do crédito rural; e 41,4% utilizam financiamentos para o custeio da soja. Os rendeiros, os parceiros e os produtores menos estruturados, não acessam estes créditos, e buscam os recursos para a produção na iniciativa privada. Os dados revelam a concentração dos financiamentos para a produção da commodity, e o caráter seletivo do crédito rural, refletindo a diferenciação interna destes produtores. Verifica-se também, uma maior variedade de produção nos 32,5% de área remanescente não ocupada pela soja, destacando-se milho, trigo, café, olericultura, fruticultura, avicultura entre outras produções, comerciais, de subsistência e de preservação ambiental, não apoiadas pelo crédito rural, revelando o potencial e a resistência destas unidades de produção.

**Palavras-chaves:** Produção familiar. Crédito rural. Modernização da agricultura. Dependência da agricultura. Diferenciação interna.

MARTINS, Geraldo Batista. **Information search:** family production and rural credit. 2006. 162 f. Dissertation (Master's degree in Geography, Environment and Development) – Londrina State University. Londrina, 2006.

## ABSTRACT

Family production is studied, and its connections with rural credit, based on bibliographical examination, and the reality of the communities in the including region: Abóboras, Boa Esperança, Fatura, Guaraní and Três Figueiras, in Ibiporã in the North of Paraná State. In a qualitative research based on interviews with 29 family producers, from a group of 190, that forms 80% of the establishments of the communities. Family production is identified, where administration, work, production means and land keep, close links to the family, and if there is payment of salary, it is secondary. It is recorded in the researched land, the predominance of coffee growing activity until the middle of the 1970 decade, making possible the settlement of many family producers. Coffee, artisanal production, with a perennial vegetative cycle, which demanded a large quantity of hand labor, is changed by soybean, a seasonal cycle monoculture, mechanized cultivation, what lessens the agricultural occupations, the work force demand, and, number of settlements. Oleaginous plants become the main culture for the majority of family producers. Different from coffee growing, where the production system makes possible better utilization and enrichment of the internal resources for the establishments, soy demands an intense use of synthetic and biological agricultural, supplements from industrial origin, requiring in each new cycle, the replacement necessity of seeds, fertilizers, poisons, fuel, besides eventual inversions on machinery, improvements and other technologies. The necessity of money anticipation expands, financed by rural credit. Producers become consumers of industrialized products, and suppliers of raw materials, and agriculture is dependent and subject to industry and banks. The National Rural Credit System – SNCR makes possible the agriculture modernization, financing the technical base adoption, and warrants a permanent market to the agricultural industrial complexes, the amount and reflux of the agricultural production units. Among the people who were interviewed, the following statistics are recorded: 69% are soya planters, and the culture occupies 67,5% of those establishments; 48,3% of producers are rural credit users; and, 41,4% use financings to soy expenditures. The renters, copartners and less structured producers, can't access those credits, so they fetch the resources to production from private suppliers. The data reveals the financing concentration to production of commodity, and selective feature of rural credit, reflecting the internal differentiation of these producers. One verifies as well, the productive diversification on the 32,5% remaining areas not occupied by soybean plantation, standing out corn, wheat, coffee, olericulture, fruit growing, poultry rising among other productions, commercial, subsistence, and of environment preservation, not supported by rural credit, revealing the potential and resistance of these production units.

**Keywords:** Family production. Rural credit. Agriculture modernization. Agriculture dependence. Internal differentiation.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b>	– Evolução da população urbana e rural de Ibiporã (1950 a 2000) .....	50
<b>Tabela 02</b>	– Nº. de estabelecimentos agropecuários de Ibiporã .....	52
<b>Tabela 03</b>	– Área dos estabelecimentos agropecuários de Ibiporã .....	52
<b>Tabela 04</b>	– Proporção de estabelecimentos por categoria em Ibiporã (em %). ....	55
<b>Tabela 05</b>	– Proporção da área ocupada pelas categorias de produtores em Ibiporã (em %). .....	55
<b>Tabela 06</b>	– Tipos de usos do solo: nº. de produtores e participação proporcional .....	58
<b>Tabela 07</b>	– Tipos de usos do solo: área e participação proporcional .....	59
<b>Tabela 08</b>	– Principais culturas: área e participação no total destes cultivos .....	61
<b>Tabela 09</b>	– Composição da força de trabalho familiar dos produtores .....	67
<b>Tabela 10</b>	– Período de início das erradicações de café .....	76
<b>Tabela 11</b>	– Evolução das categorias entre os produtores entrevistados.....	80
<b>Tabela 12</b>	– Áreas dos estabelecimentos pesquisados .....	81
<b>Tabela 13</b>	– Número de estabelecimentos e área por categoria .....	81
<b>Tabela 14</b>	– Principais atividades dos produtores familiares proprietários .....	82
<b>Tabela 15</b>	– Principais cultivos comerciais dos produtores.....	83
<b>Tabela 16</b>	– Uso do solo: cobertura vegetal, tipos de cultura e área ocupada .....	87
<b>Tabela 17</b>	– Produtores e áreas de soja por categoria .....	89
<b>Tabela 18</b>	– Produtores e superfície de soja por estrato de área .....	89
<b>Tabela 19</b>	– Principais máquinas de posse dos produtores.....	101
<b>Tabela 20</b>	– Usuários do crédito rural conforme o grupo do PRONAF .....	109
<b>Tabela 21</b>	– Recursos do crédito rural: participação dos grupos do PRONAF (%) ..	110
<b>Tabela 22</b>	– Participação dos produtores no crédito rural conforme a categoria .....	111
<b>Tabela 23</b>	– Recursos do crédito rural: participação das categorias (%).....	111
<b>Tabela 24</b>	– Crédito rural: participação conforme a área dos estabelecimentos .....	112
<b>Tabela 25</b>	– Recursos do crédito rural: participação conforme as áreas (%) .....	113
<b>Tabela 26</b>	– Participação dos produtores nos programas estaduais .....	114
<b>Tabela 27</b>	– Os financiamentos obtidos: valores e finalidades .....	119
<b>Tabela 28</b>	– Áreas plantadas e financiadas do sistema de produção de grãos.....	125
<b>Tabela 29</b>	– Crédito rural: valores financiados e juros pagos pelos produtores.....	126
<b>Tabela 30</b>	– Limite de crédito do PRONAF e necessidades de financiamento .....	128

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> – Grupos/estratos de produtores familiares no Brasil (FAO/INCRA, 1994) .....	33
<b>Quadro 02</b> – Critérios de enquadramento nos grupos do PRONAF .....	38
<b>Quadro 03</b> – Linhas de crédito de investimento dos grupos do PRONAF .....	40
<b>Quadro 04</b> – Linhas de crédito de custeio dos grupos do PRONAF .....	41
<b>Quadro 05</b> – Outras linhas de crédito especiais do PRONAF .....	44
<b>Quadro 06</b> – Outras explorações comerciais dos sojicultores .....	90
<b>Quadro 07</b> – Crédito rural: usuários e não usuários – perfil geral .....	107
<b>Quadro 08</b> – Financiamentos para investimento a partir de 1999 .....	120
<b>Quadro 09</b> – Destino do crédito rural-investimento (período recente e remoto) .....	121

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES (FOTOGRAFIAS E MAPAS)

<b>Foto 1</b> – Sede comunitária do Guaraní .....	72
<b>Foto 2</b> – Sede comunitária da Boa Esperança .....	72
<b>Foto 3</b> – Sede comunitária da Abóboras .....	73
<b>Foto 4</b> – Escola da comunidade Boa Esperança .....	74
<b>Foto 5</b> – Escola da comunidade Abóboras .....	74
<b>Foto 6</b> – Vista aérea da região pesquisada .....	78
<b>Foto 7</b> – Cultivo consorciado de café e feijão .....	92
<b>Foto 8</b> – Lavoura nova de café, com palhada de milho entre as linhas .....	92
<b>Foto 9</b> – Café de um parceiro sendo revirado no terreirão para secagem .....	92
<b>Foto 10</b> – Cultivo irrigado de couve brócole .....	93
<b>Foto 11</b> – Cultivo de chuchu escorado em espaldeira .....	96
<b>Foto 12</b> – Barracão avícola .....	98
<b>Foto 13</b> – Produção de subsistência .....	100
<b>Mapa 1</b> – Localização do Município de Ibiporã no Paraná .....	49
<b>Mapa 2</b> – Distribuição dos produtores entrevistados na área da pesquisa .....	66
<b>Mapa 3</b> – Abrangência da pesquisa e localização das sedes comunitárias .....	70

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 PRODUÇÃO FAMILIAR NA AGRICULTURA</b> .....	15
2.1 CONSIDERAÇÃO SOBRE A PRODUÇÃO FAMILIAR.....	15
2.2 RESISTÊNCIA DA PRODUÇÃO FAMILIAR .....	18
2.3 PRODUÇÃO FAMILIAR E A EVOLUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO .....	22
<b>3 CRÉDITO RURAL E PRODUÇÃO FAMILIAR: O PRONAF</b> .....	26
3.1 CRÉDITO RURAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA .....	26
3.2 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR— PRONAF .....	31
3.2.1 Formação e Evolução do PRONAF .....	31
3.2.2 A Estrutura do PRONAF .....	34
3.2.3 O PRONAF Crédito Rural.....	36
<b>4 O MUNICÍPIO E O QUADRO AGRÁRIO</b> .....	45
4.1 BREVES NOTAS HISTÓRICAS.....	45
4.2 O QUADRO AGRÁRIO DE IBIPORÃ .....	48
4.2.1 Estrutura Fundiária: Evolução de 1970 a 1995/1996 .....	51
4.2.2 Uso do Solo e Produção agrícola.....	57
<b>5 PRODUÇÃO FAMILIAR NAS COMUNIDADES ABÓBORAS, BOA ESPERANÇA, FARTURA, GUARANÍ E TRÊS FIGUEIRAS</b> .....	65
5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: BREVES CONSIDERAÇÕES .....	65
5.2 As COMUNIDADES RURAIS PESQUISADAS .....	69
5.3 DO CAFÉ PARA A SOJA .....	75
5.4 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E CATEGORIAS DOS PRODUTORES .....	79
5.5 A PRODUÇÃO AGRÍCOLA .....	86
5.6 AS MÁQUINAS NA AGRICULTURA .....	100

<b>6 CRÉDITO RURAL NAS COMUNIDADES PESQUISADAS</b> .....	103
6.1 Pressupostos e Considerações Necessárias .....	103
6.2 DIFERENCIAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR E SELETIVIDADE DO CRÉDITO RURAL .....	106
6.3 CRÉDITO RURAL: OS FINANCIAMENTOS E OS FINANCIADORES .....	115
6.4 CRÉDITO RURAL E O SISTEMA DE PRODUÇÃO DE GRÃOS .....	124
6.5 CRÉDITO RURAL: LIMITAÇÕES NO ACESSO.....	129
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	138
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	144
<b>ANEXO</b> .....	149
Modelo do Questionário Aplicado.....	150

## 1 INTRODUÇÃO

A civilização humana iniciou sua trajetória no século XXI carregando as profundas marcas cunhadas nos territórios, desenvolvidas em um processo muito rápido de transformações, viabilizado pelo desenvolvimento científico, tecnológico, e a divisão social do trabalho, provocando a revolução industrial, e uma grande capacidade de produzir.

A industrialização e a modernização da agricultura se desenvolveu, e a produção sob o regime de trabalho familiar continuou presente na realidade agrária de países desenvolvidos e sub-desenvolvidos, adaptando-se às condições e realidades do mercado capitalista, cumprindo papéis relevantes nestas sociedades.

A presença da produção familiar em todos os continentes não implica em uma homogeneidade nas características dos agricultores familiares. No entanto, estes estabelecimentos são identificados, pelas relações sociais de produção estabelecidas no interior da família, não ocorrendo a prática do assalariamento, característica da produção capitalista.

A noção da agricultura familiar, segundo Ferreira (2002) apresenta grandes vantagens pela sua amplitude e flexibilidade, excluindo apenas a organização produtiva baseada no trabalho assalariado da “agricultura patronal”<sup>1</sup>.

No Brasil, a produção organizada sob o regime de trabalho familiar está presente em todo o território brasileiro, sendo reconhecida como portadora de um papel social, econômico e ambiental importante. Ela congrega, heterogeneamente, 84% dos estabelecimentos agropecuários, dois terços dos postos de trabalho rural, 38% do valor bruto da produção agropecuária nacional, mais de 50% da produção dos principais alimentos básicos, participação significativa nas exportações brasileiras, além de vários outros aspectos não menos significativos. A produção familiar apresenta ainda maior eficiência produtiva por unidade de área (MDA/SAF, 2004).

Conforme Martine (1991), mesmo contando com um processo tecnológico mais precário, a pequena produção faz uso mais intensivo de todos os

---

<sup>1</sup> A expressão agricultura patronal foi conceitualmente desenvolvida por José Eli da Veiga, e foi reconhecida pelos estudos que vêm sendo desenvolvido no âmbito do Projeto de Pesquisa FAO / INCRA/ (FERREIRA, 2002).

fatores disponíveis, aproveitando melhor a terra, empregando mais mão-de-obra e produzindo um maior volume por hectare em relação aos grandes produtores, justificando o seu valor social.

A vitalidade e a resistência de continuar se reproduzindo, bem como a centralidade da política de crédito rural na modernização da agricultura, justificam o presente estudo sobre produção familiar e crédito rural.

Na região Sul do Brasil, a agricultura familiar se constitui em uma forte e diversificada forma de organização da produção, integrada aos circuitos mercadológicos e aos complexos agroindustriais. No Norte do Paraná, estes estabelecimentos agropecuários se incorporaram à produção para a exportação da “commodity” de café, e posteriormente, de soja, inserindo-se na modernização da agricultura.

Para a investigação empírica, adotou-se a região abrangida pelas comunidades Abóboras, Boa Esperança, Fatura, Guarani e Três Figueiras, localizadas no município de Ibitiporã, região Norte do Paraná.

A escolha do local foi motivada principalmente pelo conhecimento prévio da existência de significativo número de estabelecimentos agropecuários organizados sob o regime familiar de produção, e também, na suposição de que o crédito rural está presente na realidade dos produtores destas comunidades, já que a modernização da agricultura se estabeleceu com grande intensidade nestes locais.

Os produtores familiares entrevistados neste trabalho compõem uma geração de agricultores que experimentou o ciclo cafeeiro ocorrido na região, migrando para a soja nos últimos 30 anos.

Com as erradicações de café e migração para a produção de soja a dependência externa aumenta. A cada nova safra de soja, ou das safras de inverno a ela associada (trigo ou milho safrinha), o produtor necessita de novas sementes, adubos formulados, corretivos, agrotóxicos, derivados do petróleo, entre outros. A necessidade de reposição destes insumos acrescidos das inversões eventuais em máquinas, benfeitorias e outras tecnologias, aumenta o custo de produção.

O crédito rural se torna um instrumento central, e passa a ser regularmente adotado pela maioria dos produtores familiares sojicultores.

Objetiva-se neste trabalho analisar os significados das políticas de crédito rural para os produtores familiares das comunidades pesquisadas. Busca-se identificar o papel e a importância dos financiamentos para os agricultores familiares,

bem como as condições de acesso a este instrumento da política agrícola, particularmente com a constituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O trabalho investiga a existência de correlações entre o uso do crédito rural e as diferenciações internas dos agricultores. Procura também identificar os destinos dos recursos liberados nos financiamentos, os perfis produtivos financiados e as modalidades de linhas de crédito adotadas. Objetiva-se ainda analisar o quadro agrário de Ibiporã e dos produtores entrevistados.

Espera-se entender e contribuir com o debate e amadurecimento da produção sob regime de trabalho familiar e dos seus rumos, sob a ótica da política de crédito rural, do contexto de um modelo produtivo centrado na produção de soja, cuja eficiência mercantil demanda altas somas de capital, pouca força de trabalho e escalas de produção relativamente elevadas fatores desfavoráveis aos pequenos produtores parcelares.

Para o desenvolvimento da pesquisa estabeleceu-se, por um lado, a revisão bibliográfica sobre a temática, para conferir consistência teórica ao estudo, e por outro, a identificação e análise das manifestações presentes na realidade dos produtores familiares.

A amostragem qualitativa com 29 produtores em regime de trabalho familiar<sup>2</sup> representa, aproximadamente, proporções semelhantes de algumas características da produção familiar presente no município, como: as categorias; áreas dos produtores; as principais expressões produtivas (soja, trigo, milho, hortifruticultura, avicultura, suinocultura, bovinocultura e produção de subsistência).

A coleta de dados da pesquisa empírica foi realizada através de um questionário padrão com o responsável pela direção do estabelecimento, aplicado durante os meses de outubro a dezembro de 2005.

Para a determinação da área de abrangência da pesquisa, adotou-se como critério, os limites estabelecidos pelos Projetos de Manejo e Conservação do Solo e Controle da Poluição das Microbacias Hidrográficas “Boa Esperança”, “Abóboras” e “Jacutinga” formulados pela Emater do município de Ibiporã, nos anos de 2001, 2002 e 2003. Este critério foi adotado, pois a abrangência das comunidades, aproximadamente, coincide com os limites determinados nos projetos.

---

<sup>2</sup> A amostra foi projetada inicialmente com 30 produtores, mas no desenvolvimento da pesquisa uma unidade amostral foi descartada porque o questionário foi precariamente preenchido.

Convencionou-se desta forma, que a área da pesquisa e das comunidades é de 9.068,31 hectares, conformando quase 1/3 da área total do município de Ibiporã. Segundo essa mesma fonte, essas microbacias contam com 297 proprietários. A amostra com os produtores familiares representa 735 hectares, correspondente a 8,1% da área total das comunidades, e aproximadamente, 10% do total de proprietários.

Considerando a proporção de 82,5% dos estabelecimentos com áreas de até 50 hectares, no município de Ibiporã, considera-se que este público deve representar a base predominante da amostra.

Em relação à representação das categorias dos produtores, adotou-se proporções semelhantes às incidentes no município de Ibiporã para proprietários, arrendatários e parceiros, que é respectivamente de 70,4%, 14,1% e, 11,8% (IBGE, 1995/1996). Nesta mesma ordem, a amostra representa, 65,6%, 20,7% e 13,8%, para as mesmas categorias. Os ocupantes presentes em Ibiporã são pouco significativos, por isto não foram considerados.

Este trabalho está organizado em cinco capítulos. O referencial teórico da produção familiar é abordado no primeiro capítulo. Levanta-se algumas noções sobre a produção familiar, procurando contextualizar o processo de resistência e de capacidade da produção familiar no desenvolvimento industrial.

No segundo capítulo desenvolve-se a interpretação teórica do significado do crédito rural na modernização da agricultura e a apresentação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O contexto da realidade agrária municipal é abordado no terceiro capítulo. Utilizou-se dados dos Censos Agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 para interpretar a evolução do quadro agrário municipal.

A base de dados empíricos da produção familiar é apresentada no quarto capítulo. Analisam-se as características da produção familiar em comunidades rurais de Ibiporã.

No quinto capítulo, a análise da base de dados empíricos é feita sob o enfoque do crédito rural. Constata-se que o uso do crédito na região se concentra na produção de soja e nas culturas de inverno a ela associada (trigo e milho safrinha), e é adotada pela maioria dos sojicultores. Identifica-se uma variedade de cultivos (policultivos) não incorporados à dinâmica do uso do crédito rural, que se apresentam importantes, particularmente, em relação à ocupação de mão-de-obra, à menor dependência externa e ao equilíbrio financeiro da família e da produção.

## **2 PRODUÇÃO FAMILIAR NA AGRICULTURA**

### **2.1 CONSIDERAÇÃO SOBRE A PRODUÇÃO FAMILIAR**

O debate sobre a agricultura familiar ganhou projeção nas duas últimas décadas, continuando presente na ordem do dia, dos movimentos sociais, das instituições e dos intelectuais. As evidências sociais, econômicas e ambientais da agricultura desenvolvida sob o regime de trabalho familiar e sua presença na maioria dos países centrais e periféricos, têm comprovado a sua importância.

A revolução industrial e o desenvolvimento do modo de produção capitalista provocaram migrações de “massas” das populações rurais identificadas como camponesas para o trabalho industrial e urbano. As formulações, teses e suposições a respeito do desaparecimento e da resistência do campesinato ganharam projeção na interpretação desta realidade.

Algumas análises previam o desaparecimento das unidades de produção com regime de trabalho familiar, como resultado do processo histórico, pois este padrão produtivo artesanal não se sustentaria com o seu atraso. A produção capitalista avançaria na agricultura pela sua superioridade técnica.

Experimentada a industrialização, seguida da modernização da produção agrícola, revela-se a permanência da produção em regime de trabalho familiar na agricultura, tanto em países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos.

Na sua existência, a diversidade, a resistência e a capacidade de produção, são manifestações do heterogêneo universo de produtores em regime de trabalho familiar. Os seus rumos e quantidades que permanecerão na atividade dependerão da realidade dos fatos históricos de cada sociedade e das comprovações futuras.

A agricultura familiar apresenta uma grande capacidade de adaptação às diferentes situações e estruturas de sociedades. O espaço dado para a sua integração na economia e na sociedade determina a sua dominação, estagnação, diminuição ou reprodução. Nos processos de desenvolvimento, pesam sobre suas decisões as forças do passado, da tradição e as forças do futuro (LAMARCHE, 1998).

A diversidade de condições de reprodução dos agricultores familiares também é grande. A heterogeneidade se manifesta tanto espacial quanto temporalmente, com múltiplos modelos de funcionamento que não permitem identificar uma homogeneidade. Ora é considerada ponta de lança na produção comercial, ou conserva-se na subsistência; apresenta-se moderna ou arcaica; conservadora ou transformadora; esta diversidade é entendida por Lamarche (1998), como diferentes formas de um mesmo objeto.

No Brasil, apesar de historicamente relegada a um plano secundário, a produção agrícola baseada no regime de trabalho familiar encontrou espaço para se reproduzir, principalmente a partir de uma sucessão dos fatos históricos, revelados por Martins (1981; 1986), Oliveira (1997), Graziano da Silva (1981), Santos (1984), entre outros:

- Decadência do regime de trabalho escravocrata;
- Necessidade de ocupação e domínio territorial;
- Os fluxos de camponeses imigrantes estrangeiros;
- As crises nas grandes culturas de exportação que estimularam o parcelamento de grandes fazendas, ou, as posses para a produção de subsistência;
- A industrialização e a urbanização, que demandaram aumentos nas produções alimentares excedentes;
- As contradições do desenvolvimento capitalista que cria e recria a produção familiar, subordinando-a pela extração da renda da terra.

A agricultura familiar é identificada por Lamarche (1997) como aquela que têm em comum a associação estreita entre família e produção, ou seja, trabalho e meios de produção estão intimamente ligados à família.

No âmbito do projeto de cooperação técnica FAO / INCRA (2004), a agricultura familiar é identificada a partir de três características centrais:

- A gestão da unidade de produção e os investimentos se desenvolvem por indivíduos que mantêm entre si laços de parentesco;
- O trabalho é desenvolvido predominantemente pela família;
- Os meios de produção pertencem à família e é no seu interior que se realiza a transmissão do patrimônio.

No relatório apresentado pela FAO em 1994 são identificados dois modelos produtivos na agricultura brasileira: a produção familiar e a patronal. Em relação à primeira, o documento identifica com base no Censo Agropecuário do IBGE de 1985, a presença de três segmentos familiares, compondo a seguinte representação destes produtores: segmento periférico com 2,5 milhões; segmento em transição com 2,5 milhões; e, um segmento consolidado com 1,5 milhões, totalizando 6,5 milhões de estabelecimentos familiares.

A partir do Censo Agropecuário de 1985, o número de produtores em regime de trabalho familiar se alterou e também as metodologias de identificação dos produtores familiares evoluíram.

Conforme Santos (2003), no período entre 1985 a 1995, foram excluídas cerca de 100 mil propriedades agrícolas por ano, sendo 90% delas com superfícies menores que 10 hectares. O autor segue revelando que no início do século XXI, a maioria dos 4,8 milhões de estabelecimentos existentes, está ameaçada de exclusão decorrente de rendas negativas, ocorrendo este processo tanto para agricultores patronais como para os familiares. Santos revela que menos de 20% dos agricultores familiares têm acesso ao crédito e outras políticas públicas.

Nas análises do MDA (2003), baseando-se no Censo Demográfico de 2000, identifica-se nos 80% dos municípios brasileiros considerados rurais cerca de 5 milhões de estabelecimentos agropecuários. Desse total, mais de 4,1 milhões, são estabelecimentos de agricultores familiares (84% dos estabelecimentos).

O MDA, salienta que além de fundamental para o mercado interno, a agricultura familiar é responsável por grande parte da produção para o mercado externo, principalmente com carnes (frangos e suínos), fumo, soja, café, entre outros. De um total de 17,3 milhões de trabalhadores ocupados na agricultura, mais de 12 milhões trabalham em regime familiar<sup>3</sup>. A renda anual por hectare é aproximadamente 2,4 vezes mais elevada que a patronal (MDA SAF, 2004).

A agricultura familiar no Brasil resiste e se reproduz com uma grande diversidade interna e graus de desenvolvimento diferenciados de uma região para outra e dentro de uma mesma região, constituindo na região Sul do país e na abrangência deste trabalho a principal forma de produção agrícola.

---

<sup>3</sup> O MDA, apresenta estes dados, baseando-se em avaliações do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase/1999), por ele contratado, para avaliar o Proger, Proger Rural e Pronaf e o FAT.

## 2.2 RESISTÊNCIA DA PRODUÇÃO FAMILIAR

O desenvolvimento industrial e a modernização da agricultura na evolução das sociedades capitalistas não excluíram a produção organizada em regime de trabalho familiar. Pelo contrário, ela está distribuída por todos os continentes e apresenta uma grande capacidade de resistência e de adaptação às transformações presentes na evolução industrial. (LAMARCHE, 1997).

Veiga (1991) revela que a agricultura familiar mostrou seu vigor no pós-guerra, constituindo-se em um dos setores econômicos que mais rapidamente expandiu nos marcos dos esforços de reconstrução dos países.

A teoria de Marx, que procura desvendar a lógica geral da reprodução do capital e da sociedade capitalista, tem sido referência como método de análise da produção familiar por autores clássicos e contemporâneos, apresentando uma sólida contribuição na formulação teórica. Sob este referencial muitos intelectuais auto-intitulados marxistas formularam análises equivocadas, particularmente pela visão reducionista e deducionista concebendo o produtor em regime de trabalho familiar como secundário do ponto de vista político pelo seu atraso e impossibilidade de desenvolver a contradição com os burgueses, como a que ocorre entre assalariados e capitalistas (MARTINS, 1986). Outros enfoques predominantemente economicistas também tem sido questionados, pois relegam a segundo plano as dimensões sociais, culturais, ambientais e antropológicas.

Conforme Kautsky (1968), a teoria marxista do desenvolvimento não pode ser imediatamente transportada e deduzida para os domínios da agricultura, pois ela só é clara para o domínio industrial. Embora ambas sejam componentes de um mesmo processo e têm o mesmo fim, a agricultura se desenvolve sob leis próprias. Estes estudos representam um acúmulo teórico importante.

Para o autor, a teoria marxista não pode apenas se reduzir em saber se a pequena exploração tem ou não futuro na agricultura. O fundamental é analisar se o capital se apodera e como domina a agricultura para revolucioná-la. Só assim é possível verificar se a teoria marxista pode ou não ser aplicável à agricultura e à questão da apropriação privada de um dos mais importantes meios de produção: a terra. Mesmo considerando que não se pode estabelecer seguramente a tendência

evolutiva da agricultura, o autor conclui que a conservadora atividade agrícola<sup>4</sup>, se transforma em uma revolucionária exploração moderna baseada na divisão social do trabalho.

.... o processo da transformação moderna da agricultura atinge uma altura particular quando as conquistas da ciência moderna, a mecânica, a química, a fisiologia vegetal e animal se transferem das cidades onde foram elaboradas, para os campos. (KAUTSKY, 1968, p. 55).

Com o desenvolvimento científico e tecnológico, e, com o trabalho socialmente dividido, o processo produtivo passa por uma revolução tornando-se mais racional e eficiente, e o pequeno artesão na agricultura, cede lugar para grandes explorações, supostamente mais racionais, que dominam o processo de produção de mercadorias no mercado rural (KAUTSKY, 1968).

O autor reconhece dificuldades<sup>5</sup> na industrialização da agricultura do ponto de vista técnico e econômico, mas isto não impede a sua transformação em um ramo agroindustrial produtivo e consumidor de mercadorias regido pela lógica geral do conjunto da economia. Com este entendimento interpreta a questão agrária do final do século XIX e as projeções para o século XX, tendo como base de análise as experiências de países da Europa e dos Estados Unidos da América.

Baseando-se em referencial marxista, o autor pressupõe a centralidade da luta de classes, como motor do desenvolvimento histórico<sup>6</sup>, o autor não exclui a existência de outras classes, ascendentes e decadentes, consideradas em parte como resíduos de formas sociais pré-capitalistas. Estas classes também manifestam antagonismos ora com os capitalistas ora com os proletários.

---

<sup>4</sup> O autor considerava a agricultura como '*a mais conservadora de todas as modalidades de trabalho*' (KAUTSKY, 1968, p. 69).

<sup>5</sup> Do ponto de vista técnico, segundo o autor, a dificuldade está na adaptação das máquinas ao ambiente natural de produção agrícola: "*Na indústria o lugar em que se realiza o trabalho, a fábrica, é criação artificial, e portanto adaptada às exigências da máquina.* Do ponto de vista econômico a dificuldade é a mecanização descontínua, dificuldade de "adestramento" do operário e os baixos salários rurais, pois o capital tende neste caso a economizar capital em máquinas. (KAUTSKY, 1968, p. 55-56).

<sup>6</sup> Para Kautsky (1968) o que move e dá fisionomia ao "nosso século" é o antagonismo da classe dos capitalistas e dos proletários.

O capital de Marx trata apenas dos capitalistas e dos proletários. Mas no 18 Brumário e na Revolução e Contra-Revolução na Alemanha, do mesmo autor – ao lado dos proletários e dos capitalistas – monarcas e proletários andrajosos (Lumpen-proletarier), camponeses e pequenos burgueses, burocratas e *soldados*, professores e estudantes têm também o seu papel (KAUTSKY, 1968, p. 22).

Para Kautsky, os camponeses são uma classe intermediária, pré-capitalista, fadada à ruína. Como produtores artesãos, que autonomamente produzem os próprios meios de vida, se tornam inúteis. O destino desta classe é a proletarização, como consequência do atraso, rusticidade produtiva e pobreza.

Lênin (1988) reforça as posições de Kautsky e analisa que o processo de “*proletarização do campesinato*” se manifesta em todos os países. A sua sobrevivência só se explica pelo baixo consumo e auto-exploração.

Em toda sociedade capitalista, a existência de pequenos camponeses se explica não pela superioridade técnica da pequena produção agrícola, mas pelo fato de que eles reduzem as suas necessidades a um nível inferior aos operários assalariados e se exaurem no trabalho incomparavelmente mais que estes últimos. (LÊNIN, 1988, p. 7).

Em formulações posteriores, Lênin reconheceu a permanência de unidades de produção baseado no trabalho familiar. As manifestações dos camponeses russos são vistas por Lênin com caráter dual, por um lado pelos imensos estoques de camponeses pobres, resquícios da servidão e arruinados, e por outro, pelo seu caráter pequeno burguês.

As vacilações do pequeno proprietário arruinado, vacilando entre a burguesia contra-revolucionária e o proletariado são tão inevitáveis como este outro fenômeno que se observa em toda a sociedade capitalista: uma insignificante minoria de pequenos proprietários se enriquece, “sobe na vida” e se aburguesa, enquanto a imensa maioria se arruína completamente, transformando-se em trabalhadores assalariados ou paupérrimos ou vivem eternamente no limite da condição proletária. (LÊNIN, 1988, p. 9 – 10).

O pressuposto político ideológico da industrialização e proletarização dos produtores organizados em regime de trabalho familiar não foi total.

No Brasil também predominou a visão depreciativa do homem do campo brasileiro, concebido como atrasado, grosseiro, rústico, conservador, incapaz de incorporar a modernização, influenciou as possibilidades do seu desenvolvimento (MARTINS, 1986; 2000).

Para interpretar a permanência do produtor em regime de trabalho familiar na agricultura brasileira, o autor se reporta à idéia do desenvolvimento desigual presente nas formulações de Marx, segundo a qual o capital impõe sua lógica, suas contradições e seu domínio nos diversos setores produtivos independente do desenvolvimento das forças produtivas e da existência de relações de produção capitalistas assalariadas.

Não é preciso que as forças produtivas se desenvolvam em cada estabelecimento agrícola ou industrial, em cada sítio ou oficina, a ponto de impor a necessidade das relações caracteristicamente capitalistas de produção, de impor o trabalho assalariado, para que o capital estenda suas contradições e sua violência aos vários ramos da produção no campo e na cidade [.....] A concepção de desenvolvimento com a qual Marx trabalhava não era a do desenvolvimento igual, e sim a do desenvolvimento desigual. É o que permite entender transformações sociais profundas em sociedades, desse ponto de vista, atrasadas. (MARTINS, 1986, p. 14).

O autor critica as posições teóricas, ideológicas e políticas que importam experiências e teorias do Velho Mundo para a realidade brasileira, nas quais o produtor em regime de trabalho familiar, por ele chamado de camponês figura como transitório, cuja resistência significaria uma barreira ao desenvolvimento capitalista.

Segundo o mesmo autor, o mecanismo de subordinação destes produtores ocorre pela sujeição da renda da terra, particularmente na circulação da produção, mecanismo pelo qual o capital abre espaço para a produção organizada sob relações sociais não capitalistas, sem necessariamente extingui-la.

Oliveira (1997) seguindo lógica semelhante a Martins, compreenderá a permanência da produção não capitalista como resultado do desenvolvimento desigual e contraditório da sociedade capitalista, pois por um lado avança no estabelecimento de relações de produção assalariadas na produção agropecuária,

expropriando os meios de produção do trabalhador, e por outro lado avança com maior intensidade no regime de trabalho familiar. Neste processo abre-se também a possibilidade da criação de novos capitalistas no campo.

Entender o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção na formação social capitalista significa entender que ele supõe sua reprodução ampliada, ou seja, que ela só será possível se articulada com relações sociais não-capitalistas. E o campo tem sido um dos lugares privilegiados da reprodução dessas relações de produção não-capitalistas. (OLIVEIRA, 1997, p. 11).

Para o autor, o capital sujeita a extração da renda da terra, pela ação de monopólio na produção ou na circulação. O capital se reproduz e abre a possibilidade para a criação de novos pequenos capitalistas (OLIVEIRA, 1997).

### **2.3 PRODUÇÃO FAMILIAR E A EVOLUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO**

As peculiaridades do desenvolvimento brasileiro são diferenciadas em relação aos processos ocorridos na Europa onde o modo de produção capitalista se implanta sob bases feudais. No “Velho Mundo” em seu período pré-capitalista, feudal, o monopólio das terras era exercido por uma nobreza medieval, constituindo uma condição para o domínio dos nobres sobre os camponeses que estavam enraizados, resistindo à expansão do capital (MARTINS, 1986).

No Brasil, desde o início, a exploração do trabalho e o monopólio das terras, nascem sob a lógica capitalista. O fundamento inicial do capitalismo estava no comércio de escravos, que representava renda capitalizada. Portanto, não tem sentido uma suposta natureza pré-capitalista feudal no desenvolvimento brasileiro. Outra característica brasileira é a fusão do proprietário fundiário na mesma pessoa do capitalista (MARTINS, 1986).

A característica de monopólio e o caráter rentista da economia percorrem toda a história brasileira. Cativo e terra monopolizados além de garantirem o direito a uma renda capitalizada também possibilitam a exploração do trabalho.

No primeiro ciclo de acumulação capitalista, a terra não era a condição fundante da acumulação, mas sim o comércio de escravos.

O monopólio da terra não se constituía na condição do trabalho escravo; ao contrário, a escravidão é que impunha a necessidade do monopólio rígido e de classe sobre a terra, para que os trabalhadores livres, os camponeses, mestiços, não viessem a organizar uma economia paralela, livre da escravidão e livre, portanto, do tributo representado pelo escravo, pago pelo fazendeiro aos traficantes,... (MARTINS, 1986 p.37).

A terra, inicialmente, não representava mercadoria com valor significativo, e sim o capital aplicado em escravos, que propiciava ao seu detentor a apropriação de uma renda capitalizada. Com a decadência do servilismo a terra assume a função de mercadoria, gerando o direito de uma renda pela expropriação do trabalho e dos meios de produção.

A Lei de Terras de 1850, antevendo a decadência do trabalho servil, estabelece a base para o regime da propriedade privada no Brasil, e ao mesmo tempo, a base institucional do trabalho livre. A lei estabelece que a terra só poderá ser adquirida pela compra interditando o acesso aos agregados das fazendas, posseiros, negros libertos, colonos, parceiros e outras categorias sem recursos monetários para adquirir uma parcela de terra.

A interdição do acesso à terra, em um primeiro momento, objetiva preservar o regime escravocrata em decadência, pois a concorrência com o trabalho livre o desmantelaria e provocaria a ruína do domínio absoluto dos senhores de terra. Em um segundo momento a interdição garantiu que os trabalhadores livres continuassem fornecendo trabalho gratuito ou mal remunerado nas grandes culturas de exportação, permanecendo dependentes da grande fazenda (MARTINS, 1986).

Os fluxos migratórios de imigrantes estrangeiros a partir do século XIX e primeira metade do século XX, propiciou junto com as correntes migratórias internas, o desenvolvimento de uma predominante base de produção na região Sul do país. Analisando o contexto da imigração dos camponeses europeus para o Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX, assim se refere o autor abaixo identificado.

O espaço novo para o pobre nascia do interesse velho do rico, era aberto pela própria classe dominante, intencionalmente. Para essa o referencial da ação era a preservação da então chamada grande lavoura e a preservação dos mecanismos, então vigentes, de reprodução ampliada do capital. O capital ditava as regras, nem mais nem menos. ...O que os fazendeiros precisavam mesmo era de trabalhadores que atendessem as necessidades crescentes de mão-de-obra, estranguladas pela baixa reprodução demográfica do escravo e pela crise do comércio negreiro derivada da cessação do tráfico (SANTOS, 1984, p. 9).

Com o desenvolvimento da industrialização brasileira e a modernização da agricultura, concebida em sintonia com os pressupostos da “Revolução Verde”, ocorrem mudanças nos paradigmas produtivos. Os complexos rurais são substituídos pelos complexos agroindustriais, alterando a economia natural e os laços primitivos que uniam a agricultura à manufatura, pela dependência externa de insumos e bens de capital, integrando e subordinando as atividades agrícolas à indústria (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

O autor identifica o início da modernização conservadora no pós guerra, em especial na década de 1950, mas foi só na segunda metade da década de 1960 que se acelerou, a partir das políticas de regulação do Estado brasileiro, destacando-se o crédito rural. A adoção de meios de produção considerados modernos se intensificou em algumas regiões.

Com a mudança da base técnica de produção incorpora-se a mecanização de tração motorizada (tratores, colheitadeiras e equipamentos agrícolas), os fertilizantes industrializados, os agrotóxicos e o melhoramento genético de plantas e animais, entre outros.

Para Graziano da Silva (1999) a modernização se apresentou parcial, setorial e diferenciada, restringindo-se a setores econômicos, a etapas do processo de produção e a regiões determinadas, atingindo alguns segmentos de produtores familiares. Neste processo a concentração fundiária se acentuou.

A modernização implementada pelo regime militar representa a vitória de um projeto conservador norteado pelo “*economicismo desenvolvimentista*” em que os complexos agroindustriais nacionais e internacionais em aliança com o capital financeiro subordinam a produção agrícola (MARTINS, 1986)

Com a onda modernizante, os setores do agronegócio brasileiro, hegemônicos pela produção capitalista e seus ideólogos, difundem a idéia do

sucesso da modernização da agricultura. Nestas posições também estão implícitas as idéias de que “sem escala de produção não há salvação econômica”, restando portanto à agricultura de base familiar um papel secundário. Na linha de pensamento destes setores, a reforma agrária, em geral, é vista como desnecessária, necessitando apenas aperfeiçoar o atual modelo de desenvolvimento (Martine, 1991).

O autor contesta esta visão e apresenta dados empíricos com evidências contrárias a estas posições. A aceitação de que existem vantagens de escala na produção moderna, não permite deduzir que todas as propriedades devem ser grandes, nem que as grandes propriedades ociosas e especulativas representam o que há de melhor no capitalismo. Para o autor, os fartos subsídios à produção capitalista na agricultura, mascaram a suposta eficiência apresentada por aqueles setores, considerados conservadores.

No recente processo histórico brasileiro das últimas décadas a produção agrícola em regime de trabalho familiar volta à cena, na realidade econômica e social. Na primeira metade da década de 1980, ao mesmo tempo que a agricultura, em geral, estava em crise econômica, o número de agricultores familiares cresceu, voltando a cair após o Censo Agropecuário de 1985 (MARTINE, 1991).

Neste período, várias iniciativas organizativas da agricultura familiar emergem, se organizam e se consolidam na década de 1990, em cenários locais, regionais e nacional. Construía-se os movimentos políticos e econômicos da agricultura familiar e da reforma agrária, que tiveram grande influência na construção do PRONAF e na implementação no aparelho do Estado de um espaço próprio, responsável pelas políticas públicas para o setor.

## 2 CRÉDITO RURAL E PRODUÇÃO FAMILIAR: O PRONAF

### 2.1 CRÉDITO RURAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

O crédito está intimamente relacionado com credibilidade. Na língua portuguesa, significa confiança, consideração, boa fama, entre outros sinônimos. Conforme Luft (1998) significa também, convicção da verdade, prestígio, confiança no pagamento de dívida, soma à disposição de alguém em um banco, haver, dívida a receber.

A “consideração”, “boa fama”, “convicção da verdade”, a que se refere Luft, entendida na ótica do desenvolvimento das sociedades capitalistas se fundamenta na “confiança” de um lucro, por isto se condiciona a apresentação de uma garantia ao usuário do crédito, ou a demonstração da sua capacidade de pagamento, da sua solvabilidade, para que o capital se reproduza. Segundo Martins (1986), na sociedade capitalista ocorre uma ilusão de que o capital produz capital.

No Brasil, o adiantamento de capital na forma de crédito sempre esteve presente na agricultura. No período escravocrata, o cativo representava a mercadoria usada como garantia nas operações financeiras. A partir do final do período escravocrata, era necessária uma nova garantia para os créditos hipotecários nos negócios, para substituir o capital representado pelo cativo. A terra e a produção dos seus frutos passam a se constituir nas garantias hipotecárias do capital adiantado no mercado agrícola e de terras. (MARTINS, 1981).

Em 1873 o governo estendera o crédito hipotecário [.....] tendo como suporte a fazenda, representada sobretudo pelas plantações e pelas instalações. Este procedimento é seguramente uma das causas da intensificação da expansão do café [.....] Os próprios comissários haviam trabalhado pela criação da carteira hipotecária do Banco do Brasil. (MARTINS, 1981, p. 29, 30 e 31).

Em relação às políticas públicas, os grandes proprietários hegemonizaram o controle político e econômico do Estado até o início do século XX. A crise internacional de 1929, impactando na economia cafeeira, gerou uma

abertura para a industrialização brasileira e o declínio das oligarquias rurais que tiveram que ceder espaço com o desenvolvimento de outros setores industriais e financeiros.

O período Vargas, segundo Lourenço (2005), marca o início das políticas públicas nacionais, pois até então prevaleciam as ações das oligarquias regionais que agiam independente de um comando central e, uma industrialização mais consistente se estabelece. É neste período, no ano de 1931, que o crédito rural institucional surge com a fundação do Departamento do Café, responsável pelo estabelecimento das regras e do arbítrio dos financiamentos na atividade cafeeira.

A política cafeeira garante grande dinamismo até meados da década de 1950. A cafeicultura controlada pelo Estado através do Instituto Brasileiro do Café (IBC) até os anos 1960 garante o preço e a compra da produção, e, atua no controle das disponibilidades e ofertas do produto quando havia excesso ou escassez no mercado internacional. A crise vem com o aumento da produção mundial e a queda de preços, já a partir de meados dos anos 1950.

O desenvolvimento do mercado de trabalho e a constituição do mercado interno, se intensificam nos anos 1950, com a internalização de ramos do setor industrial produtor de bens de capital e de insumos básicos. A modernização da agricultura se inicia, ainda dependente da cafeicultura.

Com a modernização, o processo de produzir torna-se cada vez mais complexo e dependente de outros setores da economia, demandando maior intensidade no uso de capital. Um novo padrão na dinâmica da agricultura emerge, determinado pela lógica da acumulação industrial, que é reorganizada a partir da intervenção e regulação do Estado. No início da década de 1970 ocorre a arrancada dos complexos agroindustriais, que passam a controlar o processo produtivo (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

O crédito rural subsidiado assume posição central na regulação e orientação da modernização da agricultura, integrando o setor à indústria a montante e a jusante do processo produtivo no campo, ou seja, a agricultura se subordina às indústrias supridoras e processadoras das matérias primas agrícolas.

O Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR<sup>7</sup> constituído em 1965, passa a desempenhar papel de destaque na política agrícola e na industrialização

---

<sup>7</sup> Criado pela Lei 4829 de 1965.

brasileira. O crédito rural passa a financiar a adoção das tecnologias industriais e a integração aos complexos agroindustriais. Neste processo os bancos se ligam mais intrinsecamente aos negócios rurais e ao projeto de industrialização (DELGADO, 1985).

O regime militar criou junto com a política de crédito, as bases institucionais, os investimentos públicos e as várias formas de crédito para dar sustentação ao novo padrão de desenvolvimento. Destaca-se o papel financiador do Estado: “pela penetração por dentro da máquina do estado das condições e meios de reprodução do capital na agricultura em particular, e no complexo agroindustrial de forma mais generalizada” (DELGADO, 1985, p. 43). Segundo o autor, a regulação pelo Estado pode ser sintetizada nas seguintes instâncias de ações:

Na instância normativa, destacam-se os estatutos, do Trabalhador Rural<sup>8</sup> e da Terra<sup>9</sup>, ambos sepultados pelas novas alianças políticas do golpe militar. Na instância financeira e fiscal, ganha destaque a estrutura bancária estatal, a política de crédito rural, e os “*mecanismos monetário-financeiros e de incentivos fiscais, que estimulam, compensam e financiam a aplicação de capitais privados*”. Na instância produtiva, a participação pública foi relevante nos complexos agroindustriais (particularmente pela ação da Petrobrás e da Companhia Vale do Rio Doce), e também na pesquisa, assistência técnica e extensão rural. Na esfera previdenciária, a ação do Estado se caracteriza pela criação do frágil FUNRURAL (1971), que se integra posteriormente ao INPS-INAMPS (DELGADO, 1985, p. 44-47).

Segundo Martine (1991), o crédito rural subsidiado foi o principal instrumento utilizado para promover a modernização da agricultura.

A concessão de crédito altamente subsidiado e vinculado a utilização de insumos e práticas pré-determinadas induziu um padrão de modernização “compulsória”, capaz de obter resultados significativos em pouquíssimo tempo (MARTINE, 1991, p. 10).

Referindo-se à modernização da agricultura a partir da criação do SNCR, até o período de 1979, o autor salienta que as maiores propriedades com as

---

<sup>8</sup> Lei 4.214 de 1963.

<sup>9</sup> Lei 4.504 de 1964.

melhores terras, acessaram diversos tipos de incentivos (crédito, subsídios, pesquisa, tecnologia, assistência técnica) visando a produção para o mercado externo e agroindústrias. Ao mesmo tempo os produtores menos capitalizados, ficaram relegados a situações menos favoráveis: terras menos férteis, técnicas produtivas tradicionais.

Segundo Graziano da Silva (1981), são muitos os indícios de que os principais beneficiários das linhas de crédito subsidiadas foram as explorações muito grandes e as gigantes. A terra além de meio de produção e reserva de valor se constitui como condição de acesso a outras formas de riqueza. Segundo Sayad (1984), Vasconcelos (1979) e vários outros autores, os maiores produtores receberam a maior parte dos financiamentos.

Martine revela que, entre 1980 a 1985, o crédito fortemente subsidiado “fraquejou”, a agricultura estava em crise, apresentando baixa atratividade aos capitais, mas, contraditoriamente, no mesmo período, os pequenos produtores aumentaram (MARTINE, 1991).

Martine contrapõe a retórica dos setores conservadores, difusores da idéia, que os resultados da modernização da agricultura conduziram o Brasil para a vanguarda do desenvolvimento da agropecuária e apresentam os grandes empreendimentos, as altas escalas produtivas, como sendo positivos, em detrimento do pequeno produtor concebido como atrasado e improdutivo. O autor destaca que a modernização só ocorre em pólos dinâmicos setoriais e localizados

Na verdade, a lógica da vantagem de escala na agricultura brasileira é fortemente atrelada à experiência da soja (protótipo da aplicação do pacote tecnológico da revolução verde e da cana-de-açúcar – beneficiada pelo Proalcool). A expansão mecanizada da soja sobre algumas das melhores terras planas numa conjuntura interna e externa muito favorável, particularmente entre 1970 a 1975, assim como os fortes subsídios à cana-de-açúcar distorcem a avaliação das vantagens de escala para o conjunto da agricultura. (MARTINE, 1991, p. 20).

O autor salienta que os setores que mais tem se beneficiado do sistema econômico predominante, desde meados da década de 1960, são aqueles que criticam a interferência estatal na economia. As benesses do Estado aos setores oligopolizados, aos complexos agroindustriais e produtores a eles integrados, e, aos

grandes produtores, mascaram a suposta superioridade, modernidade e a eficiência destes setores, dissipando os seus resultados, diante da dependência estatal em todas as fases da modernização e do processo produtivo. A eficiência dos grandes empreendimentos é, portanto, mais política do que econômica.

O auxílio do Estado na modernização se apresentou desigual, entre os setores produtivos, as culturas, as regiões, entre os grupos sociais e econômicos, refletindo uma estrutura social e do poder político também desigual.

Assim, o Estado “passa a ser literalmente apropriado, não apenas pela burguesia enquanto classe proprietária dos meios de produção, mas por lobbies de interesses específicos deste ou daquele ramo de atividades, forçando uma balcanização (ou feudalização do próprio aparelho governamental)” (MARTINE, 1991, p. 24)

De acordo com Martine, não se pode comparar o processo de modernização da agricultura brasileira com a de outros países desenvolvidos, pois os contextos históricos são diferentes.

Em países como o Brasil, as revoluções Mecânica e Química ocorreram ao mesmo tempo e se superposicionaram a uma estrutura produtiva que havia chegado na década de 1960 com uma tecnologia agrícola rudimentar em grande parte do país. Além do mais, a organização social tradicionalmente orientada para privilegiar as elites e a estrutura fundiária já altamente concentrada, junto com a introdução do novo pacote via um regime conservador, tornaram os efeitos sociais dessa introdução abrupta de tecnologia moderna mais explosivos [...] tanto as áreas rurais como urbanas estavam gerando um estoque populacional difícil de ser absorvido nas atividades produtivas – mesmo que não se tratasse de um país subdesenvolvido. (MARTINE, 1991, p. 29-30).

O aumento da produção e produtividade da agricultura brasileira é uma condição necessária para a melhoria das condições de vida da população, porém este foco adotado na modernização da agricultura, não se fez acompanhar da distribuição dos benefícios do crescimento. A modernidade buscada e a inexorabilidade do processo de “caificação” precisam ser repensados, e também discutidos os seus custos sociais. A retórica dos setores conservadores que propalam o sucesso da modernização não tem sustentação (MARTINE, 1991).

## **3.2 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR–PRONAF**

### **3.2.1 Formação e Evolução do PRONAF**

No contexto que originou o programa, destacam-se, particularmente, a atuação dos movimentos sociais do campo, a produção teórica a partir dos anos 1980 e a atuação das agências internacionais: o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação – FAO.

Em relação aos movimentos sociais, uma forte mobilização se desenvolveu no início dos anos 1990, envolvendo as organizações sociais do campo, o movimento sindical, representado pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Departamento dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e seu sistema cooperativista próprio representado pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre outros, que chamaram a atenção da sociedade e do Estado para as reivindicações das organizações dos produtores familiares, da Reforma Agrária e dos assalariados rurais (BRUNO, 2004).

As organizações do campo demandavam, entre outras políticas, o acesso a terra e melhores condições de produção, envolvendo, neste particular, a demanda pelo crédito rural.

Em relação à influência das agências internacionais na constituição do PRONAF, destacam-se alguns posicionamentos abaixo sintetizados conforme Bruno (2004).

O Banco Mundial orientou o Estado brasileiro a realizar uma revisão das políticas públicas de desenvolvimento rural, preconizando a adoção da prioridade para a agricultura familiar, visando a sua inserção competitiva nos mercados. O desempenho da produção familiar nos processos de modernização da agricultura nos países desenvolvidos é uma das motivações, que leva o banco a reconhecer o potencial deste segmento produtivo e o seu papel ativo no desenvolvimento econômico.

As propostas do Banco Mundial de ideário neoliberal, publicadas em 1993, identificavam que o Estado não tinha condições de realizar investimentos públicos como havia feito nos anos 1970, com o crédito subsidiado, ou, nos anos 1980, com a política de preços mínimos. Neste contexto, o Estado deveria enxugar a sua estrutura, com privatizações e descentralização administrativa, limitando o intervencionismo no mercado. Os recursos do governo federal deveriam se dirigir à produção familiar, em um processo articulado com o setor privado e com a mobilização dos recursos dos próprios agricultores, que complementariam as necessidades do setor.

A prioridade dos investimentos públicos para a agricultura familiar, também compunha as idéias da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO (Food and Agricultural Organization), cujas propostas ganharam expressão com os estudos desenvolvidos através do convênio de cooperação técnica em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (UTF/BRA/036/BRA). Em 1994, a FAO apresenta o primeiro relatório, e, mostra a necessidade de reformular as políticas para a agricultura, redirecionando-as para a agricultura familiar (BRUNO, 2004).

A FAO alinhava-se com o Banco Mundial em relação à necessidade de ajuste fiscal do Estado e propunha que se mobilizassem recursos da iniciativa privada. Os poucos recursos públicos deveriam ser direcionados para a inserção de determinados segmentos da agricultura familiar no mercado. Orientava também para uma divisão das responsabilidades e custos dos programas públicos, para um melhor aproveitamento dos recursos e potenciais das comunidades, dos agricultores e dos agentes de desenvolvimento local (BRUNO, 2004).

O relatório da FAO de 1994, baseado principalmente no Censo Agropecuário do IBGE de 1985, e também no banco de dados estatísticos do INCRA identifica na agricultura brasileira, dois grandes segmentos: o patronal e o familiar. No relatório a agência considera que 75% dos estabelecimentos estão organizados em regime de trabalho familiar.

O relatório recomenda reverter prioridades nos destinos dos recursos públicos da grande propriedade para a agricultura familiar e propõe a criação de uma política de crédito rural específica para este público, pois apesar de receber apenas 11% do total de financiamentos, o segmento apresenta um destacado papel econômico e social.

O estudo da FAO/INCRA de 1994 diferencia a agricultura familiar em três segmentos ou estratos principais, classificados principalmente pela renda bruta, oriunda da agricultura, que serviram como base para a identificação do público beneficiário do PRONAF. Estes segmentos são compostos pela agricultura familiar consolidada (segmento A), agricultura familiar em transição (segmento B) e agricultura familiar periférica (segmento C) conforme quadro 01 a seguir.

<b>GRUPO</b>	<b>Característica</b>	<b>Nº de Produtores Familiares</b>
<b>A</b>	Produtores familiares consolidados, economicamente viáveis, integrados nos mercados	1,5 milhões
<b>B</b>	Produtores com acesso parcial às inovações técnicas e aos mercados, por isto é um grupo em transição, mas com potencial de viabilização econômica.	2,5 milhões
<b>C</b>	Produtores periféricos, carentes de infraestrutura e apoio institucional, considerados inviáveis economicamente e dependentes de outras ações complementares à política de crédito rural.	2,5 milhões

Fonte: (BRUNO, 2004).

**Quadro 01** – Grupos/estratos de produtores familiares no Brasil (FAO/INCRA, 1994)

Considerando o potencial dos agricultores familiares em transição e os riscos que este grupo apresenta, de regredir para o setor periférico, a FAO recomendava que o Estado concentrasse suas ações para este público.

Após o primeiro relatório apresentado pela FAO, outros estudos se seguiram e constituem-se como referência na formação, na concepção e na estruturação do PRONAF, particularmente, nas metodologias formuladas para identificar os segmentos dos agricultores familiares brasileiros.

O processo institucional de formação do PRONAF começou em 1994, quando o governo de Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAP, no âmbito do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária – MAARA. Em 1995, o Presidente Fernando Henrique Cardoso transforma o PROVAP no Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PLANAF, subordinado ao Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária, por ele criado.

“PROVAP” e “PLANAF” se revelaram insignificantes, restringindo-se

a uma linha de crédito de custeio. Embora com limitada ação inicial, estas políticas públicas representam uma abertura institucional para a agricultura familiar e uma conquista dos movimentos sociais.

O PRONAF foi institucionalizado como programa definitivo e permanente pelo Decreto nº. 1.947 de 28/06/96 e incluído no Manual de Crédito Rural (MCR) pela resolução 2310 de 29/08/96 passando por sucessivas regulamentações no sistema financeiro nacional. Ao longo de sua existência o programa foi crescendo lentamente em relação ao volume de créditos e de produtores beneficiários (MDA/SAF, 2006).

O PRONAF tem sido considerado como um marco na institucionalização da agricultura familiar, pelo espaço específico conquistado na estrutura pública. O programa é parte de um espaço institucional específico da temática da agricultura familiar, desvinculado do tradicional Ministério da Agricultura. Assim, este público sai da tutela do espaço historicamente representativo dos grandes produtores, para se assentar em um ministério próprio: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

### **3.2.2 A Estrutura do PRONAF**

O PRONAF é um programa de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, vinculado à Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) diretamente responsável pelo programa.

Trata-se de um programa com diretrizes e estruturas que preconizam a adoção da noção de gestão social, baseada principalmente nos pressupostos da participação e organização dos agricultores familiares e suas representações, na descentralização, nas parcerias, entre outros.

A estrutura do programa apresenta quatro modalidades de ação:

- PRONAF Crédito rural, com linhas de financiamento diferenciadas conforme os Grupos A, A/C, B, C, D, e E;
- PRONAF infraestrutura e Serviços Municipais, (reservado a municípios com significativo número de agricultores familiares, mais carentes, baseados

principalmente no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH);

- PRONAF Capacitação e profissionalização;
- PRONAF negociação de políticas públicas.

As atuais diretrizes do programa valorizam os enfoques do desenvolvimento local, mobilizando e valorizando os seus recursos potenciais, e a sustentabilidade, dedicando linhas de crédito e condições mais favoráveis nesta direção, particularmente, com o PRONAF Agroecologia, PRONAF Florestal, entre outros. O programa também valoriza o capital humano e social, estimulando projetos associativos e geração de renda. Na prática porém a dificuldade de implementar esta concepção e metodologia encontra dificuldade para se disseminar, ainda que várias experiências organizativas estejam em desenvolvimento.

A gestão social proposta pelo programa contempla em sua estrutura e operacionalização, a organização dos conselhos de desenvolvimento nas esferas municipal, estadual e nacional. Estes conselhos constituem-se nos espaços privilegiados para a gestão social e envolvem a participação dos agricultores, suas organizações e outros relacionados com o desenvolvimento rural.

As organizações dos produtores familiares têm representação nos três níveis hierárquicos (municipal, estadual e nacional), compondo com agentes públicos e privados envolvidos com a agricultura familiar e com o desenvolvimento rural.

No âmbito local, o CMDR (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural) é a instância da gestão dos atores locais (organizações dos agricultores familiares, da assistência técnica, cooperativas, agentes e órgãos públicos e outros envolvidos) que deliberam sobre o PRONAF, norteados por um PMDR (Plano Municipal de Desenvolvimento Rural) construído por eles.

O conselho assume um papel de apoio ao programa, ao levantar demandas, articular o acesso ao crédito, fiscalizar a execução, debater o plano de desenvolvimento municipal, entre outros.

Avaliações do programa<sup>10</sup> têm revelado que onde existe organizações da produção familiar atuantes ou onde os agentes de desenvolvimento rural conseguem aglutinar e mobilizar o público beneficiário, os conselhos municipais

---

<sup>10</sup> Avaliações regulares feitas pelo próprio MDA, e por outros: (BRUNO, 2004), (HESPANHOL, 2000), (BOMBARDI, 2002).

tem conseguido ser um espaço importante. Em muitos locais a assistência técnica tem sido a responsável pelo funcionamento do programa. Porém, muitos conselhos não existem ou não funcionam como espaço de participação e construção coletiva, sendo muito comum a sua existência meramente formal e despachadora, como uma necessidade burocrática dos gestores locais, mantendo não raro relações clientelistas e de “apadrinhamento” político.

Não é objetivo desse trabalho analisar o conjunto das políticas direcionadas à agricultura familiar que se inscrevem no âmbito do MDA, como o programa de aquisição de alimentos (PAA), de infra-estrutura, de assistência técnica, de abastecimento alimentar e outras. Estes e outros programas e ações embora limitados frente ao cenário macro-econômico, representam a possibilidade de promoção de alguns setores da produção em regime de trabalho familiar.

O PRONAF crédito rural é o principal instrumento da política agrícola, absorvendo a maior parte dos recursos e apresentando a maior abrangência do ponto de vista do número de produtores atingidos.

Este trabalho concentra-se no PRONAF crédito rural e suas análises e conclusões baseiam-se na realidade particular do município de Ibiporã, cujos impactos desta política não refletem necessariamente as tendências presentes na esfera nacional.

Esta modalidade de ação do PRONAF tem se constituído no instrumento central e de maior abrangência do programa, prevendo alcançar no plano safra 2006/2007, um total de 2 milhões de agricultores familiares, com a aplicação de R\$ 10 bilhões.

Na gestão do governo Lula (2002-2005), a expansão do PRONAF foi significativa, apresentando um aumento de quase três vezes no volume dos recursos liberados e no número de produtores atingidos.

### **3.2.3 O PRONAF Crédito Rural**

O PRONAF - Crédito Rural faz parte do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, criado em 1995, e integra o Manual de Crédito Rural no seu capítulo 10 (MCR 10). O programa contém linhas de crédito que podem ser

operacionalizadas de forma individual, coletiva ou grupal.

O PRONAF representa um espaço potencial para ações de fortalecimento da agricultura familiar, mas insuficiente para conter as dificuldades, crises e vulnerabilidades de vários segmentos internos do público envolvido, afetado pela dinâmica da economia capitalista nacional e mundial. Nesta economia de mercado, as políticas macroeconômicas afetam estruturalmente o fortalecimento da produção familiar, buscado pelo programa.

Segundo várias análises, a política macroeconômica brasileira baseada no ideário neoliberal, iniciada com o governo do Presidente Fernando Collor de Mello, continua com os seus fundamentos econômicos estruturados ainda na mesma direção, privilegiando os capitais especulativos, financeiros e monopólios.

Apesar das limitações estruturais da economia nacional e dos limites no interior da própria dinâmica de operacionalização, o PRONAF tem sido considerado um importante espaço para os agricultores familiares. Segundo Bruno (2004), o programa cresceu lenta e continuamente e expandiu as modalidades de linhas de créditos, visando atingir uma maior amplitude da diversidade da agricultura familiar presente no Brasil.

Na trajetória do programa, em 1997, é regulamentada pelo Banco Central a linha de crédito do grupo “D”, chamada de PRONAF-Rotativo ou Rural-Rápido, e também a linha de crédito para o grupo “C”, conhecida como “Pronafinho”.

Em 1998 ocorrem algumas expansões nas linhas de crédito, de custeio e investimento, e em 1999, em sintonia com a tipificação apresentada pelos estudos da FAO criam-se quatro grupos do PRONAF com suas respectivas linhas de crédito através da resolução 2.629 de 10/08/99, segmentando o público beneficiário de agricultores familiares em quatro grandes grupos, “A”, “B”, “C” e “D”, e em 2003, cria-se o grupo “E”, com a influência do sindicalismo patronal da agricultura (BRUNO, 2004).

Após 1999 o programa continuou em permanente adaptação e mudanças, ampliando o seu público, criando novas linhas de crédito, alterando as condições gerais dos financiamentos, critérios de enquadramento, taxas de juros, prazos de pagamento e diversos outros mecanismos para a sua operacionalização, como as políticas de assistência técnica, desburocratização dos projetos técnicos e documentação para contratação dos financiamentos, facilitação na composição da garantia dos financiamentos, assumindo o risco da operação em algumas linhas de

crédito, seguro rural, entre outras.

Nos próximos itens as informações basearam-se no Manual do Crédito Rural com as atualizações para o Plano Safra 2006/2007 da agricultura familiar.

### a) Enquadramento dos produtores no PRONAF

Atualmente o crédito rural disponibilizado através do PRONAF e operacionalizado através da classificação do público beneficiário nos grupos “A”, “A/C”, “B”, “C”, “D” e “E”, oferece linhas de crédito adaptadas a grupos e contextos da realidade da agricultura familiar brasileira, conforme os critérios de enquadramento que se baseiam principalmente na renda bruta familiar, na área do empreendimento e no trabalho (familiar e contratado), conforme quadro 02.

Grupo	Renda bruta Familiar anual	Renda do estabelecimento	Trabalho	Área (em módulo fiscal- MF)
<b>B</b>	Até R\$ 3 mil	Mínimo 30%	Familiar	Até 4
<b>C</b>	R\$ 3 a 16 mil	Mínimo 60%	Familiar e contratados eventuais	Até 4, estendendo para 6 MF para pecuaristas
<b>D</b>	R\$ 16 a 45 mil	Mínimo 70%	Até 2 empregados fixos e contratados eventuais	Até 4, estendendo para 6 MF para pecuaristas
<b>E</b>	R\$ 45 a 80 mil	Mínimo 80%	Até 2 empregados	Até 6, estendendo para 6 MF para pecuaristas

Fonte: Banco Central do Brasil (2006), sistematizado pelo autor (2006)

#### Observações da tabela

- Para o grupo “A”, não incluído na tabela, o enquadramento ocorre com os produtores na condição de beneficiários da política nacional de reforma agrária e de crédito fundiário.
- Para o grupo “A/C”, , enquadram-se o público egresso do grupo “A”, que se habilite ao primeiro financiamento de custeio isolado.
- A renda bruta pode ser abatida em:
  - 50% para a avicultura e a suinocultura não integrada, ovino/caprinocultura, pecuária de leite, piscicultura, sericultura e fruticultura;
  - 70% para turismo rural, agroindústria familiar, olericultura e floricultura;
  - 90 % para a avicultura e a suinocultura integradas ou parceria com a agroindústria.
  - Exclui-se do cálculo da renda, os benefícios sociais e previdenciários

#### Quadro 02 – Critérios de enquadramento nos grupos do PRONAF

São beneficiários do Crédito Rural os produtores familiares e comunidades tradicionais mediante comprovação pela DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF obedecendo as seguintes condições:

- Pertencer a uma categoria de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da reforma agrária, e enquadramento em um dos seis grupos

do PRONAF: A, B, A/C, C, D e E;

- Residir na propriedade ou em local próximo;
- Dispor de até quatro módulos fiscais de terra, ou no máximo seis para pecuaristas familiares;
- O trabalho familiar deve ser a base da exploração do estabelecimento, embora comporte também produtores com relações capitalistas de produção.

Também são beneficiários do PRONAF se enquadrando nos grupos B, C, D ou E, de acordo com a renda e a caracterização da mão-de-obra utilizada as seguintes categorias:

- Pescadores artesanais autônomos ou parceiros de outros pescadores, com contrato de garantia de compra do pescado, exceto para o Grupo B;
- Extrativistas com exploração “ecologicamente sustentável”;
- Silvicultores com “manejo sustentável” no cultivo de espécies nativas ou exóticas;
- Pecuaristas familiares como atividade predominante;
- Aqüicultores com até dois hectares de lâmina d’água ou até 500 m<sup>3</sup> de água, para tanque-rede.

A DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) comprova o grupo em que o produtor pertence e é válido para a unidade familiar de produção e todos os membros da família, sendo assinada pelo representante.

## **b) Os grupos do PRONAF e as suas linhas de crédito específicas**

### **Grupo A**

É composto pelo público beneficiário das políticas e programas de reforma agrária: Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, Programa de Crédito Fundiário, programas estaduais e municipais de reforma agrária, além do público associado às reservas extrativistas.

Até o ano de 1999, a maior parte deste grupo se enquadrava como beneficiário do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), que foi extinto e incorporado ao PRONAF.

A linha de crédito específica do grupo destina-se à modalidade de

investimento, e visa a implantação, estruturação, ampliação e modernização das unidades de produção familiar ou de áreas comunitárias próximas. O limite de crédito é de R\$ 16,5 mil, com mais R\$ 1,5 mil não reembolsável para contratação de assistência técnica, juros de 1,15% a.a.(ao ano), amortização com desconto de 45% do principal, quando houver assistência técnica e 40%, quando não tiver assistência técnica e até 10 anos para pagamento, conforme quadro 03.

Grupo	Limite de crédito (R\$)	Limite de contratos/beneficiário	Juros fixos (% a.a.)	Bônus	Prazo de pgto. (anos)	Carência (anos)
<b>A</b>	Até R\$ 16,5 mil	Até 2 dentro do limite	1,15	40%a 45% do principal	Até 10	Até 5
<b>B</b>	Até R\$ 1500,00	Até R\$ 4 mil com bônus	1,00	25%	Até 2	Até 1
<b>C</b>	R\$ 1,5 a R\$ 6 mil	Até 3 operações	3,00	R\$ 0,7 mil	Até 8	Até 5
<b>D</b>	Até R\$ 18 mil	Até 3 operações	3,00	-	Até 8	Até 5
<b>E</b>	Até R\$ 36 mil	Até 3 operações	7,25	-	Até 8	Até 5

Fonte: Banco Central do Brasil (2006), sistematizado pelo autor (2006)

#### Observações

- O grupo "A/C" não dispõe de linha de crédito para investimento. Este público já foi beneficiado com crédito de investimento do grupo "A", e podem também acessar outros créditos especiais.
- Sobre-tetos de até 50% nos valores dos financiamentos para finalidades específicas.

#### Quadro 03 – Linhas de crédito de investimento dos grupos do PRONAF

O grupo "A" não dispõe de uma linha de crédito específica para custeio, mas pode usar parte do financiamento de investimento nesta finalidade, ou, se inserir em outro grupo após a utilização deste crédito de implantação.

Além desta linha de crédito específica, o grupo pode usufruir de outras modalidades de financiamento, especialmente a linha de crédito de investimento para recuperação dos projetos de assentamentos no valor de até R\$ 6 mil por beneficiário, disponíveis sob condições específicas estabelecidas, com limite de crédito de R\$ 6000,00, por produtor.

#### Grupo A/C

É composto pelo público que já se beneficiou da linha de crédito do grupo "A" e que se habilite a realizar o primeiro financiamento na modalidade de custeio. O financiamento específico para este grupo apresenta as seguintes

condições: valor de R\$ 500,00 a R\$ 3.000,00; juros de 2% a.a., prazo de até 2 anos com desconto de R\$ 200,00. A operação pode ser repetida até atingir o valor de R\$ 4500,00 a partir do qual o produtor perde o direito ao bônus (quadro 04).

<b>Grupo</b>	<b>Valores financiados (R\$)</b>	<b>Juros fixos (% a.a.)</b>	<b>Bônus</b>	<b>Prazo total de pagamento</b>
<b>A/C</b>	R\$ 0,5 a R\$ 3 mil	2,00	R\$ 0,2 mil	Até 2 anos
<b>C</b>	R\$ 0,5 a R\$ 4 mil	4,00	R\$ 0,2 mil	Até 2 anos
<b>D</b>	Até R\$ 8 mil	4,00	-	Até 2 anos
<b>E</b>	Até R\$ 28 mil	7,25	-	Até 2 anos

Fonte: Banco Central do Brasil (2006), sistematizado pelo autor (2006)

**OBSERVAÇÃO:** Pode ser aplicado um sobreteto no limite de crédito de até 30% ou até 50%, conforme a finalidade e o grupo.

#### **Quadro 04 – Linhas de crédito de custeio dos grupos do PRONAF**

### **Grupo B**

É o grupo mais numeroso do PRONAF composto pelos produtores familiares periféricos em situação de risco social, remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas. Constituem o grupo do chamado microcrédito, enquadrados como de baixa renda. Este grupo anteriormente estava relacionado pela FAO como detentores de baixa potencialidade produtiva. Foi criado para combater a pobreza rural e a linha de crédito apoia qualquer atividade geradora de renda.

Enquadram-se neste grupo os produtores com renda bruta anual de até R\$ 3 mil reais, devendo no mínimo 30% ser oriunda do estabelecimento, conforme o quadro 02. A linha de crédito específica do grupo destina-se a investimento em atividades geradoras de renda e melhorias de condições produtivas com as seguintes características: valor de até R\$ 1500,00 por operação com direito a bônus de adimplência de 25% até o valor acumulado de R\$ 4000,00. Após este limite as operações não contemplam o bônus. O juros é de 1% a.a. e o prazo de pagamento é de 2 anos (quadro 03)

Este grupo não dispõe de linha de crédito específica para custeio da produção, mas a linha de crédito para investimento pode ser parcialmente utilizada nesta finalidade.

### **Grupo C**

É o grupo dos produtores familiares que foram considerados em “*transição*”, de “*exploração intermediária*” com renda e condições vulneráveis ao processo de exclusão social. É um público considerado com bom potencial de resposta produtiva a estímulos e apresentam certa integração aos mercados dos complexos agroindustriais.

Estão enquadrados neste grupo, conforme o quadro 02, os produtores com renda familiar bruta entre R\$ 3 a 16 mil, e no mínimo 60% da renda deve originar das atividades do estabelecimento.

As linhas de crédito específicas deste grupo são divididas em custeio e investimento, conforme os quadros 03 e 04. As condições gerais dos financiamentos para custeio são: valor de R\$ 500,00 a R\$ 4 mil reais; juros de 4% a.a. desconto de R\$ 200,00, prazo de 2 anos.

Para financiamento de investimentos as condições são: valor de R\$ 1,5 a 6 mil reais, juros de 3% a.a., prazo de até 08 anos e bônus de R\$ 700,00 de adimplência.

### **Grupo D**

Neste grupo estão os produtores familiares consolidados, considerados economicamente estabilizados, podendo contar com até dois empregados. Em geral, são integrados às cadeias produtivas dos complexos agroindustriais, consumidores de insumos, máquinas e serviços da indústria.

Estão enquadrados neste grupo, conforme o quadro 02, os produtores com renda familiar bruta entre R\$ 16 a 45 mil, devendo no mínimo 70% desta renda ser originada do estabelecimento.

As linhas específicas de crédito para o grupo são divididas em custeio e investimento, conforme os quadros 03 e 04. O crédito para custeio apresenta as seguintes condições gerais: valor de até R\$ 8 mil; juros de 4% a.a., prazo de pagamento de até dois anos. Para investimentos, o valor é de até R\$ 18 mil, juros de 3% a.a. e prazo de até 8 anos.

**Grupo E**

Trata-se do grupo anteriormente beneficiário do PROGER familiar rural. Esta linha de crédito atinge os agricultores familiares, com renda mais elevada. O grupo pode contratar até 2 empregados na unidade de produção.

Estão enquadrados neste grupo, conforme o quadro 02, os produtores com renda familiar bruta entre R\$ 45 a 80 mil, devendo no mínimo 80% ser originada do estabelecimento.

As linhas específicas de crédito para o grupo são divididas em custeio e investimento, conforme os quadros 03 e 04. O limite máximo do crédito para custeio é de até R\$ 28 mil, os juros de 7,25% a.a., prazo de até dois anos. Para investimento o valor é de até R\$ 36 mil, juros de 7,25% a.a. e prazo de até 08 anos.

**c) Linhas de crédito especiais**

Além das linhas de crédito específicas para cada grupo, o programa oferece outras opções de financiamentos, com o objetivo de estimular atividades consideradas especiais e importantes (quadro 05).

<b>Linha de Crédito</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Beneficiários</b>	<b>Limites</b>	<b>Juros (% a.a.)</b>	<b>Prazo (anos)</b>	<b>Observações</b>
<b>Agroindústrias familiares</b>	Custeio/capital de giro para agroindústrias familiares	Pessoas físicas ou jurídicas composta por 90% de grupos B, A/C, D e E	Individual: R\$ 5 mil; Grupal: R\$ 2 milhões	4,5	Até 1	Mínimo 70% da matéria prima é própria
<b>Integralização de quotas parte</b>	Estimular a produção, industrialização e cooperação agrícola	Cooperativas de crédito com 90% dos grupos B, A/C, D e E com capital social máximo de R\$ 1 milhão	Individual: R\$ 0,5 mil	4,5	Até 6	
<b>Florestal</b>	Silvicultura, sistemas agroflorestais e extrativistas	Para todos os grupos, exceto para o grupo E	R\$ 1 a 6 mil, cfe. o grupo	3,0	Até 12 anos (aumenta nos fundos constitucionais)	Assistência obrigatória
<b>Semi-árido</b>	Investimento em obras hídricas	Para todos os grupos, exceto para o grupo E	Até R\$ 6,000,00	1,0	10	Mínimo 50% p/obras hídricas
<b>Mulher</b>	Agregação de renda	Para todos os grupos	R\$1,5 a 36 mil	Conforme o grupo	8	
<b>Jovens</b>	Atividades geradoras de renda	Para todos os grupos (1 crédito por beneficiário independente de outros créditos)	Até R\$ 6 mil	1,0	até 10	Assistência obrigatória
<b>Agroecologia</b>	Sistemas de produção agroecológicos	Grupos C ou D	C: R\$ 6000,00 D: R\$18.000,00	3	8	
<b>Recuperação de Assentamentos</b>	Investimento complementar	Público da reforma agrária	R\$ 6.000,00	1	Até 10	

Fonte: Banco Central do Brasil (2006), sistematizado pelo autor (2006)

#### **Quadro 05 – Outras linhas de crédito especiais do PRONAF**

## 4 O MUNICÍPIO E O QUADRO AGRÁRIO

### 4.1 BREVES NOTAS HISTÓRICAS

A primeira tentativa de povoamento do atual município de Ibiporã ocorreu nos anos 1850, com a instalação do aldeamento de São Pedro de Alcântara na margem esquerda do rio Tibagi, ao mesmo tempo em que se instalava a Colônia Agro-Militar de Jataí na outra margem do rio. O aldeamento e a Colônia Militar foram instalados na década de 1850, período anterior à guerra do Paraguai, para servirem de ponto de apoio nas passagens das tropas. Após a guerra estes povoamentos foram abandonados, pois o império passa a se comunicar com a província do Mato Grosso pelo rio Tietê. O aldeamento é quase dizimado pela varíola em 1877 e da Colônia Jataí, em 1896, restavam apenas 306 habitantes. (WACHOWICZ, 2001).

Segundo o autor, a ocupação do Norte do Paraná se desenvolve a partir dos anos 1840 na região conhecida como “Valuto” à margem direita do rio Paranapanema por fazendeiros mineiros, paulistas e paranaenses que buscavam novas terras férteis. A região se localiza no caminho dos tropeiros e sua ocupação gerou núcleos populacionais que originaram várias cidades no final deste século.

A cafeicultura nesta região se inicia a partir do rio Panapanema em direção ao rio Tibagi. No início do século XX, cafeicultores paulistas expandem as lavouras para esta região e até o ano de 1924, cultivam um milhão de pés de café. Estes fazendeiros organizaram a Sociedade Agrícola Barbosa Ferraz em 1910, e em 1920, adquirem a concessão para continuar os trilhos ferroviários a partir de Ourinhos para o Oeste Paranaense, para escoar a produção cafeeira que se expandia no Paraná. A ferrovia chega em Cambará em 1925, e é retomada posteriormente com o capital inglês em direção ao rio Tibagi (MARTINS, 1995).

Em 1924, os ingleses com planos colonizadores e imobiliários compram ações da Companhia Ferroviária e instalam em Londres a empresa Brazil Plantations Syndicate Ltda, seguida da Paraná Plantations Ltda e a Companhia de Terras Norte do Paraná, com sede em São Paulo, responsável pelos planos colonizadores e imobiliários iniciados em 1925. Neste ano os ingleses adquiriram a

concessão de uma gleba de 800 mil hectares e em 1928 completam 1,25 milhões de hectares, equivalente a 6% do território paranaense.

Na seqüência de fatos históricos relacionados com a colonização de Ibiporã, utiliza-se das informações de Lucarevski (1993).

Em 1932, os trilhos chegam à margem direita do rio Tibagi, constrói-se a ponte ferroviária em 1934, permitindo o acesso ao atual município de Ibiporã, que nesta época era conhecido como Jacutinga e se referia a uma gleba de terras localizada entre o rio Tibagi e as áreas da Companhia de Terras Norte do Paraná.

A colonização de Ibiporã e das terras adquiridas pelos ingleses, ocorre após a legislação paranaense autorizar, em 1916, o poder público a distribuir concessões de terras a interessados em colonizar territórios do Estado do Paraná. No caso de Ibiporã, o próprio comissário de terras se interessou pelo povoamento e a partir de 1918 designou prepostos que sucessivamente abandonavam o intento.

Em 1935, após arbitramento de litígios de terras que estavam sendo disputadas com antigos filhos de comissários, o Escritório Técnico e Colonizadora Beltrão, assume definitivamente o direito pelas terras disputadas, recebendo esta concessão como pagamento por serviços de construção de estradas em Palmas e Clevelândia.

O engenheiro Francisco G. Beltrão, proprietário da empresa colonizadora de Ibiporã era um empresário da área da engenharia, com várias obras de engenharia no Estado do Paraná. Tratava-se de um cidadão com certa influência no governo do Estado, tendo exercido vários cargos públicos estaduais do primeiro escalão do governo. Desempenhou entre outras funções a de realizar obras, transportes e comunicação.

Devido às várias responsabilidades do proprietário da colonizadora, a tarefa de execução das ações e projetos de colonização de Ibiporã ficou reservada para seu irmão, o engenheiro Alexandre Beltrão, que, por muitas vezes foi equivocadamente confundido como filho daquele, devido à considerável diferença de idade entre os mesmos.

O escritório técnico de topografia já trabalhava para a Companhia de Terras Norte do Paraná desde 1925, quando os ingleses estabeleceram as negociações com o governo do Estado. Neste período, o engenheiro Alexandre iniciou as atividades na região Norte do Paraná através do referido escritório,

prestando serviços para a companhia inglesa, após ter deixado a função de professor titular de topografia da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Neste ofício, o engenheiro fez constantes e regulares incursões no território a ser colonizado pelos ingleses e na gleba Jacutinga, para realizar os levantamentos topográficos, propiciando-lhe um grande conhecimento geográfico da região.

Portanto, Alexandre era o principal responsável pela execução das atividades do escritório técnico na região do norte do Paraná e na gleba Jacutinga, sendo a ele também creditado os projetos de loteamento rural e urbano, e as principais obras iniciais de engenharia de Ibiporã. Mas, é o seu irmão, o engenheiro Francisco, o personagem mais freqüentemente lembrado como responsável pela colonização do município.

Constam em escritos do colonizador que na ocasião dos levantamentos topográficos foram encontrados cerca de 50 posseiros na gleba Jacutinga, vindos das regiões cafeeiras. Conforme a Prefeitura Municipal de Ibiporã (1999), os pioneiros do município de Ibiporã encontraram marcas no território de indígenas, nômades e roças esparsas de caboclos.

Com a chegada dos trilhos em Ibiporã, muitos colonos ali desembarcaram a procura de terras. Depois de comprados os lotes, os agricultores abriam uma clareira, faziam um abrigo rústico, desmatavam, ateavam fogo e em seguida iniciavam os plantios de café. O trabalho era feito sob empreitada ou pela própria família, conforme as disponibilidades financeiras. (LUCAREVSKI, 1993).

O padrão de loteamento de Ibiporã foi semelhante ao realizado pela Companhia de Terras Norte do Paraná. Segundo a Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná (1975), os lotes rurais de Londrina tinham um formato retangular, delimitado ao fundo pelos córregos e na cabeceira pelas estradas posicionadas nas linhas de espigão do relevo. As chácaras no cinturão verde foram dimensionadas em 2,5 a 12 hectares e o restante das parcelas em 25, 45 e 50 hectares aproximadamente. Em 1931, a companhia já havia vendido mais de sete mil hectares, entre lotes urbanos, chácaras e sítios no entorno da atual cidade de Londrina.

Partindo de Londrina, em direção ao Oeste, de 15 Km em 15 Km, aproximadamente, constituíam-se vilas urbanas que logo se tornaram cidades e os lotes rurais eram vendidos aos migrantes. Em 1944, a companhia de terras é

vendida para empresários brasileiros que prosseguem a colonização para a região conhecida como Norte Novíssimo (CMNP, 1975).

A colonização abre a possibilidade da territorialização de um grande número de unidades de produção familiar, pela compra à vista ou à prazo de uma parcela de terras. Ao mesmo tempo, muitos colonos sem recursos se estabelecem para o trabalho na lavoura cafeeira dos proprietários.

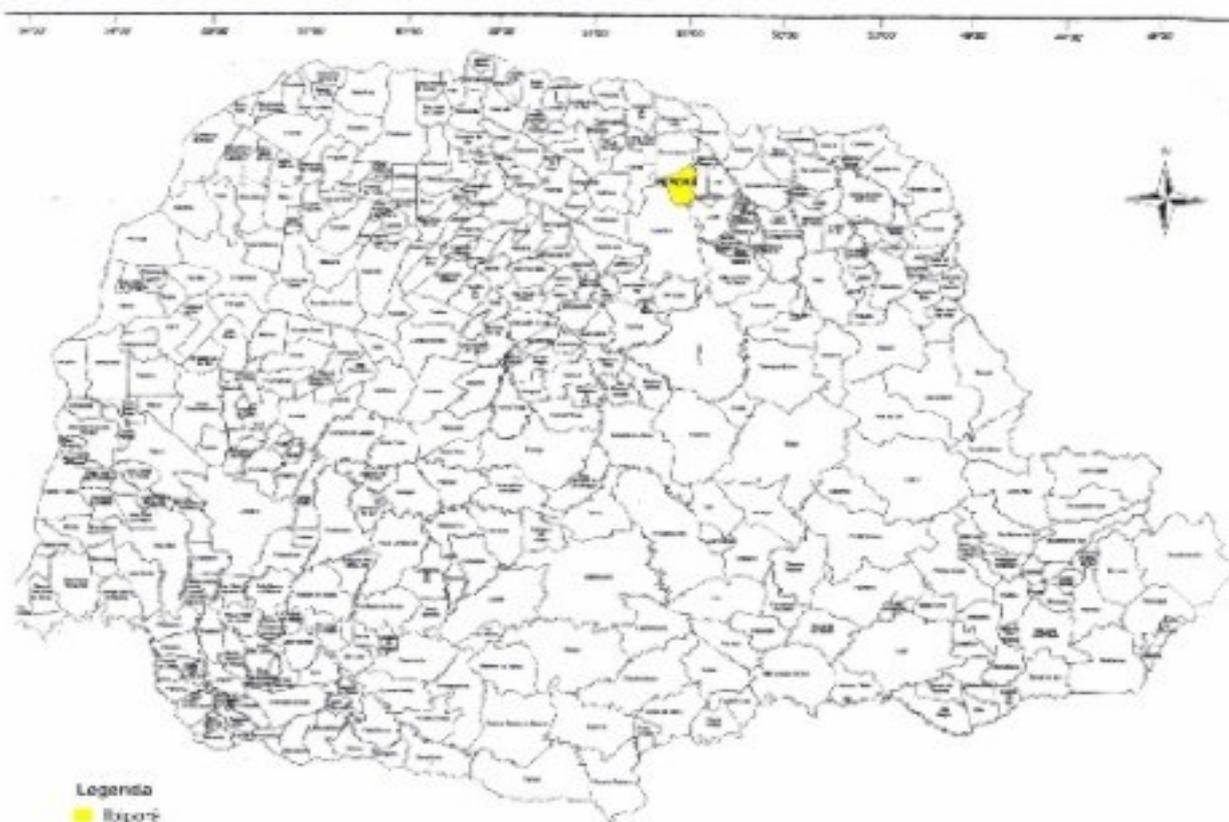
A ocupação e expansão econômica do chamado “Norte Novo do Paraná” foram rápidas, e segundo Jofily (1985), a sua interpretação é grandemente influenciada por visões do ufanismo, da crença num eldorado, considerando o autor, tendenciosas muitas das informações propagandeadas pela companhia loteadora. Segundo o autor:

A autêntica versão estava bloqueada pelo silêncio ou pela raridade de fontes idôneas. Assim, nas páginas da história do Paraná difundiu-se uma simpática imagem do imperialismo inglês. Seus agentes são saudados como salvadores do Brasil. Na retórica dos colonizadores a cobiça – por mais desenfreada que seja – está invariavelmente mascarada pela abnegação, pela benemerência e pela filantropia. (JOFILY, 1985).

## **4.2 O QUADRO AGRÁRIO DE IBIPORÃ**

Em 1935, o povoado que origina Ibiporã contava com 13 casas e em 1936, a população chega a 1800 pessoas. A partir deste ano, diariamente, chegavam colonos na estação ferroviária de Ibiporã à procura de lotes rurais. Eram em geral, paulistas, mineiros, capixabas e migrantes estrangeiros. Muitos colonos iam logo embora por falta de dinheiro e local para se instalarem após o desembarque. (LUCAREVSKI, 1993). Em 1938 Ibiporã é elevado a distrito de Sertanópolis e, em 1947 se emancipa como município (PMI, 1999).

Localizado na Região Metropolitana de Londrina, Ibiporã, confronta-se a Leste com Jataizinho no rio Tibagi (08 km), ao Norte com Sertanópolis (25 km), ao Sul com Londrina (13 km), a Sudeste com Assai e a Nordeste com Rancho Alegre (8 km), conforme o mapa 1, que ilustra a localização do município no Estado do Paraná.



Escala aproximada: 1 : 47360

Fonte: IPARDES, 2005 (adaptado pelo autor)

### **Mapa 1** – Localização do Município de Iporã no Paraná

Com área de 300,02 km<sup>2</sup>, Iporã apresenta relevo com declividade ondulada e suavemente ondulada em 90% da área, plana em 5% e montanhosa nos 5% restantes. A característica predominante do relevo permite os cultivos mecanizados na maior parte da superfície. A temperatura média no verão é 30 a 33 °C e de 15 a 18 °C no inverno e a pluviosidade média é de 1650 mm. A altitude da sede municipal é de 486 m., e do ponto mais elevado, localizado na comunidade Guaraní, é de 683 m. (Emater, 2003).

Na evolução populacional, a população rural foi predominante até a década de 1970, conforme tabela 01, coincidindo com o início da hegemonia urbana, as erradicações das lavouras de café com simultânea expansão da cultura da soja ocorrida com grande intensidade a partir de 1975, conforme os Censos Agropecuários de IBGE.

No período anterior a 1975 a intensa exploração cafeeira já tinha incorporado parcialmente uma base mecanizada nos anos 1950 e 1960 com os pequenos tratores, muito úteis nos cultivos e que aumentavam a produtividade do trabalho, liberando a mão-de-obra.

Em 2000, Ibiporã conta com uma população de 42.153 habitantes, sendo 7.2% na zona rural, conforme tabela 01.

**Tabela 01** – Evolução da população urbana e rural de Ibiporã (1950 a 2000)

Ano	População Rural		População Urbana		Total
	Qtde	%	Qtde	%	
1950	15999	81,9	3543	18,1	19542
1960	19396	74,7	6560	25,2	25956
1970	14194	52,2	12999	47,8	27193
1980	7560	27,4	20064	72,6	27624
1991	4440	12,6	30728	87,4	35168
1996	4340	11,2	34449	88,8	38798
2000	3012	7,2	39141	92,8	42153

Fonte: PMI, 2001

A população que saiu da zona rural, entre as décadas de 1960 e 1980, não se dirigiu necessariamente para a zona urbana local, pois a população total do município não cresceu significativamente neste período, indicando que houve migrações para outros locais.

O êxodo rural ocorrido em Ibiporã no período de 1960 a 1980 reflete o fenômeno que ocorreu na esfera nacional, cuja migração líquida rural-urbana foi de 28,5 milhões de pessoas. (MARTINE, 1991).

A partir da década de 1980 a população rural decresceu constantemente indicando o processo de esvaziamento rural.

#### 4.2.1 Estrutura Fundiária: Evolução de 1970 a 1995/1996

##### a) Os estabelecimentos e a concentração fundiária

Para a realidade territorial de Ibiporã, este trabalho adotou o critério de pequenos, médios e grandes, respectivamente aos estabelecimentos com áreas de até 50 hectares, de 50 a 100 hectares e acima de 100 hectares.

Os pequenos estabelecimentos em Ibiporã são amplamente predominantes e apresentam relevantes impactos econômicos, refletindo a tendência verificada no Paraná e no Sul do Brasil. Segundo Ferreira (2002) na região Sul, a agricultura familiar está presente em 90,5% dos estabelecimentos, sendo responsável por 57,1% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBPA), 83,9% do pessoal ocupado, e, contrata 43,3% dos financiamentos para a atividade agrícola.

Apesar da predominância da agricultura familiar em Ibiporã, a concentração fundiária se manifestou no período da modernização da agricultura. No plano nacional este processo também ocorreu, revelando que o modelo de desenvolvimento rural, concebido em sintonia com os preceitos da revolução verde tem favorecido o desenvolvimento dos estabelecimentos maiores em detrimento dos pequenos (MARTINE, 1991).

A concentração fundiária em Ibiporã é evidenciada pela análise das tabelas 02 e 03. Os estabelecimentos com áreas superiores a 100 hectares representam 6,7% dos estabelecimentos e detém 30,7% da área total. Por outro lado, àqueles com área de até 50 hectares, são 82,5% e ocupam 31,3% da área total.

Na evolução temporal entre 1970 e 1995/1996, a concentração fundiária se agravou, pois diminuiu a quantidade e a área dos pequenos estabelecimentos (até 50 hectares), tanto em valores absolutos, como proporcionais. Enquanto isto, os médios (com 50 a 100 hectares) e os grandes (acima de 100 hectares) aumentaram a participação no número e na área total.

Neste período, os pequenos estabelecimentos diminuíram, passando de 1107 para 519, diminuindo também a área ocupada de 61,8% para 38,0% (tabelas 02 e 03). Apesar da concentração fundiária e da extinção de mais da metade destes estabelecimentos, a produção familiar é amplamente predominante. Constata-se esta afirmação admitindo-se que os pequenos produtores com área de até 50 hectares são quase todos familiares.

**Tabela 02** – Nº. de estabelecimentos agropecuários de Ibiporã

Grupo de área (ha)	Nº de Estabelecimentos					% de Estabelecimentos				
	1970	1975	1980	1985	95/96	1970	1975	1980	1985	95/96
0 a 10	571	321	165	345	205	48,7	36,4	25,5	39,7	32,6
10 a 50	536	443	352	416	314	45,7	50,2	54,3	47,9	49,9
<b>Até 50 ha</b> (pequenos estabelecimentos)	<b>1107</b>	<b>764</b>	<b>517</b>	<b>761</b>	<b>519</b>	<b>94,4</b>	<b>86,6</b>	<b>79,8</b>	<b>87,7</b>	<b>82,5</b>
<b>50 a 100 ha</b> (médios estabelecimentos)	<b>41</b>	<b>68</b>	<b>79</b>	<b>61</b>	<b>68</b>	<b>3,5</b>	<b>7,7</b>	<b>12,2</b>	<b>7,0</b>	<b>10,8</b>
100 a 500	24	49	49	44	40	2,0	5,6	7,6	5,1	6,4
500 a 1000	1	1	3	2	1	0,1	0,1	0,5	0,2	0,2
Mais de 1000	0	0	0	0	1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
<b>Acima de 100 há</b> grandes estabelecimentos)	<b>25</b>	<b>50</b>	<b>52</b>	<b>46</b>	<b>42</b>	<b>2,1</b>	<b>5,7</b>	<b>8,0</b>	<b>5,3</b>	<b>6,7</b>
<b>Total</b>	<b>1173</b>	<b>882</b>	<b>648</b>	<b>868</b>	<b>629</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96, in Costa, 2000. (adaptado pelo autor)

**Tabela 03** – Área dos estabelecimentos agropecuários de Ibiporã

Grupo de Área (ha)	Área dos Estabelecimentos (ha)					% da Área dos Estabelecimentos				
	1970	1975	1980	1985	95/96	1970	1975	1980	1985	95/96
0 a 10	3572	2031	986	1970	976	15,6	7,7	3,9	7,9	4,2
10 a 50	10618	9658	8348	9431	7788	46,2	36,8	33,1	37,6	33,8
<b>Até 50 ha</b> (pequenos estabelecimentos)	<b>14190</b>	<b>11689</b>	<b>9334</b>	<b>11401</b>	<b>8764</b>	<b>61,8</b>	<b>44,6</b>	<b>37,0</b>	<b>45,5</b>	<b>38,0</b>
<b>50 a 100 ha</b> (médios estabelecimentos)	<b>2895</b>	<b>4642</b>	<b>5443</b>	<b>4190</b>	<b>7204</b>	<b>12,6</b>	<b>17,7</b>	<b>21,6</b>	<b>16,7</b>	<b>31,3</b>
100 a 500	5051	9053	7978	7678	4789	22,0	34,5	31,7	30,6	20,8
500 a 1000	825	825	2446	1788	871	3,6	3,1	9,7	7,1	3,8
Mais de 1000	0	0	0	0	1406	0,0	0,0	0,0	0,0	6,1
<b>Acima de 100 há</b> (grandes estabelecimentos)	<b>5876</b>	<b>9878</b>	<b>10424</b>	<b>9466</b>	<b>7066</b>	<b>25,6</b>	<b>37,7</b>	<b>41,4</b>	<b>37,8</b>	<b>30,7</b>
<b>Total</b>	<b>22961</b>	<b>26209</b>	<b>25201</b>	<b>25057</b>	<b>23034</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96, in Costa, 2000 (adaptado pelo autor).

Um fator importante que provocou a concentração fundiária, relaciona-se diretamente com o declínio da economia cafeeira para a expansão da soja. Com as erradicações das lavouras cafeeiras se extinguíram um grande número de estabelecimentos, sendo os imóveis extintos e incorporados aos maiores, transformando-se em uma única unidade de produção, pois o total de produtores diminuiu de 1173 para 629 estabelecimentos no período considerado. A diminuição acentuada do número de estabelecimentos ocorre nas pequenas unidades de produção com área de até 50 hectares (tabela 02).

Enquanto na lavoura de café, uma família de agricultores cultivava reduzidas áreas, que variavam conforme o número da força de trabalho, em geral, equivalente a, aproximadamente, no máximo 5 hectares por trabalhador, segundo relato oral de vários produtores entrevistados, no caso da soja, em sucessão com trigo ou milho no inverno, poucos operadores de máquinas conseguem cultivar grandes áreas de terra<sup>11</sup>, impactando diretamente na concentração fundiária, na diminuição dos postos de trabalho no campo e no processo de urbanização que ocorreu com grande intensidade na expansão da “commodity” de soja.

As alterações na estrutura fundiária do município provocaram um aumento progressivo da área média dos estabelecimentos que evoluiu de 19,6 hectares para 36,6 hectares entre 1970 a 1995/1996.

O aumento da área média dos estabelecimentos verificado em Ibiporã no período analisado ocorreu para a maioria dos estratos de área identificados pelo IBGE, com exceção dos intervalos de 0 a 5 hectares e de 100 a 500 hectares.

## **b) As categorias dos produtores e a evolução entre 1970 a 1995/1996**

Em relação às categorias de produtores rurais convencionadas como unidades estatísticas de análise pelo IBGE, fazem-se necessários alguns esclarecimentos.

Conforme Oliveira (1997) os arrendamentos que ocorrem no Brasil e

---

<sup>11</sup> Em Ibiporã e nas comunidades pesquisadas constata-se que 2 ou 3 trabalhadores assalariados ou familiares cultivam áreas superiores a 500 hectares, com soja, trigo ou milho. A ajuda de outros trabalhadores quando necessária, ocorre no tratamento de sementes, plantio e durante a manipulação/abastecimento dos insumos nas máquinas. Também em alguns casos podem ser contratados serviços em algumas capinas de ervas espontâneas não controladas pelos herbicidas ou ainda em “catações manuais” de milho não colhidos (refugados) pelas colhedeiças. Esta ajuda eventual é feita com o contrato de diaristas ou de produtores familiares que podem trocar serviços e “favores”.

que são apresentados nos Censos Agropecuários do IBGE, englobam tanto os contratos para a exploração capitalista, como os contratos para os camponeses. Há uma diferenciação entre arrendatários e rendeiros, registrados indistintamente nos dados estatísticos do IBGE e INCRA.

Diferente dos arrendamentos ocorridos com a expansão capitalista nos campos da Inglaterra, no Brasil, a prática do arrendamento não corresponde necessariamente ao acesso a terra, pelo capitalista. Aqui ocorre que os camponeses sem terra ou com pouca terra também desenvolvem a prática do arrendamento.

Quando o contrato de arrendamento incide sobre o produtor camponês, caracteriza-se a categoria de rendeiro. É o termo utilizado para a prática de arrendamento da agricultura sob regime de trabalho familiar, em que não ocorrem relações de produção capitalistas, ou seja, não ocorre a compra da força de trabalho. No caso do arrendatário, o autor entende que se trata da produção baseada no assalariamento ou na compra da força de trabalho de terceiros não familiares, caracterizando a relação social de produção capitalista (OLIVEIRA, 1997).

A renda camponesa para Oliveira (1997) e para Martins (1986), nasce na produção. O rendeiro entrega-a diretamente ao proprietário da terra, deduzindo do valor do seu trabalho produtivo. No caso da renda capitalista da terra, o pagamento da renda, vem após o pagamento do capital adiantado na compra da força de trabalho e dos meios de produção, constituindo-se de uma parte da mais valia geral da sociedade, nascendo, portanto, na circulação da produção. Esta renda não é extraída diretamente do trabalho desenvolvido na produção pelo assalariado.

Ainda, segundo Oliveira (2003), constata-se no Brasil que os rendeiros constituem a maior parte do grupo considerado como arrendatário pelo IBGE e pelo INCRA, podendo ser identificados pela predominância da produção familiar em mais de 90% dos estabelecimentos cultivados sob contrato de arrendamento.

A diferença principal do rendeiro para o parceiro reside na autonomia produtiva. O rendeiro conduz a produção de forma independente, enquanto na parceria, o proprietário participa do processo de gestão do empreendimento com intensidades variáveis, havendo divisão dos custos de produção e dos resultados com o parceiro.

Os dados dos Censos Agropecuários do IBGE mostram a presença

e evolução das categorias dos produtores e indica a predominância dos proprietários, representando 70,4% dos estabelecimentos e o domínio de 77,6% das áreas totais. Já as categorias identificadas pelo IBGE como ocupantes, arrendatários e parceiros representam 29,6% dos estabelecimentos e 22,4% da área total, conforme as tabelas 04 e 05.

No período de 1970 a 1995/1996, a proporção dos proprietários no número total de estabelecimentos aumentou de 47,1% para 70,4%. No mesmo período constatou-se uma grande redução na presença dos parceiros, passando de 50,3% em 1970 para 11,8% em 1995/1996. A industrialização da agricultura, representada pela expansão da soja sobre as áreas de café, explica a diminuição do número e da área dos parceiros, comuns no cultivo da rubiácea (tabelas 04 e 05).

**Tabela 04** – Proporção de estabelecimentos por categoria em Ibiporã (em %)

Categorias	% de Estabelecimentos				
	1970	1975	1980	1985	95/96
<b>Proprietário</b>	47,1	62,3	88,1	54,1	70,4
<b>Arrendatário</b>	2,0	6,0	11,3	9,9	14,1
<b>Parceiro</b>	50,3	26,6	0,5	33,0	11,8
<b>Ocupante</b>	0,6	5,1	0,1	3,0	3,7
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE – Censos agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96, in Costa, 2000 (adaptado pelo autor).

**Tabela 05** – Proporção de área ocupada pelas categorias de produtores em Ibiporã (em %)

Categorias	Área dos Estabelecimentos (em %)				
	1970	1975	1980	1985	95/96
<b>Proprietário</b>	71,8	79,7	93,3	75,9	77,6
<b>Arrendatário</b>	1,2	3,5	6,5	8,3	16,7
<b>Parceiro</b>	26,7	10,6	0,2	14,8	3,9
<b>Ocupante</b>	0,3	6,2	0,0	1,0	1,8
<b>Total</b>	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE - Censos agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96, in Costa, 2000 (adaptado pelo autor)

De forma inversa, os arrendatários aumentaram a participação no período. Esta categoria apresentou o maior crescimento em todo o período analisado, de 1970 a 1995/96, tanto do ponto de vista do número de estabelecimentos, como da área ocupada, ocorrendo inclusive o aumento das áreas médias destes estabelecimentos de 12,3 hectares para 43,2 hectares no período considerado.

O aumento na participação dos arrendatários identificado pelo IBGE, ocorreu após o início das erradicações de café e expansão da cultura de soja, ocorrendo à migração da produção de café para a leguminosa. O arrendamento, pouco significativo nos períodos anteriores, estava presente em apenas 2% dos estabelecimentos em 1970 (tabela 04), principalmente na produção de algodão.

Os parceiros, com as erradicações das lavouras cafeeiras diminuíram, após 1970, junto com a eliminação de um grande número de estabelecimentos, e, com a migração para a produção de soja na condição de renteiro. Em 1970, os parceiros representavam 50,3% do total dos estabelecimentos, passando a representar apenas 11,8% em 1995/96. A área ocupada por este grupo que representava 26,7% do total em 1970 passou para 3,9% em 1995/96. (tabelas 04 e 05).

A parceria é uma forma de produção que substituiu o sistema de colonato da cafeicultura brasileira, particularmente, a partir de meados do século XX (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Os parceiros se caracterizam por dividir com o proprietário da área parte das responsabilidades de cultivo e dos custos.

Em Ibiporã, a relação típica de parceria continua ocorrendo nos cultivos de café, demonstrando o potencial da produção cafeeira para a produção familiar. De forma geral, o parceiro executa os trabalhos agrícolas e o proprietário fornece os insumos necessários ao cultivo. Os resultados da produção são divididos em proporções que variam de 30% a 50%.

Os estabelecimentos sob a exploração dos ocupantes constituem a menor categoria registrada em todos os Censos Agropecuários do IBGE a partir de 1970, tanto do ponto de vista do número de estabelecimentos como da área ocupada (tabelas 04 e 05).

#### 4.2.2 Uso do solo e produção agrícola

No contexto de Ibiporã, as condições edafoclimáticas e a proximidade com o mercado são favoráveis à produção agrícola. Esta característica, possibilita a produção de uma variada composição de produtos agrícolas, que se manifesta em Ibiporã, com diferentes significados econômicos e ambientais. Apesar do potencial produtivo diversificado, a monocultura da soja domina quase 2/3 das áreas dos estabelecimentos do município, conforme as atualizações de estimativas da produção agrícola municipal do IBGE (2006).

Segundo o Censo Agropecuário de 1995/1996, a produção vegetal responde por 78,2% do valor da produção agrícola, principalmente as culturas anuais e, particularmente, a soja. Na produção animal, as pequenas criações (principalmente aves e suínos) respondem pela maior parte do valor da produção.

A modernização da agricultura manifestou-se com intensidade em Ibiporã, com o sistema de produção mecanizado de grãos e de cereais, do qual a soja é a principal expressão.

Até 1970, a cafeicultura, atividade agrícola predominante, implicava entre outros fatores, em grande número de força de trabalho. Muitas destas ocupações rurais se extinguíram com a expansão da soja e provocaram a mudança da composição no uso do solo (tabela 06) e a diminuição do número de produtores (tabela 02).

**Tabela 06** – Tipos de usos do solo: nº. de produtores e participação proporcional

Uso do Solo	Informantes <sup>12</sup>					%(a)				
	1970	1975	1980	1985	95/96	1970	1975	1980	1985	95/96
Lavouras Permanentes	802	534	338	420	188	68,4	61,4	52,2	48,4	29,9
Lavouras Temporárias	680	606	521	713	507	58,0	69,7	80,4	82,1	80,6
Lavouras em Descanso	0	16	18	14	25	0,0	1,8	2,8	1,6	4,0
Pastagens Naturais	257	265	162	95	7	21,9	30,5	25,0	10,9	1,1
Pastagens Plantadas	262	197	235	292	323	22,3	22,7	36,3	33,6	51,4
Matas e Florestas Naturais	76	87	74	104	83	6,5	10,0	11,4	12,0	13,2
Matas e Florestas Plantadas	51	67	138	93	66	4,3	7,7	21,3	10,7	10,5
Terras Produtivas não Plantadas	71	108	109	30	26	6,1	12,4	16,8	3,5	4,1

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96, in Costa, 2000 (adaptado pelo autor).

**Observação:** Considera-se a proporção entre o número de informantes e o total de estabelecimentos que é de 1173, 882, 648, 868 e 629, respectivamente para os Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/1996, conforme a tabela 02.

Verifica-se entre os anos de 1970 a 1995/1996, transformações significativas na base produtiva e uso do solo dos estabelecimentos agropecuários de Ibiporã. A área de cultivo das principais culturas aumentou de 13.098 hectares para 24.481 hectares, com algumas culturas declinando e outras aumentando.

Identifica-se pela tabela 06 um intensivo uso do solo dos estabelecimentos rurais, com finalidades agrícolas, restando restritas áreas de formações florestais principalmente nos fundos de vales, junto à rede de drenagem dos corpos hídricos. As formações florestais, desde 1970, já estavam distantes de atingir o mínimo exigido pela legislação ambiental, constante do código florestal, visando a composição das áreas de preservação permanente e reservas legais. A cobertura florestal, matas naturais e plantadas, que naquele ano representavam 4,8% da área total, em 1995/1996, permanecem praticamente estável com 5,2% (tabela 07).

<sup>12</sup> Considera-se o significado de “informantes” do IBGE, coincidente com “produtores”.

**Tabela 07** – Tipos de usos do solo: área e participação proporcional

Uso do Solo	Área (ha)					%				
	1970	1975	1980	1985	95/96	1970	1975	1980	1985	95/96
Lavouras Permanentes	8525	7152	5603	3578	1013	37,1	27,3	22,2	14,3	4,4
Lavouras Temporárias	6749	9296	9921	14206	13919	29,4	35,5	39,4	56,7	60,4
Lavouras em Descanso	0	174	209	82	144	0,0	0,7	0,8	0,3	0,6
Pastagens Naturais	1980	2008	1824	1112	103	8,6	7,7	7,2	4,4	0,4
Pastagens Plantadas	3275	4157	4669	4192	5533	14,3	15,9	18,5	16,7	24
Matas e Florestas Naturais	1015	1036	825	695	1071	4,4	4,0	3,3	2,8	4,6
Matas e Florestas Plantadas	89	153	254	183	135	0,4	0,6	1,0	0,7	0,6
Terras Produtivas não Plantadas	426	715	821	107	125	1,9	2,7	3,3	0,4	0,5

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96, in Costa, 2000 (adaptado pelo autor).

**Observação:** Considera-se a proporção entre as áreas de cada tipo de uso do solo e a área total dos estabelecimentos, que é de 22.961 ha., 26209 ha., 25201 ha., 25057 ha. e 23034 ha., respectivamente para os Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/1996, conforme a tabela 03.

A diminuição do número de estabelecimentos de 1173 para 629 que se verificou em Ibiporã entre o ano de 1970 e de 1995/1996 (tabela 02), provocou a diminuição do número de produtores com lavouras permanentes e temporárias. No mesmo período apesar da drástica redução dos estabelecimentos, aumentou o número de produtores com cultivo de pastagens plantadas e com uso do solo em descanso (tabela 06).

Mais útil, porém, para a verificação dos movimentos dos produtores em relação às atividades desenvolvidas ao longo do período considerado, são os dados que revelam a proporção de produtores nas atividades agrícolas constantes na tabela 06. Registra-se, no período considerado, que a proporção dos produtores com culturas permanentes diminuiu mais de 50%, passando de 68,4% para 29,9%, e ao mesmo tempo, aumentaram as proporções dos produtores, com as culturas temporárias de 58,0% para 80,6%, com as pastagens plantadas de 22,3% para 51,4%, e com as lavouras em descanso de 0,0% para 4,0%.

Para um panorama mais amplo dos movimentos do quadro produtivo, analisou-se, também, a evolução das áreas ocupadas pelos grandes

grupos de usos agrícolas dos estabelecimentos. As áreas dos estabelecimentos, no período considerado, embora tenham aumentado significativamente até 1975, a partir de então, diminuiu, mantendo em 1995/1996, as mesmas dimensões de 1970 (tabela 03).

Em relação às lavouras permanentes a redução nas áreas cultivadas foi proporcionalmente maior que a redução do número de cultivadores, passando de 8525 para 1013 hectares, revelando a perda de espaço econômico, destas explorações. Apesar da redução o número de produtores ainda continuou significativo (29,9% do total).

Em relação às áreas das culturas temporárias, no mesmo período considerado a tendência é inversa às permanentes. A proporção de aumento no número de cultivadores foi maior nas áreas de cultivo, passando de 6749 para 13919 hectares, aumentando a participação na área total, de 29,4% para 60,4%.

As áreas com pastagens também apresentaram alterações significativas, aumentando o número de produtores, as áreas com este tipo de uso do solo. As pastagens naturais foram quase eliminadas, e a participação proporcional das plantadas cresceu, tanto em relação à área ocupada, como o número de estabelecimentos.

Em relação aos dados acima mencionados pode-se destacar as seguintes ocorrências gerais em relação ao panorama agrícola e a evolução no período de 1970 a 1995/1996:

- Constatou-se a importância, das lavouras permanentes, das temporárias e das pastagens, para os produtores de Ibiporã, tanto em 1970 como em 1995/1996, pois em ambos os períodos, estes usos agrícolas estavam presente em significativo número de estabelecimentos;
- Do ponto de vista das áreas ocupadas, em 1970 as explorações com relevante participação, são as mesmas que eram significativas na ótica do número de estabelecimentos. Em 1995/1996, o quadro se altera, permanecendo relevante as pastagens e as lavouras temporárias. As lavouras permanentes, sob o ponto de vista da área ocupada, perdem significação expressiva, embora continuem importantes pelo número de estabelecimentos.

- Em 1970, nenhuma exploração atingia 50% da área dos estabelecimentos, já em 1995/1996, apenas as lavouras temporárias superam este índice.

Constatados os movimentos ocorridos em relação aos grandes grupos de exploração agrícola (pastagens, lavouras permanentes e temporárias), entre 1970 e 1995/1996, analisou-se a seguir, a dinâmica das principais culturas em Ibiporã, baseando-se na tabela 08.

**Tabela 08** – Principais culturas: área e participação no total destes cultivos

Cultivos Vegetais	Área (ha)					%				
	1970	1975	1980	1985	95/96	1970	1975	1980	1985	95/96
<b>Algodão</b>	3238	593	844	3183	9	24,7	3,2	4,8	18,2	0,0
<b>Arroz</b>	1618	728	297	343	97	12,4	3,9	1,7	2,0	0,4
<b>Café</b>	2752	6538	4465	3314	627	21,0	34,9	25,4	19,0	2,6
<b>Feijão</b>	1131	191	455	152	18	8,6	1,0	2,6	0,9	0,1
<b>Milho</b>	3762	2320	2097	2460	6962	28,7	12,4	11,9	14,1	28,4
<b>Soja</b>	375	6893	6020	7993	12136	2,9	36,8	34,2	45,8	49,6
<b>Trigo</b>	222	1452	3427	14	4632	1,7	7,8	19,5	0,1	18,9
<b>TOTAL</b>	13098	18715	17605	17459	24481	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96, in Costa, 2000 (adaptado pelo autor).

Entre as principais culturas, que apresentam ou já apresentaram significados importantes em relação às áreas de cultivo no município, destacam-se: algodão, arroz, café, feijão, milho, soja e trigo.

Os cultivos alimentares (arroz e feijão), básicos na dieta alimentar brasileira e na produção de subsistência que em 1970 apresentavam significativo relevância no uso do solo em 1970 diminuíram de 21% da área total das principais culturas, para 0,5% em 1995/1996. A redução do cultivo destas culturas foi muito significativa no início da aceleração da modernização da agricultura, entre 1970 e 1975, quando a participação destas culturas diminuiu de 21% para 0,5% (tabela 08).

A redução da produção alimentar é um indicativo da desvalorização

destas culturas e dos agricultores familiares, pelos baixos preços praticados no mercado interno.

O cultivo com milho, embora tenha declinado entre os anos 1970 a 1985, voltou a crescer, atingindo significativos 28,4% da área das principais culturas em 1995/1996. A relevância desta gramínea para estabelecimentos familiares brasileiros em todo o território nacional, também é registrado em Ibiporã. A cultura é uma alternativa produtiva para o comércio, para o consumo e integração vegetal animal, neste caso, convertendo-se em proteína animal para o consumo interno ou para comercialização.

A cultura algodoeira, tradicional atividade agrícola, que ocupou significativo espaço na economia agrícola, foi praticamente eliminada. (EMATER 2004). A cultura que ocupou 24,7% da área dos principais cultivos reduziu para 3,2% entre 1970 a 1975, voltando a aumentar em 1985 para 18,2%, e não foi constatado o seu cultivo no censo agropecuário de 1995/1996.

O trigo é uma cultura que está associada ao cultivo em sucessão com a soja. Ao longo da evolução entre 1970 a 1995/1996 revela-se o caráter secundário desta cultura em relação à leguminosa. Pode-se fazer esta afirmação com base na proporção que esta cultura atinge em relação às áreas cultivadas com a leguminosa. Nos anos constantes da tabela 08, a gramínea não atinge 50% da área de soja, embora este cereal tenha passado por um aumento da área de cultivo no período considerado.

O café, de ciclo vegetativo permanente, e a soja, de ciclo anual são as culturas que apresentaram no período analisado os mais significativos impactos na conformação sócio-econômica do território. No uso do solo as duas culturas apresentaram tendência inversa.

As lavouras cafeeiras aumentaram as áreas de cultivo entre 1970 a 1975, e a partir de então, inicia-se a trajetória de declínio constante nos cultivos com esta rubiácea, principalmente entre 1985 a 1995/1996.

Até 1970, a produção de soja é pouco expressiva e só ocupa 2,9% da área das principais culturas. Em 1975, a leguminosa surge como expressão econômica importante com 36,8% da área das principais culturas, superando os 34,9% da área cafeeira daquele ano. Iniciou-se assim a arrancada da monocultura de ciclo sazonal que ocupava a quase totalidade das áreas mecanizadas.

Considerando a área de cultivo de 16 mil hectares de soja no

município de Ibiporã no ano de 2004 (IBGE, 2005) do total de, aproximadamente, 25 mil hectares dos estabelecimentos, tem-se que a cultura ocupa neste ano, uma área quase três vezes maior que a ocupada pela área de café no ano de 1975. O trigo, com menor intensidade, acompanha a evolução da expansão da soja.

Apesar da queda na participação da atividade cafeeira na área e no valor da produção, merece destaque a resistência que a lavoura apresenta nos estabelecimentos agropecuários. Até o ano de 1985, a cultura ainda estava presente em 48,4% dos estabelecimentos, permanecendo significativa até 1995/96 em 29,9% dos mesmos. Apesar do significativo número de estabelecimentos com produção de café, a cultura declinou a sua importância em relação à área média por estabelecimento e a área total.

Estas manifestações da cafeicultura revelam que a cultura ainda encontra um espaço econômico, particularmente como estratégia de diversificação e complemento de renda para muitos produtores.

Outra revelação significativa em relação à cafeicultura refere-se à área média de cultivo que se apresentou crescente até 1980. Passou de 10,6 hectares em 1970, para 13,4 hectares em 1975 e 16,6 hectares em 1980, indicando uma tendência de aumento da produção sob relações assalariadas, pois as áreas de cultivos menores em geral são realizadas pelos parceiros que a partir de 1970 declinam constantemente.

Revela-se na análise da evolução temporal, o impacto da modernização da agricultura em Ibiporã. O padrão produtivo se alterou com a mudança da base econômica cafeeira, de cultivo artesanal para a soja, de cultivo totalmente mecanizado. A leguminosa se tornou a principal expressão produtiva e econômica, cultivada pela maioria dos estabelecimentos.

Neste processo evolutivo ocorre a liberação da força de trabalho rural, a eliminação de muitos estabelecimentos, o aumento das áreas médias de cultivo, e conseqüentemente, a concentração da estrutura fundiária.

A alteração na dinâmica produtiva provoca também a necessidade de aumentos de capitais na produção, tanto em insumos como em maquinarias, provocando uma inserção diversificada no novo padrão produtivo, do ponto de vista do capital disponível, da área de cultivo, entre outros.

Tanto a produção de café, como a produção de soja, cada uma dominante em um período temporal no município, possibilitou a reprodução da

agricultura familiar. O café, pelas suas características produtivas, comportava maior número de estabelecimentos, muitos dos quais eliminados ou fundidos a outros com a expansão da leguminosa.

Registrou-se, também, em Ibiporã, ao longo da evolução temporal, atividades que tiveram alguma expressão econômica e que se extinguiram, como o rami e a sericicultura. Por outro lado, na década de 1990, expandiu-se a produção avícola integrada à agroindústria, a olericultura e a fruticultura. Estas últimas culturas embora não tenham envolvido a maioria dos produtores familiares tem se revelado importante para a agricultura familiar, pelas melhores condições de adaptação às características desta forma produtiva.

## **5 PRODUÇÃO FAMILIAR NAS COMUNIDADES ABÓBORAS, BOA ESPERANÇA FARTURA, GUARANÍ E TRÊS FIGUEIRAS**

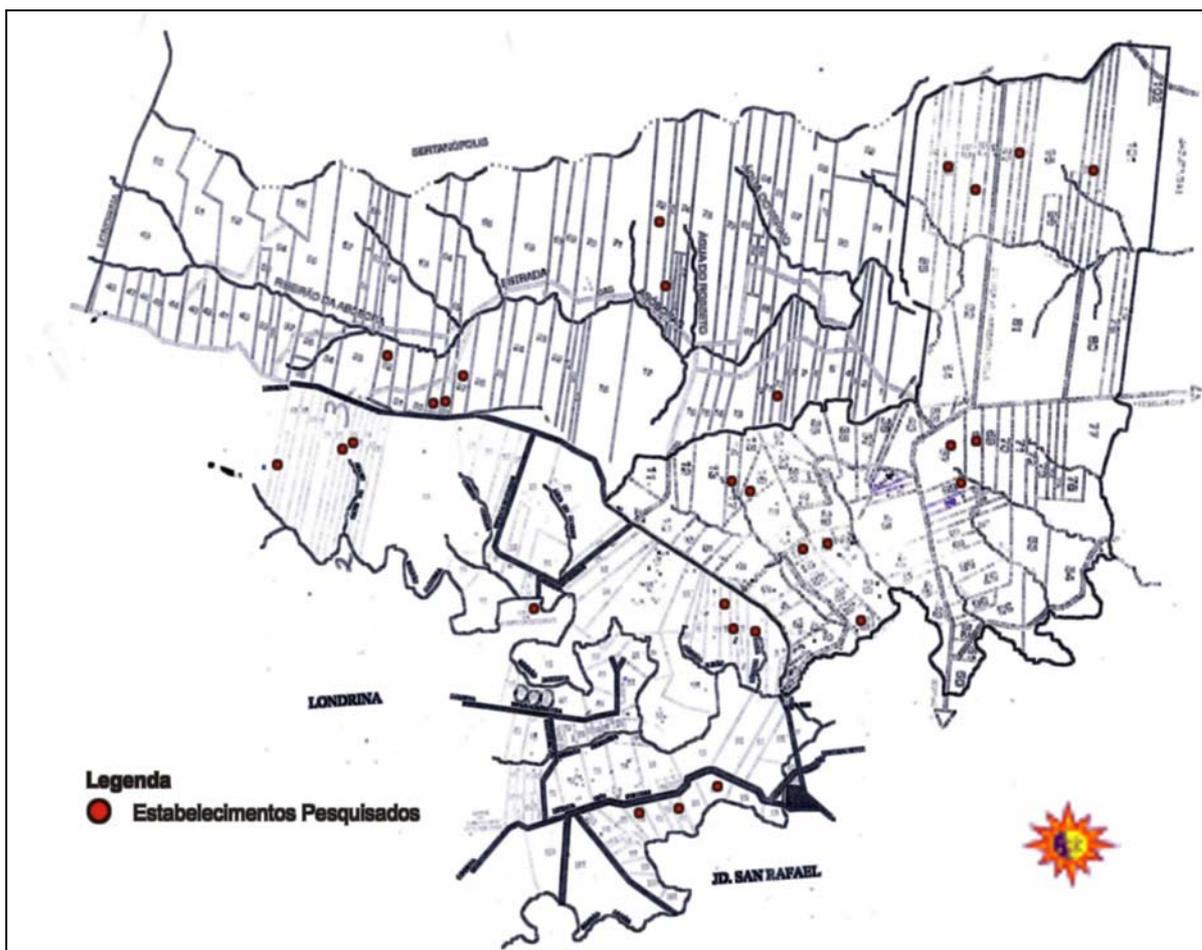
### **5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: BREVES CONSIDERAÇÕES**

Para estudar e pesquisar a produção familiar e o crédito rural mergulhou-se no universo de um território agrícola onde a modernização da agricultura nos últimos 30 anos ocorreu em grau elevado. Adotou-se as comunidades Abóboras, Boa Esperança, Fartura, Guaraní e Três Figueiras, no Município de Ibiporã, Região Norte do Paraná, como base de análise.

Trata-se de uma região agrícola, predominantemente composta por produtores familiares, incorporados em cadeias produtivas agroindustriais, principalmente de soja, trigo, milho, avicultura, ou nos circuitos do capital mercantil, como no caso da produção hortifrutigranjeira. Em, praticamente todas as atividades agrícolas comerciais, os produtores estão integrados ao processo de modernização da agricultura.

A pesquisa procurou estabelecer critérios de representatividade, baseando-se em características que expressem certa homogeneidade, assim como outras expressões que embora não homogêneas são importantes na análise da temática. Para tanto, considerou-se as categorias de produtores, as áreas dos estabelecimentos, as principais culturas e a distribuição dos produtores entrevistados pelas cinco comunidades pesquisadas.

A abrangência da pesquisa, os 297 imóveis rurais e a localização dos produtores familiares pesquisados, constam no mapa 02, possibilitando ao leitor uma melhor visão espacial do território em análise.



Fonte: Emater 2001, 2002 e 2003 (adaptado pelo autor)

## Mapa 2 – Distribuição dos produtores entrevistados na área da pesquisa

A relação social de produção estabelecida na agricultura familiar, constitui-se em um dos critérios centrais adotado nesta pesquisa para identificar esta forma de produção. Na produção em regime de trabalho familiar não se configura as relações sociais de produção capitalista, pois não há a presença de assalariados, ou a sua existência é secundária em relação à base de trabalho familiar. Trata-se de um critério que estabelece o corte analítico entre a produção familiar e a capitalista, conforme debatido no capítulo 1, a partir da página 21.

Entre os agricultores familiares entrevistados, a presença regular de trabalhadores contratados é uma realidade de apenas dois olericultores que possuem uma escala de produção maior, relativamente aos demais produtores nesta especialidade. Ainda assim, o trabalhador contratado não se estabelece em regime permanente ou fixo, mas sim na condição de diarista e a mão-de-obra familiar é predominante. Para os demais produtores, a presença de trabalhadores

contratados ou não existe ou é eventual.

Mesmo os produtores com maiores áreas de cultivo não contratam trabalhadores porque o cultivo da leguminosa é totalmente mecanizado, e os operadores de máquinas são todos familiares.

A população total de 134 pessoas que habita nas unidades de produção pesquisadas, é predominantemente composta pelos trabalhadores que se dedicam às atividades do estabelecimento. Os membros familiares que não compõem a força de trabalho representam 24,6% da população total envolvida e são integradas pelas crianças, idosos, deficientes de saúde e algumas cônjuges que não desenvolvem atividades na produção agrícola.

Os familiares que compõem a força de trabalho são compostos por 101 moradores, que trabalham no estabelecimento ou fora dele, distribuídos, entre trabalhadores em regime de trabalho integral ou parcial, assalariados urbanos e assalariados rurais, nas proporções respectivas de 49,5%, 33,7%, 14,9% e 1,9%, conforme a tabela 09.

Os familiares que se dedicam exclusivamente às atividades agrícolas dos estabelecimentos em regime integral ou parcial são compostos por 74 pessoas, representando 83,7% do total de trabalhadores das famílias, revelando uma média de 2,5 postos de trabalho para cada unidade de produção familiar, revelando a importância desta forma de produção e uma de suas características fundamentais.

**Tabela 09** – Composição da força de trabalho familiar dos produtores

<b>Regime de trabalho no estabelecimento familiar</b>	<b>Qtde.</b>	<b>%</b>	<b>Observações</b>
Dedicação integral	50	49,5	Trabalhadores exclusiva e integralmente no estabelecimento
Dedicação parcial	34	33,7	Trabalhadores parciais no estabelecimento (cônjuges, aposentados, adolescentes)
Assalariados urbanos	15	14,9	Moradores do estabelecimento e que trabalham na cidade.
Assalariados rurais	2	1,9	Moradores do estabelecimento que trabalham em outros estabelecimentos rurais
<b>Total</b>	<b>101</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (Ibiporã, 2005)

Constatou-se que o trabalho acessório (trabalho fora do estabelecimento) é pouco relevante para os produtores destas comunidades e quando o assalariamento está presente, em geral, o trabalho é urbano.

Lamarche (1998) identifica genericamente a agricultura familiar, pelo vínculo da família, com o trabalho e os meios de produção. Carneiro (1999) também refere-se à conceituação da produção familiar como a forma de organização da produção que integra a terra, trabalho e família. A partir deste conceito genérico derivam outras formulações. Trata-se, segundo a autora, de uma noção relativamente consensual e vaga, diante da diversidade dos grupos encontrados no campo com uma base empírica heterogênea.

Nas proposições da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO (Food and Agricultural Organization), que nortearam a implantação do PRONAF, a agricultura familiar caracteriza-se pela noção de que a gestão, investimentos e trabalho estão vinculados à família, assim como a posse e transmissão do patrimônio. (FAO/INCRA, 2000).

No Brasil, os produtores familiares, em geral, estão associados à posse e ao cultivo de pequenas parcelas de terra. Para a realidade nacional, o IBGE considera como pequenos estabelecimentos, àqueles com áreas de até 100 hectares. É uma noção genérica, pois considera o conjunto da realidade brasileira, e, portanto, não aplicável a muitas regiões como no caso do Sul do país.

Para a realidade do Paraná e de Ibiporã, os pequenos estabelecimentos apresentam limites menores, conforme convenções de várias instituições (EMATER, IAPAR, IPARDES, entre outras instituições e autores), sendo freqüente a adoção do limite de 50 hectares.

O PRONAF, entre outros critérios, considera para efeitos de enquadramento do seu público alvo, os estabelecimentos com até quatro módulos fiscais, podendo atingir seis módulos fiscais para algumas situações específicas. Em Ibiporã o módulo fiscal é de 12 hectares, portanto, a área limite da unidade de produção familiar para enquadramento no PRONAF, é de no máximo, 48 hectares<sup>13</sup>, podendo aumentar até 72 hectares para algumas situações específicas.

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, considera que no Paraná, “praticamente a totalidade dos agricultores

---

<sup>13</sup> É pouco aplicável em Ibiporã as situações de até 6 módulos fiscais (72 hectares).

familiares explora pequenas áreas de terra, menores que 50 hectares”. (IPARDES, 2005, p. 02).

Conforme o Censo Agropecuário do IBGE de 1995/1996, em Ibiporã os estabelecimentos com áreas menores que 50 hectares representam 82,5% do total. Considerando esta característica municipal, adotou-se nesta pesquisa que os agricultores com áreas de terra menores a este limite devem representar a base predominante da amostra.

Apesar da concentração da agricultura familiar nos estabelecimentos com áreas de até 50 hectares, é possível identificar esta forma de produção, também, em estabelecimentos com áreas maiores. Por isto, considerou-se na amostra desta pesquisa, a participação de três produtores, ou aproximadamente, 10% dos entrevistados.

A presença dos produtores familiares em áreas superiores a 50 hectares é possível, principalmente, pelas condições de produção da soja, que possibilita que poucos trabalhadores cultivem áreas maiores. Dispondo de um trator, uma plantadeira e um pulverizador, e contratando a colheita da produção, um agricultor com pouca ajuda pode cultivar áreas superiores a 100 hectares. Esta é uma realidade para os maiores produtores familiares de soja.

Saliente-se que os produtores com áreas maiores que 50 hectares presentes na amostragem desta pesquisa, apresentam mais de um núcleo familiar, vinculados entre si por laços de parentesco (pais e filho/as casados), em um único estabelecimento. A área superior a 50 hectares é atingida com o arrendamento de terras de terceiros, com exceção de um dos produtores considerados.

## **5.2 AS COMUNIDADES RURAIS PESQUISADAS**

As comunidades rurais Abóboras, Boa Esperança, Fatura, Guarani e Três Figueiras, localizam-se no município de Ibiporã, norte do Paraná, região metropolitana de Londrina, limitando-se ao norte com Sertanópolis, ao sul/sudoeste com Londrina, posicionadas na região Oeste de Ibiporã, conforme o mapa 3, onde também identifica-se as sedes destas comunidades.



Escala aproximada: 1 : 1533

Fonte: Prefeitura Municipal de Ibiporã (adaptado pelo autor)

**Mapa 3 – Abrangência da pesquisa e localização das sedes comunitárias**

Entende-se o significado da comunidade, como similar ao de bairro rural. É um espaço geográfico sob o qual mantém-se relações sociais e econômicas. As interações comunitárias estabelecem-se nas relações com vizinhos, parentes, na

igreja católica, na associação comunitária e nas relações de produção, conferindo uma certa identidade própria.

As manifestações comunitárias são resultados do processo histórico, da cultura específica e das transformações territoriais, resultantes do desenvolvimento da sociedade capitalista.

Entre as cinco comunidades abordadas, quatro possuem sede comunitária. Em todas as quatro sedes comunitárias estão presentes a igreja católica, o barracão de festas e eventos sociais, conforme se visualiza nas fotos, 1, 2 e 3.

O esvaziamento que ocorreu na zona rural influenciou na organização social da comunidade. Em Ibiporã, a população rural cresceu da década de 1930 até 1960, quando atingiu 19.396 habitantes, declinando a partir deste ano, principalmente a partir de 1970, chegando a 3012 pessoas em 2000, equivalente a 15,5% da população rural de 1960. A participação da população rural, declinou de 81,9%, em 1950, para 7,2%, no ano de 2000 em relação ao total de habitantes do município, conforme a tabela 01, constante no ítem 3.2. (PMI, 2001).

Os altos índices demográficos rurais, presente nos períodos anteriores, estava relacionada com a produção de café, uma cultura demandadora de mão-de-obra. As comunidades comportavam uma grande população e os estabelecimentos agropecuários, um maior número de famílias, sendo comum nas maiores propriedades contar com um aglomerado de casas para os produtores familiares e trabalhadores contratados, constituindo as chamadas colônias.



(foto feita pelo autor)

Ao centro a capela, à direita o barracão de eventos e à esquerda, campo de bocha.

**Foto 1** – Sede comunitária do Guaraní (Ibiporã-Jan/2006).



Visualiza-se a capela e o barracão de eventos. (foto feita pelo autor)

**Foto 2** – Sede comunitária da Boa Esperança (Ibiporã-Jan/2006).



Ao centro a capela e nas laterais barracão de eventos. (foto feita pelo autor)

**Foto 3** – Sede comunitária da Abóboras (Ibiporã-Jan/2006).

O território, portanto, era muito mais densamente povoado e a circulação de pessoas nas sedes da comunidade e nas colônias mais intensas. As escolas eram repletas de estudantes. Atualmente, a relação predominante das famílias, não mais é, necessariamente, estabelecida internamente nas comunidades, provocando um certo arrefecimento das relações e da organização comunitária. Ainda assim, há um sentimento generalizado do reconhecimento da importância da organização da produção e da comunidade.

Os prédios das escolas, que no ciclo cafeeiro, estavam presentes em todas as comunidades, atualmente fazem parte de apenas três delas, com outras finalidades: na comunidade Guarani, a escola se tornou moradia de um parceiro agrícola; na Boa Esperança tem sido usada eventualmente para reuniões e parcialmente se transformou em uma pequena fábrica caseira de alimentos; na comunidade Abóboras o prédio está abandonado e depreciado. As fotos 4 e 5 ilustram os prédios de duas comunidades.

Um dos elementos estruturantes da noção de comunidade claramente identificado, se inscreve sob a influência da natureza religiosa dos produtores, principalmente da igreja católica, pois apenas um dos entrevistados não pertence a esta religião. A sede comunitária e as instalações da capela constituem-se um símbolo e uma referência territorial que aglutina a maioria dos produtores.

Na organização religiosa identificou-se uma diretoria da capela, encontros religiosos (missas mensais), cultos e celebrações em datas especiais, particularmente dos padroeiros das capelas, ocasiões em que as tradicionais festas

tem espaço.

Na organização civil, destacam-se as associações comunitárias, constituídas a partir do ano de 2001, por iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiporã (STR), em que foram constituídas três associações que abrangem as cinco comunidades. Estas associações não têm um caráter econômico, mas de representação e aglutinação das comunidades.



No primeiro plano, a cultura de trigo e ao fundo a escola.  
(foto feita pelo autor)

**Foto 4** – Escola da comunidade Boa Esperança. (Ibiporã- Maio/2006)



Ao centro o campo de futebol e no fundo a escola  
(foto feita pelo autor)

**Foto 5** – Escola da comunidade Abóboras. (Ibiporã- Maio/2006)

As diretorias das Associações são uma referência para as ações coordenadas pelos agentes públicos e pelas iniciativas do STR. Todas as associações estão representadas no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR). A maioria das lideranças das Associações também está envolvida na diretoria das capelas, fundindo-se muitas vezes nas ações e atribuições.

O CMDR de Ibiporã, constituído nos últimos anos, tem se reunido mensalmente, para tratar de assuntos afins à agricultura, mas não tem uma ação específica na gestão e operacionalização do PRONAF no município. Este Conselho tem se concentrado na discussão de outras temáticas, particularmente, as mencionadas a seguir: a operacionalização do Programa Paraná 12 Meses, gerenciado em Ibiporã pela EMATER; temáticas ambientais, como a reposição das matas ciliares; estradas rurais; segurança rural; apresentação de alternativas de produção; entre outros.

Historicamente, identifica-se a organização social dos imigrantes japoneses que instalaram-se na comunidade Abóboras (seção Abóboras) a partir do ano de 1936, constituindo dois anos após a Associação dos Jovens Japoneses que foi paralisada por longo período devido a 2ª guerra mundial. “Os pequenos minifúndios prosperavam e a comunidade nipônica da Seção crescia, a ponto de, já em 37, ser fundada pelos japoneses a primeira Associação de Moços,....”. (OGUIDO, 1988, p. 174).

Constatou-se a predominância dos descendentes de estrangeiros na formação de todas as comunidades. Entre os 29 produtores pesquisados, 14 são descendentes de italianos, 03 deles, miscigenados com espanhóis e alemães. Outros 06 produtores são descendentes de etnias estrangeiras diversas como: japoneses, iugoslavos, austríacos e alemães. Apenas 06 produtores declararam a descendência brasileira e outros 03 produtores não souberam responder.

### **5.3 DO CAFÉ PARA A SOJA**

As comunidades rurais pesquisadas estão inseridas em um espaço territorial onde o capitalismo no campo apresenta grande dinamismo. A expansão da fronteira agrícola para o cultivo de café predominou até a década de 1970, gerando

riquezas. A partir desta década intensifica-se a sua substituição, principalmente, pelo cultivo de soja no verão e trigo e milho no inverno.

A atividade cafeeira faz parte da origem familiar de 96,5% dos entrevistados. Mais de 80% das famílias dos pioneiros chegaram na região entre 1931 e 1972 e por um período de 25 a 40 anos, o cultivo de café foi a principal atividade econômica dessas famílias.

Os produtores entrevistados constituem um grupo que cresceu e trabalhou com a família cultivando café e experimentou a substituição gradativa da rubiácea, de manejo artesanal e ciclo permanente pela soja, de ciclo anual e cultivo mecanizado. A leguminosa foi cultivada pela primeira vez em 1974 e se expandiu para a maioria dos estabelecimentos na década de 1980.

A erradicação de café no grupo se inicia em 1969 e continua nas décadas seguintes. Até o ano de 1980, apenas 55% tinham iniciado a eliminação das lavouras cafeeiras, conforme a tabela 10, cujos dados referem-se apenas a categoria dos proprietários.

**Tabela 10** – Período de início das erradicações de café

<b>Períodos que se iniciaram as erradicações</b>	<b>Nº de produtores</b>	<b>%</b>
1969 a 1974	4	20
1975 a 1980	7	35
1981 a 1985	3	15
1986 a 1990	4	20
1991 a 1997	2	10

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (Ibiporã, 2005)

Segundo vários entrevistados, após a geada negra de 1975, muitos produtores optaram por erradicar a cultura dizimada pelo fenômeno climático. Pode-se constatar a afirmação pela identificação de uma certa concentração das eliminações dos cafeeiros nos anos seguintes, principalmente em 1976 e 1977.

A substituição do café pela soja, marca o deslanchar da modernização da agricultura e com ela, o êxodo rural, a dependência externa da produção agrícola e a subordinação aos complexos agroindustriais à montante e à jusante da produção primária. Segundo alguns produtores as grandes lavouras de café se transformaram em grandes lavouras de soja. **“O mar de café se**

**transformou em mar de soja”** (Entrevistado E7).

O preparo do solo, plantio, adubação, capinas, tratos sanitários e colheitas, antes predominantemente manuais ou com tração animal, passam a ser realizados com tração motorizada.

Os insumos e os recursos produtivos, antes mais intensamente aproveitados na unidade de produção passam a ser mercadorias industrializadas, compradas com recursos próprios ou com os créditos originados dos financiamentos. É a mecânica, a química e a genética se expandindo e trazendo junto a dependência de bens e energias externas, financiada por 12 dos 20 sojicultores familiares entrevistados.

A soja, atualmente, ocupa a maior parte das áreas agrícolas das comunidades. Visualizando-se a região por uma fotografia aérea (foto 6), verifica-se a predominância de cultivos anuais uniformes, representados na safra de verão pela leguminosa, distribuída em grandes áreas, delimitadas por reduzidos espaços florestais ao longo da rede de drenagem e algumas manchas mais escuras que representam principalmente café, milho e pastagens. Identifica-se a predominância da soja na foto pelas áreas com tonalidade mais clara, organizada em grandes mosaicos.

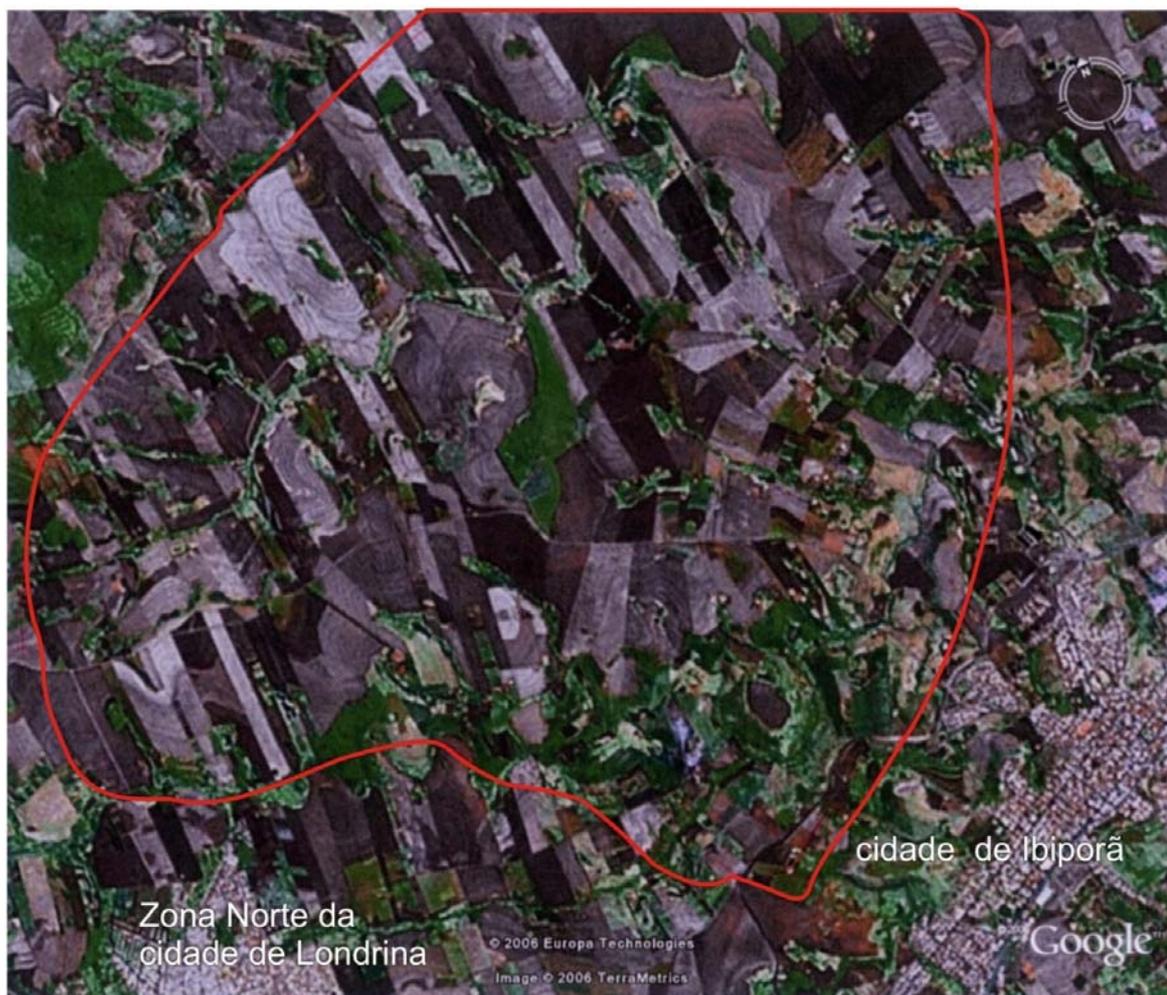


Foto extraída do banco de dados constante do site [www.google.earth.com.br](http://www.google.earth.com.br)  
(Acesso em 20/04/2006)

**Foto 6** – Vista aérea da região pesquisada (adaptada pelo autor)

As diversas tonalidades de cinza da foto 6, indicam principalmente os cultivos de soja em avançado estágio de maturação ou com as áreas colhidas; as cores verdes representam principalmente fragmentos florestais; algumas pontuações na cor cinza escuro revelam a presença de lavouras cafeeiras, entre outras.

Do ponto de vista ambiental é interessante analisar a realidade de um produtor (E29), cafeicultor, proprietário de 6,5 hectares dos quais 4,8 hectares (74%) é cultivado com café. O produtor comentou que “a minhoca no café adensado é um problema”, porque os seus resíduos não são separados na peneiragem.

A presença da minhoca no solo agrícola é um indicativo de solo com vida e da reciclagem de matérias e energias. O que está sobrando no solo do

cafeicultor, falta para os sojicultores, que cultivam com intenso uso de insumos químicos, provocando a degradação dos recursos naturais.

#### 5.4 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E CATEGORIAS DOS PRODUTORES

A colonização no Norte do Paraná e a exploração cafeeira possibilitaram a territorialização de um grande segmento de produtores familiares. A aquisição da propriedade foi possível pela maior “facilidade relativa”<sup>14</sup> da época, pois havia um mercado em expansão e um grande estoque de terras nas colonizadoras que foi se esgotando e aumentando o seu valor, dificultando a aquisição da propriedade familiar com o passar do tempo.

A maioria dos proprietários comprou uma parcela de terra quando os pais ou avós chegaram no Norte do Paraná. Os atuais proprietários, predominantemente, conseguiu terra por meio da herança. Alguns herdeiros aumentaram a área comprando outras terras, e outros herdeiros se estabeleceram em áreas menores que a cultivada pelos pais, devido às divisões e sucessões hereditárias entre vários filhos.

Comparando a proporção dos proprietários no período em que os produtores pioneiros<sup>15</sup> chegaram no Norte do Paraná, com a atual participação desta categoria, identifica-se um aumento pouco significativo. Entre as famílias entrevistadas a proporção dos proprietários aumentou de 55,2% na chegada no Norte do Paraná, para 65,5% atualmente, conforme indica a tabela 11.

---

<sup>14</sup> Entende-se por facilidade relativa, o menor valor de mercado das terras no período anterior, comparativamente com os preços que a terra atinge ao longo do período cronológico, após o início da colonização.

<sup>15</sup> Considera-se produtor pioneiro para efeitos desta pesquisa, o membro da família entrevistada que primeiro chegou no Norte do Paraná.

**Tabela 11** – Evolução das categorias entre os produtores entrevistados

Categoria	Produtores pioneiros (gerações anteriores)		Produtores atuais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Colono ou parceiro	06	20,7	04	13,8
Proprietário	16	55,2	19	65,5
Rendeiro	06	20,7	06	20,7
Assalariado	01	3,4	0,0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>100,0</b>	<b>29</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (Ibiporã, 2005)

Apesar da predominância dos proprietários, os rendeiros e parceiros também são significativos, pois, juntos, atingem 34,5% do grupo. A renda repassada ao proprietário, prevista nos contratos de arrendamento ou parceria, é um ônus, que fragiliza a sobrevivência deste grupo e revela a resistência na terra, apesar da condição produtiva mais desfavorável, manifestando o processo de interdição da terra aos agricultores familiares que ocorre no Brasil, resultante da histórica concentração fundiária.

Na evolução cronológica, a proporção dos parceiros e rendeiros diminuiu de 41,4% na chegada no Norte do Paraná para 34,5% em 2005. Esta diminuição ocorreu porque alguns conseguiram adquirir uma parcela de terras. O declínio dos parceiros e o aumento dos rendeiros, é uma consequência da mudança do padrão produtivo em virtude da erradicação do café e expansão da soja.

A reprodução da produção familiar é uma realidade presente na modernização da agricultura e no desenvolvimento capitalista da produção agrícola. Com ou sem a posse jurídica da terra, verifica-se a adaptação da produção familiar aos novos contextos históricos e à nova condição de produção e de mercado.

Os produtores familiares pesquisados apresentam uma área média de 25,3 hectares que corresponde a, aproximadamente, dois módulos fiscais. A área total dos estabelecimentos é de 735 hectares, incluídas as áreas de terceiros, cultivadas sob a forma de contrato de arrendamento e parceria.

A maioria dos produtores (58,6%) se concentra em áreas de até 20 hectares e detém 22,9% da área total. Por outro lado, um grupo menor, com áreas maiores que 40 hectares, representando 13,8% dos produtores, detém 45,5% da

área total, conforme se identifica na tabela 12. Este processo é uma das faces da diferenciação interna que ocorre com os produtores familiares.

**Tabela 12 – Áreas dos estabelecimentos pesquisados**

Extratos de Área (ha)	Produtores		Áreas dos estabelecimentos (ha)	
	Qtde.	%	Total	%
0 a 5	4	13,8	13,8	1,9
5 a 10	6	20,7	42,6	5,8
10 a 20	7	24,1	111,5	15,2
<b>Subtotal</b>	<b>17</b>	<b>58,6</b>	<b>167,9</b>	<b>22,9</b>
20 a 40	8	27,6	232,6	31,6
Acima de 40	4	13,8	334,5	45,5
<b>Subtotal</b>	<b>12</b>	<b>41,4</b>	<b>567,1</b>	<b>77,1</b>
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>735</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (Ibiporã, 2005)

Os parceiros e rendeiros concentram-se nos estabelecimentos com áreas menores e ocupam 18,9% da área total, conforme a tabela 13. No limite de 20 hectares estão todos os quatro parceiros e 75% dos rendeiros.

**Tabela 13 – Número de estabelecimentos e área por categoria**

Condição	Nº de estabelecimentos		Área dos estabelecimentos	
	Nº	%	Área (ha)	%
<b>1. Proprietário</b>	19	65,6	596,0	81,1
Subtotal 1	19	65,6	596,0	81,1
<b>2. Não proprietários</b>				
Rendeiro	6	20,7	107,5	14,6
Parceiro	4	13,8	31,5	4,3
Subtotal 2	10	34,5	139,0	18,9
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>735</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (Ibiporã, 2005)

#### a) Os produtores familiares proprietários

Esta categoria é constituída por 19 proprietários, 65,6% dos produtores e detêm 81,1% da área total do grupo entrevistado. Entre os proprietários, 31,5% cultivam além das terras próprias, outras áreas de terceiros que, em geral, representam 20 a 30% do total por eles cultivados. Um deles, arrenda

uma área 4 vezes maior que a sua propriedade. A maioria cultiva apenas as próprias terras da família.

Nas terras de terceiros, tomadas sob contrato de arrendamento, pelos seis proprietários, são cultivados: soja (4 produtores); olericultura (1 produtor); café (1 produtor); o arrendamento é uma estratégia de aproveitamento das forças produtivas existentes, que para o caso da soja são as máquinas, para o olericultor a rotação de culturas e para o cafeicultor o aproveitamento da mão-de-obra disponível.

A produção principal dos proprietários é a soja, cultivada por 15 dos 19 entrevistados (79% da categoria). Mesmo adotando uma cultura de cultivo mecanizado, apenas 13,3% têm colhedeira e 33,3%, plantadeira para o plantio direto. As máquinas, quando presentes, são operadas pelos próprios produtores familiares. O serviço de mecanização agrícola é contratado na inexistência da posse das máquinas necessárias. Em geral, os produtores com menores escalas produtivas não dispõem das máquinas para o plantio e para a colheita.

**Tabela 14** – Principais atividades dos produtores familiares proprietários

<b>Principais culturas</b>	<b>Nº de produtores</b>
Soja – Trigo/Milho	15
Café	10
Hortifruticultura	8
Vassoura	2
Avicultura Integrada	1
Suinocultura comercial	1

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (Ibiporã, 2005)

### **b) Os produtores rendeiros**

Os rendeiros representam 20,7% dos entrevistados. São produtores que tomam terras sob contrato de arrendamento pagando ao proprietário uma renda fixa ou proporcional ao valor da produção. O rendeiro tem o domínio e a autonomia na condução dos cultivos, desenvolvendo-a conforme seu planejamento familiar. A maioria dos contratos de arrendamento é formal, (registrado) e normalmente estabelecem um prazo de 3 anos de compromissos entre os contratantes.

O rendeiro, caracterizado anteriormente neste trabalho, diferencia-se da categoria do arrendatário, pois este é considerado produtor capitalista, ou seja,

com a contratação de assalariados. (OLIVEIRA, 2003).

A área de terras utilizada pelos rendeiros é de 1,8 a 17 hectares, exceto para um produtor que cultiva 60,6 hectares. O cultivo de soja é predominante e envolve 5 dos 6 rendeiros.

Ao cultivo de soja, também se associa no estabelecimento, a olericultura, café, avicultura industrial, além da subsistência, caracterizando a diversificação produtiva, conforme a tabela 15.

**Tabela 15** – Principais cultivos comerciais dos rendeiros

<b>Principais culturas</b>	<b>Nº de produtores familiares</b>
Soja	5
Café	3
Hortifruticultura	3
Avicultura Integrada	1

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (Ibiporã, 2005)

A renda paga pelos rendeiros varia conforme a atividade agrícola. No caso da soja, equivale a 25% a 30% da produção bruta, e, 10 a 13% da cultura de inverno. Na colheita da safra e depósito da produção nos silos das empresas de comercialização, a parcela referente à renda a ser paga, é depositada em nome do proprietário.

Os olericultores compõem 50% do grupo dos rendeiros e pagam uma renda anual significativamente maior, em relação aos índices estabelecidos no tradicional arrendamento para o cultivo de soja, mas é variável para cada caso. A seguir apresenta-se um perfil geral de cada um dos rendeiros:

Rendeiro - E20: Horticultor (área de 1,8 hectares)

Este produtor dedica-se, exclusivamente, ao cultivo de espécies olerícolas comercializadas diretamente com os consumidores em feiras de Ibiporã. Este rendeiro paga o equivalente a 90 sacos de soja por ano. A mesma área cultivada com a leguminosa implicaria no pagamento de uma renda que dificilmente seria maior que 20 sacas do produto, conforme as médias de produtividade que oscilam entre 37 e 57 sacos, por hectare.

Rendeiro - E2: Olericultor e sojicultor (área de 17 hectares)

Este rendeiro cultiva 9,5 hectares com espécies olerícolas e 7,3 hectares com soja. Paga uma renda de R\$ 2.000,00 por ano para desenvolver esta atividade. O produtor cultiva também 7,3 hectares de soja e paga uma renda de 25% da produção colhida.

Rendeiro - E13: Olericultor, cafeicultor e sojicultor (10 hectares)

É um rendeiro que cultiva 4,5 hectares com espécies olerícolas, 1 hectare de café e 3,0 hectares de soja, além da subsistência animal e vegetal. A renda paga por este produtor é de 60% da produção de café; para as demais culturas o produtor paga 50 sacos de soja no verão e 25 sacos de soja no inverno, independente do uso do solo.

Rendeiro – E27: Avicultor, cafeicultor e sojicultor (área de 13,3 hectares)

Este produtor é o único rendeiro avicultor entrevistado e foi identificado anteriormente no item produção agrícola deste capítulo. Este rendeiro paga ao proprietário uma renda de 25% da produção de soja, 12% da produção de milho safrinha, 50% da produção de café, e, 30% da receita obtida com a produção avícola.

Rendeiro – E8: Sojicultor e cafeicultor (área de 60,6 hectares)

Rendeiro que cultiva 58 hectares de soja e 1,2 hectares de café, além da produção de subsistência. Enquanto os demais rendeiros sojicultores cultivam áreas menores que 9 hectares este produtor planta 58 hectares da oleaginosa, distinguindo-se dos demais rendeiros e também da maioria dos demais produtores que cultivam pequenas áreas.

Rendeiro – E24: Sojicultor (área de 4,8 hectares)

Este produtor adquiriu a condição de rendeiro no ano de 2005, após ter vendido a propriedade de 12 hectares, para dividir a herança com os filhos. Atualmente arrenda 4,8 hectares para plantar soja no verão e milho no inverno.

**c) Os produtores familiares parceiros**

Nesta pesquisa os parceiros constituem um grupo de quatro produtores familiares (13,8%) e detém 4,3% da área dos estabelecimentos. A área de posse dos parceiros varia de 2,4 a 18,2 hectares, mas a maioria (3 parceiros) dispõe de áreas menores que 6,1 hectares.

Diferente das outras categorias familiares, os parceiros não cultivam soja/trigo. A atividade principal e o objeto central da parceria é a produção cafeeira, em geral associada à subsistência, com venda de excedentes, principalmente de, milho, feijão, arroz, amendoim, suínos e aves.

A principal diferença entre o rendeiro e o parceiro, é que o último, não tem o domínio e autonomia total da gestão da produção, pois divide com o proprietário, as responsabilidades pelo fornecimento dos recursos produtivos e os resultados da produção. O vínculo jurídico é um contrato formal de parceria com prazo de três anos, com exceção de um dos parceiros que tem um contrato informal/verbal.

A força de trabalho familiar é composta de um a dois membros da família, com exceção do parceiro, com área maior, cuja unidade de produção aglutina uma força de trabalho de 3 homens e 3 mulheres, possibilitando o cultivo de 7,5 hectares de café e outras atividades vegetais e animais para subsistência e venda de excedentes (milho, arroz, feijão, hortifruticultura, bovinos, suínos, aves).

Os parceiros não contratam mão-de-obra, pois a família supre a necessidade de força de trabalho. Nos períodos de intensa atividade na lavoura cafeeira a família intensifica a jornada de trabalho. As máquinas e equipamentos agrícolas para os parceiros são pouco significantes. Apenas um dos 4 parceiros dispõe de um pequeno trator bastante depreciado, provocado pelo desgaste causado pelo tempo de vida e de uso.

A cultura cafeeira apresenta manejo artesanal, com baixo grau de mecanização, cabendo ao parceiro o fornecimento da força de trabalho e ao proprietário os insumos. O investimento do proprietário em insumos varia conforme as condições do mercado de café.

Para 50% da categoria, o investimento do proprietário é pouco intenso, ficando a lavoura frequentemente sem um tratamento nutricional e fitossanitário adequado e repercutindo negativamente no desempenho produtivo. Nas demais explorações é o parceiro que custeia a produção com recursos próprios.

Os parceiros pagam uma renda para a realização da atividade cafeeira que varia de 35 a 50% da produção conforme o grau de apoio do proprietário nos cultivos.

Os cultivos de subsistência estão isentos do pagamento de renda. Apenas um dos quatro parceiros paga renda das culturas por eles chamadas de

“lavouras brancas” (milho, feijão, arroz,...) equivalente a 25% da produção. O parceiro garante a manutenção da propriedade e economiza para o proprietário enquanto a especulação e valorização imobiliária se processam.

As principais dependências produtivas externas são os fertilizantes (formulados minerais e adubos orgânicos) e os agrotóxicos (principalmente p/broca, bicho mineiro e ferrugem).

Em relação à sucessão na unidade de produção por parte de filhos ou familiares, apenas um parceiro afirmou que os filhos devem continuar a produção na agricultura, segundo eles, devido à falta de estabilidade na terra, baixos rendimentos, ou ainda, porque os filhos já estão trabalhando como assalariados.

## **5.5 A PRODUÇÃO AGRÍCOLA**

### **a) Uso do solo**

Para analisar a produção agrícola, identificou-se, a seguir, na tabela 16, o número de produtores e a composição da ocupação dos solos entre os diversos usos agrícolas dos estabelecimentos familiares. Na ocupação do solo, destaca-se, predominantemente, o cultivo de soja, seguida pelo trigo e milho. O café, que na década de 1970 apresentava amplo domínio, em 2005 foi reduzido a 6,5% da área total dos estabelecimentos, semelhante aos 6,0% ocupados pela hortifruticultura.

As principais atividades agrícolas dos produtores são: milho, presente em 72,4% dos estabelecimentos; soja, em 69%; trigo em 58,6%; e, café, em 58,6%. Também é significativa a hortifruticultura, com especializações diversificadas, que é adotada por 37,9% dos entrevistados. (tabela 16)

**Tabela 16** – Uso do solo: cobertura vegetal, tipos de cultura e área ocupada

Uso do Solo	Produtores		Área ocupada	
	Nº.	% <sup>(a)</sup>	(em ha)	(%) <sup>(a)</sup>
Milho (safra e safrinha)	21	72,4	192,1	27,0
Soja	20	69,0	495,8	67,5
Trigo	17	58,6	292,0	39,7
Café	17	58,6	47,8	6,5
Hortifruticultura	11	37,9	44,0	6,0
Preservação <sup>(b)</sup>	22	75,9	74,0	10,1
Outros <sup>(c)</sup>	27	93,1	138,0	18,8

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (Ibiporã, 2005)

Notas da tabela

- Considera a percentagem em relação aos totais, do número de estabelecimentos (29), e área (735 hectares).
- Preservação: nesta unidade de análise integram-se as áreas de preservação permanente e as reservas legais das propriedades.
- Outros: Incluem-se neste tipo de uso do solo, a maior parte da produção de subsistência, as pastagens, infraestrutura, e atividades específicas comerciais restritas a poucos produtores como a avicultura industrial, suinocultura, bovinocultura, cultivo de vassoura)

A avicultura integrada à agroindústria não identificada na tabela 16, também é uma expressão produtiva importante, presente em 03 estabelecimentos pesquisados<sup>16</sup>. A suinocultura comercial é uma atividade de apenas um produtor familiar, mas faz parte da subsistência da maioria e gera, eventualmente, excedentes comercializáveis.

A subsistência é composta, principalmente, pela produção de milho, feijão, arroz, mandioca, batata doce, frutas, aves, suínos, bovinos, amendoim, espécies olerícolas, entre outras. Uma ou mais destas explorações para o consumo estão presentes em todas as explorações, com graus diferenciados de intensidade produtiva e apresentam participação na renda familiar, bastante inferior à produção para o mercado.

## **b) Soja e café**

A área dos produtores é predominantemente ocupada pela soja. A leguminosa de ciclo anual é cultivada no verão em sucessão no inverno, preferencialmente com trigo, mas também com milho safrinha. Entre as três culturas, a soja é a principal exploração e está presente em 69% das unidades de produção

<sup>16</sup> Um dos avicultores cedeu em contrato de arrendamento a estrutura produtiva de aves.

(20 das 29), ocupando 67,5% da área total. Do ponto de vista do número de produtores envolvidos, a cultura apresenta abrangência inferior aos cultivos de milho e de subsistência.

Dois outros produtores já foram sojicultores, em outros períodos: um proprietário (E18) de 12,1 hectares produziu soja entre os anos de 1977 e 1995 migrando para a olericultura e café; o outro é um produtor reideiro (E20) que produziu soja entre os anos de 1978 e 2000 e, atualmente, cultiva 1,8 hectares de olerícolas para o comércio em feiras livres. Segundo estes produtores, a saída da atividade ocorreu porque a produção de soja necessitava de mais capital e era arriscada, podendo gerar endividamentos. Por isto, a migração para atividades mais intensivas em mão-de-obra e com menor necessidade de capital em máquinas e insumos.

A adoção do cultivo da leguminosa pelos 20 sojicultores foi lenta e gradativa. Entre os entrevistados o cultivo da soja se iniciou em 1974 com apenas um produtor e até 1980 os sojicultores eram um grupo de apenas 05 produtores. Na década de 1980 o grupo aumentou para 14 e na década de 1990 para 19, atingindo os atuais 20 sojicultores nos anos recentes.

Os produtores familiares sojicultores não cultivavam soja entre 1970 e 1975, período considerado por Martine (1991) como bastante favorável à expansão da cultura, pelas condições internas e externas da economia nacional. Em Ibiporã, a área de soja aumentou de 375 hectares para 6893 hectares nestes 5 anos, conforme a tabela 08, constante do item 3.2.2. Esta realidade revela que os agricultores familiares, de modo geral, não foram os primeiros cultivadores da leguminosa e não se aproveitaram das condições favoráveis deste período inicial.

A falta de máquinas e de capital para os cultivos exigidos com maior intensidade na produção de soja, assim como o aproveitamento da mão-de-obra familiar, são fatores que explicam a gradativa inserção na cadeia produtiva da leguminosa e a persistência da produção cafeeira.

A leguminosa é cultivada por reideiros e proprietários, não fazendo parte da atividade dos parceiros. A atividade envolve 5 dos 6 reideiros e 15 dos 19 proprietários e ocupa, respectivamente, 76,4% e 69,4% da área dos estabelecimentos destas categorias, conforme tabela 17.

**Tabela 17 – Produtores e áreas de soja por categoria**

Categorias	Produtores			Áreas		
	Total <sup>(A)</sup>	Sojicultores		Total (ha) <sup>(C)</sup>	De soja	
		Nº. <sup>(B)</sup>	% <sup>(B/A)</sup>		Hectares <sup>(D)</sup>	% <sup>(D/C)</sup>
Proprietário	19	15	78,9	596,0	413,8	69,4
Rendeiro	6	5	83,3	107,5	82,1	76,4
Parceiro	4	0	0,0	31,5	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>20</b>	<b>69,0</b>	<b>735</b>	<b>495,9</b>	<b>67,5</b>

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (Ibiporã, 2005)

Os cultivos de soja se concentram nos estabelecimentos com áreas maiores que 10 hectares, atingindo mais de 80% para todos os intervalos de áreas constantes na tabela 18. À medida que aumentam as áreas das unidades de produção, maior é a incidência de sojicultores. Entre os produtores com áreas maiores que 50 hectares, todos são sojicultores. O predomínio da soja, só não se verifica nos menores que 10 hectares. Neste grupo, 30% dos produtores são sojicultores e usam apenas 19,1% de suas áreas para este cultivo (tabela 18).

**Tabela 18 – Produtores e superfície de soja por estrato de área.**

Estrato de área dos estabelecimento (ha)	Produtores			Áreas		
	Total <sup>(A)</sup>	Sojicultores		Total (ha) <sup>(C)</sup>	Área de soja	
		Qtde. <sup>(B)</sup>	% <sup>(B/A)</sup>		Hectares <sup>(D)</sup>	% <sup>(D/C)</sup>
0 a 10	10	3	30,0	56,4	10,8	19,1
10 a 20	6	5	83,3	111,5	41,2	37,0
20 a 50	10	9	90,0	273,8	184	67,2
Maior que 50	3	3	100,0	293,3	260	88,6

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (Ibiporã, 2005)

Martins (2002) referindo-se aos produtores do Rio Grande do Sul, afirma que o cultivo de soja trouxe a idéia, na década de 1970, de que com a produção da leguminosa não seria necessário produzir culturas de subsistência, pois seria mais vantajoso comprar no mercado os gêneros alimentícios necessários ao consumo da família com a renda gerada por aquela cultura.

Algo similar ocorreu com os produtores familiares de Ibiporã. Com a expansão da soja, a produção dos alimentos, principalmente feijão e arroz

diminuem, conforme a análise feita na tabela 08 para os produtores do município. Entre os entrevistados, mesmo se registrando a participação significativa da produção de subsistência, identifica-se a pressão da leguminosa, procurando ocupar todos os espaços possíveis de serem mecanizados.

Apesar do predomínio da soja, a diversificação de culturas comerciais é evidenciada pela presença simultânea de outras explorações na maioria dos estabelecimentos, principalmente café ou hortifruticultura, mas também outras atividades, além das produções de trigo e milho no inverno associados ao sistema produtivo da oleaginosa.

Entre os 20 sojicultores, 16 apresentam outras culturas comerciais revelando a diversificação de cultivos da agricultura familiar, conforme o quadro 06.

<b>Atividades comerciais dos sojicultores</b>	<b>Tipos de associações de culturas</b>	<b>Nº. de produtores</b>
Duas culturas além da soja	Café e hortifruticultura	02
	Café e vassoura	02
	Café e suinocultura	01
	Café e avicultura integrada	01
	Pecuária e hortifruticultura	01
<b>Subtotal</b>		<b>07</b>
Uma cultura além da soja	Café	04
	Hortifruticultura	04
	Avicultura integrada	01
<b>Subtotal</b>		<b>09</b>
<b>TOTAL</b>		<b>16</b>

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (Ibiporã, 2005)

#### **Quadro 06 – Outras explorações comerciais dos sojicultores familiares**

A diversificação produtiva, ou os policultivos, podem ser constatados mesmo para os sojicultores que cultivam exclusivamente a leguminosa como opção comercial, pois estes produtores em geral cultivam a produção de subsistência.

A diversificação cumpre um papel de equilíbrio financeiro, garantindo maior segurança nos períodos em que ocorrem frustrações de produção ou quando os preços da cultura principal estão baixos, como os verificados nas últimas safras. Neste contexto, o cultivo da leguminosa é parcialmente viabilizado na agricultura familiar.

O cultivo de café faz parte da dinâmica produtiva de 58,6% dos estabelecimentos familiares, em pequenas áreas de 0,5 a 7,3 hectares, concentrando-se em lavouras com 2,5 a 5 hectares. Mesmo desconsiderando os três produtores com lavouras menores que 1 hectare, a cafeicultura continua atingindo um significativo número de 48,3% dos estabelecimentos.

Apesar de ocupar apenas 6,5% da área total, as lavouras cafeeiras fazem parte da maioria dos estabelecimentos familiares, indicando a importância da cultura para os produtores familiares, significando uma forma de resistência e de estratégia da produção familiar: de diversificação de cultivos; ocupação da mão-de-obra; menor dependência externa; e, em consequência menor risco de endividamento.

O café está presente em 100% dos estabelecimentos de produtores parceiros e aproximadamente de 50% dos produtores rendeiros e proprietários. Em geral, a cultura se associa na unidade de produção com a produção comercial de soja/trigo e milho, ou hortifruticultura.

De modo geral, os cafeicultores apresentam uma maior diversidade de cultivos que os demais produtores, principalmente a produção de subsistência. Do ponto de vista comercial a diversificação é menos intensiva para os parceiros, mas por outro lado, este grupo, apresenta uma tradição de policultivos variados para o autoconsumo, particularmente com culturas alimentares cultivadas em consórcio com a lavoura principal, ou isoladas, como se visualiza nas fotos 7 e 8. A foto 09 revela a importância da mão-de-obra familiar na cultura, pois as várias atividades manuais do processo produtivo são executadas pela família.

**Foto 7** – Cultivo consorciado de café e feijão (Ibiporã- Abr/2006).  
Foto feita pelo autor.

(Sistema de produção otimiza o uso do solo e as operações de limpeza da lavoura cafeeira, em períodos fora dos picos de trabalho, garantindo produção alimentar. Cultivo de um parceiro)



**Foto 8** – Lavoura nova de café, com palhada de milho entre as linhas. Ao fundo, silos para armazenagem da soja, trigo e milho de empresa cerealista (Ibiporã- Abr/2006). Foto feita pelo autor

(Novamente a otimização da área com a lavoura cafeeira, também com cultura alimentar humana e animal. Cultivo de um proprietário, sojicultor)



**Foto 9** – Café de um parceiro sendo revirado no terreirão para secagem. À esquerda a tulha, à direita a casa de um dos filhos, ao centro a mangueira, a pastagem (amarela) e abrigo para os animais. (Ibiporã- Abr/2006).  
Foto feita pelo autor.

(Diferente do cultivo de soja, a lavoura cafeeira, envolve toda a mão-de-obra familiar, masculina e feminina, nas diversas operações de cultivo e beneficiamento primário. Com o “rodo,” a filha de um parceiro, repete várias vezes a operação de esparramar e amontoar café).



#### d) A hortifruticultura

A produção de hortaliças ou de frutas com finalidades comerciais é uma atividade desenvolvida por 11 produtores (37,9% do grupo entrevistado). A atividade apresenta especializações e características heterogêneas, adaptadas às suas condições de produção e de comercialização. As espécies hortícolas folhosas, são mais freqüentes, como a couve brócole, visualizada na foto 10,



Nas laterais, cultivo de milho  
(foto feita pelo autor)

**Foto 10** – Cultivo irrigado de couve brócole (Ibiporã- Abr/2006).

De forma geral, os olericultores (8 produtores) desenvolvem a produção com dedicação integral e a atividade apresenta importante impacto econômico na renda familiar. Para os demais, a produção é composta por espécies frutíferas perenes em pequenas áreas, com importância econômica complementar, ou secundária, com exceção de um produtor citricultor, integrado a uma agroindústria de frutas e organizada sob a forma de cooperativa.

Quatro produtores hortifruticultores informaram que já tiveram, ou têm problemas, com os herbicidas, principalmente àqueles baseados em formulações com 2,4 D, ou aminol, utilizados nas culturas de soja próximas e são conduzidos pelo vento às áreas com hortifruticultura, causando fitotoxicidade nas plantas olerícolas ou frutícolas, fazendo com que muitos optem por espécies mais tolerantes. Dois produtores relataram que foram obrigados a erradicar um pomar de uvas, um alegou perdas com maracujá e outro com figo.

A atividade de hortifruticultura é grande demandadora de mão-de-obra, mas ainda assim somente os dois maiores olericultores contratam trabalhadores. Os demais desenvolvem a produção somente com a força de trabalho da família, com a contratação eventual de diaristas.

Identifica-se a seguir os perfis dos sub-grupos conforme as especialidades que compõem a hortifruticultura.

#### Horticultores com maior escala produtiva

Constituem um grupo de 4 produtores (1 renteiro e 3 proprietários), que se caracterizam pela especialização na atividade olerícola e cultivam entre 4,8 a 9,5 hectares com espécies deste ramo agrícola. Produzem principalmente couve brócole, repolho, abobrinha, pepino, vagem, tomate, berinjela, pimentão, milho verde entre outros complementares ou eventuais. A produção é irrigada e a dedicação é integral e diária, pois a atividade é intensiva.

Apesar da grande demanda por força de trabalho nas operações de cultivo, apenas os dois maiores olericultores com 8,5 e 9,5 hectares de cultivo, contratam trabalhadores regularmente para completar o trabalho familiar. Os outros dois cultivam 4,8 hectares, eventualmente, contratam diaristas.

Em relação à diversificação de cultivos comerciais, apenas 1 produtor se dedica exclusivamente à olericultura no seu estabelecimento de 7,3 hectares. Os demais associam à olericultura, outras atividades agrícolas para o mercado, como a soja, adotada pelos 2 maiores estabelecimentos (16,9 e 17 hectares), e, o café, cultivado por um olericultor.

Identifica-se a presença dos descendentes nipônicos em 50% deste grupo revelando a tradição e identidade da etnia na atividade olerícola.

#### Horticultores feirantes

É constituída por 2 produtores renteiros, cultivam pequenas áreas com espécies olerícolas e variedades alimentares, comercializadas em feiras livres, diretamente aos consumidores.

Um dos renteiros foi sojicultor até o ano de 2000, quando deixou o cultivo da leguminosa para se dedicar exclusivamente às espécies olerícolas irrigadas, atualmente, em um estabelecimento de 1,8 hectares. O produtor (casal sem filhos no estabelecimento) participa de três feiras em Ibiporã e oferece em sua

banca uma variada composição hortaliças e também de alimentos processados na própria cozinha da família (doces, amendoim torrado, derivados de milho, entre outros).

Para garantir a heterogênea oferta da banca, o produtor complementa as espécies cultivadas no estabelecimento, com outras não produzidas, ou em falta no seu estabelecimento e que são adquiridas na CEASA de Londrina.

O outro produtor dispõe de um estabelecimento de 10 hectares, onde também cultiva uma pequena área de 1 hectare de café (lavoura em processo de senescência, organizada na forma de parceria com o proprietário da terra) e de 4 hectares de soja, além de uma variada produção de subsistência cujos excedentes são levados na feira para comercialização. O produtor cultiva espécies alimentares diversas não irrigadas (feijão azuki, feijão de corda, feijão comum, vagem, milho verde, mandioca, entre outros) e comercializa a produção em uma feira semanal aos domingos em Londrina.

#### Horticultores e fruticultores especializados

Este grupo é composto por dois produtores proprietários caracterizados como produtores especializados, porque cultivam espécies olerícolas ou frutícolas, sob o sistema de produção em espaldeira do tipo latada, conforme exposto na foto 11, da página seguinte. São produtores vizinhos, que anteriormente cultivavam uva, e, deixaram a cultura devido às perdas de produção geradas pela fitotoxicidade dos herbicidas utilizados nas áreas de soja circunvizinhas.

Atualmente a espaldeira vem sendo utilizada para o cultivo de chuchu (conforme a foto 11) e maracujá, mas eventualmente cultivam em menor escala, vagem, pepino e outras espécies que exigem a condução ou tutoramento das hastes vegetais das plantas. A comercialização da produção é feita em uma central de comercialização de Londrina (“Mercadão”), durante alguns ou vários dias da semana, conforme os picos de produção: chuchu, colhido durante todo o ano; maracujá durante 7 a 8 meses e outras culturas eventuais e complementares.

Estes dois produtores também cultivam soja no restante da área disponível.



Ao fundo bananeiras, com funções de: proteção e produção.  
(foto feita pelo autor)

**Foto 11** – Cultivo de chuchu escorado em espaldeira - tipo latada (Ibiporã-Nov/2005).

#### Outros hortifruticultores:

Além dos tradicionais olericultores especializados e com dedicação regular e integral à atividade, identificou-se, também, outros 3 produtores fruticultores que desenvolvem a atividade em caráter secundário e complementar. Dois deles são sojicultores e, o outro, é cafeicultor.

Dentre os dois sojicultores, um deles cultiva 3,4 hectares de cítrus (laranja), comercializadas com a indústria da Cooperativa Agropecuária de Rolândia Ltda (COROL). Este produtor é um dos maiores produtores de soja do grupo. O outro, cultiva uma pequena área, com manga, e outras espécies frutícolas perenes variadas em uma área de 1,3 hectares.

Neste sub-grupo, também verifica-se a presença de um cafeicultor que cultiva 0,5 hectare de figo. Segundo este produtor, as plantas frutícolas não

produzem adequadamente devido às contaminações com os herbicidas utilizados nas culturas vizinhas de soja.

### **e) A avicultura integrada**

A avicultura integrada à agroindústria (“Big Frango”) é uma atividade adotada por um proprietário e um rendeiro. Outro entrevistado também dispõe da estrutura produtiva para a atividade, mas cede em contrato de arrendamento para outro produtor familiar não entrevistado nesta pesquisa, devido à falta de mão-de-obra no seu estabelecimento familiar. Apesar da especialização na atividade avícola, a diversificação também é uma característica deste grupo.

O avicultor proprietário (E21), dispõe de uma propriedade rural de 24,2 hectares, e a unidade de produção familiar envolve três núcleos familiares: “famílias de dois irmãos casados e dos pais”. A produção é diversificada: avicultura (capacidade para 30 mil aves em 3 barracões avícolas); soja/trigo (70% da área do estabelecimento); subsistência em pequena área (pecuária, milho, frutas, mandioca entre outros).

Na foto 12, visualiza-se o Sr. Adolfo Janegitz, pai dos dois irmãos citados. Estas gerações, incluídas as mulheres, dividem as tarefas e as responsabilidades nos barracões avícolas, na produção de grãos, nos cuidados com o gado, nos cultivos de subsistência, na atenção com o entorno da casa e nas atividades domésticas. Os dois filhos casados desempenham a maior parte das atividades comerciais.



Barracão com capacidade para 10 mil aves por ciclo produtivo  
(Ao centro o Sr. Adolfo Janegitz)  
(foto feita pelo autor)

**Foto 12** – Aviário. (Ibiporã- Nov/2005)

O avicultor (E27), também, apresenta uma diversificação produtiva para o mercado nos 13,3 hectares que dispõe: avicultura (capacidade para 17 mil aves / 2 barracões avícolas); soja/trigo (68% da área do estabelecimento); café (3,2 hectares), subsistência em pequenas áreas (pecuária, milho, feijão, amendoim, mandioca e frutas principalmente). O rendeiro paga ao proprietário, 30% da receita líquida obtida com a avicultura e se responsabiliza pela administração e trabalho.

#### **f) Produção de subsistência**

Além das atividades agrícolas para o comércio, praticamente todos exploram a produção de subsistência em pequena escala e em graus e características diferenciadas, ocorrendo a venda de excedentes produtivos para o comércio em algumas situações, conforme o volume colhido, conforme as possibilidades de escoamento da produção e os preços de mercado.

“No sítio, mesmo que não tenha dinheiro, tem arroz, feijão, mandioca, frango, porco, leite e miudezas”. (E13).

O pensamento manifestado na frase acima reflete a realidade da maioria dos produtores entrevistados. Os principais cultivos que caracterizam a subsistência e que aparecem com uma certa generalidade entre os produtores são:

- Produção animal: bovinocultura (12 produtores); suínocultura (17 produtores); aves (12 produtores).
- Produção vegetal: milho (18 produtores, excluindo a produção exclusivamente comercial); feijão (16 produtores); arroz (9 produtores); amendoim (16 produtores); mandioca (22 produtores), entre outras produções comuns (frutas cítricas, batata doce, abóbora e outras espécies).

A produção animal, na agricultura familiar brasileira, muitas vezes é considerada como uma atividade importante pela característica da integração animal-vegetal, possibilitando melhor aproveitamento dos recursos internos no estabelecimento. Explorações vegetais se transformam em proteína animal, e estas, fornecem através dos seus resíduos, adubos orgânicos para fertilização e melhoria das condições físicas e biológicas do solo.

Na foto 13 a seguir, identifica-se o produtor familiar, um jovem casado, que junto com o pai e a esposa administram e trabalham no estabelecimento. O filho se responsabiliza pela produção de grãos, com as máquinas que dispõe, e o pai, pela lavoura cafeeira. Nos cuidados com a produção animal para consumo e venda de excedentes (bovinos, suínos e aves diversas) todos ajudam.

A matriz bovina da foto 13 está sendo alimentada, com o trigo colhido na safra 2004/2005, que não atingiu padrão comercial, principalmente devido ao stress hídrico provocado pelo excesso de chuva na maturação da lavoura. Referindo-se às frustrações de safras e baixos preços dos produtos agrícolas, o agricultor comentou: “Ultimamente nós estamos só perdendo. Às vezes não tem preço, às vezes a gente perde por seca, desta vez foi por causa da chuva” (E16).



familiar fornecendo ração ao gado (Ibiporã- Abr/2006)  
(foto feita pelo autor)

**Foto 13** – Produção de subsistência. Jovem produtor

O terreirão de café e a tulha, parcialmente ilustradas na foto 13, compõem junto com a produção de soja e trigo, a diversificada produção de subsistência.

Para o grupo de produtores entrevistados, a bovinocultura de corte e para leite é uma atividade de subsistência que envolve 34% dos estabelecimentos. A atividade necessita de áreas, relativamente, grandes de pastagens, e os produtores optam pelo cultivo da soja, fazendo com que a maioria não desenvolva a pecuária no estabelecimento.

## 5.6 AS MÁQUINAS NA AGRICULTURA

Na produção de soja, a propriedade das máquinas agrícolas é tão ou mais importante do que a terra. Por isto, alguns produtores familiares proprietários de uma patrulha agrícola mecanizada de maior capacidade, cultivam áreas de terras próprias ou arrendadas maiores que as tradicionalmente cultivadas por este segmento produtivo, sem a necessidade da contratação de mão-de-obra externa à família. Conforme o dimensionamento da patrulha agrícola mecanizada é possível cultivar maiores áreas, ou prestar serviços de mecanização aos produtores que não

dispõem de todas as máquinas necessárias ao cultivo.

Os produtores familiares, na conversão da unidade de produção de café para soja, compraram as máquinas básicas para o cultivo mecanizado, mas raramente dispõem de todos os equipamentos necessários às diversas operações de cultivo (plantio/adubação, pulverizações e colheita). Vários já dispunham de um pequeno trator usado na lavoura cafeeira.

Uma das principais evoluções no sistema de cultivo da soja foi a mudança do sistema de plantio convencional, para o sistema de plantio direto, onde se desenvolveram plantadeiras-adubadeiras que plantam e adubam com precisão sem revolver a superfície do solo.

De modo geral, a soja evoluiu no território nacional para explorações de áreas maiores. Assim, as maquinarias também evoluíram para capacidades maiores. Os pulverizadores e as colhedeiras de pequeno porte foram constantemente evoluindo para máquinas com grande capacidade.

O sistema de plantio direto é recomendado, por se constituir na melhor técnica. Nesta tecnologia de produção, ao mesmo tempo em que colhe a produção, a colhedeira tritura a palha da cultura colhida como preparação para o próximo plantio. Em algumas regiões com maiores áreas de cultivo, a aviação agrícola é introduzida para substituir os pulverizadores tratorizados.

Face às condições dos produtores entrevistados, a maioria contrata os serviços mecanizados para as operações de plantio direto e colheita da produção, e com o trator e pulverizadores próprios, em geral bastante depreciados, fazem a aplicação dos biocidas.

Conforme a tabela 19, o trator está presente na maioria das unidades de produção familiar, mas as máquinas de plantio direto e as colhedeiras são de posse de poucos sojicultores.

**Tabela 19** – Principais máquinas de posse dos produtores

Máquina	Nº. de produtores	%
Trator Agrícola	20	68,9
Plantadeira de Plantio Direto	4	13,8
Pulverizador	17	58,6
Colhedeira	4	13,8

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (Ibiporã, 2005)

A contratação dos serviços de mecanização em geral significa um aumento de custos, em relação aos produtores que dispõem das máquinas agrícolas. Não raro ocorrem, conforme relato de alguns produtores, que no melhor momento de realizar as operações agrícolas de plantio e de colheita, nem sempre as máquinas a serem contratadas estão disponíveis. O proprietário das máquinas primeiro irá realizar as operações na lavoura própria e só depois presta serviço para outros produtores. Estas características significam desvantagens relativas dos pequenos sojicultores.

Vários entrevistados dispõem de máquinas bastante depreciadas, obsoletas, e, de pequeno porte para os atuais padrões tecnológicos. Os sistemas antigos de plantio convencional com o uso de equipamentos que revolvem o solo, não é mais recomendável na produção de soja. Mesmo assim, o sistema convencional ainda é adotado. As antigas, grades e arados de aiveca e de discos, os cultivadores, subsoladores, escarificadores, semeadeiras convencionais, já não encontram a utilidade que tinham no sistema de plantio convencional.

A maquinaria evoluiu e muitos destes equipamentos ficaram sem uso freqüente ou foram abandonados ou ainda tornaram-se sucatas. Nos cultivos de subsistência alguns destes equipamentos ainda são úteis. Alguns produtores ainda dispõem dos antigos instrumentos de trabalho usados no cultivo com tração animal.

## 6 CRÉDITO RURAL NAS COMUNIDADES PESQUISADAS

### 6.1 PRESSUPOSTOS E CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS

O crédito rural tem sido mencionado por diversos autores, como um dos principais instrumentos da política agrícola, responsável pela modernização da agricultura brasileira e, pelo satisfatório desempenho do setor, seja pelo volume disponível, como pelos subsídios implícitos, caracterizando este instrumento da política agrícola como um dos mais importantes utilizados pelo Estado para o cumprimento dos objetivos propostos no desenvolvimento rural. (ALBUQUERQUE, 1987).

Muitos autores associam esta política de crédito como a responsável central pela modernização da agricultura brasileira. O modelo fomentado implica no uso intensivo de insumos e da mecanização agrícola, em uma concepção produtivista, que pressupõe a adoção do pacote tecnológico como fórmula de modernidade.

Neste processo, a agricultura torna-se dependente e subordinada à indústria e às instituições financeiras que adiantam capital na forma de crédito rural. A indústria encontra um mercado permanente para as tecnologias industriais, muitas das quais, protegidas por patentes autorais, que garantem a reserva de mercado.

Para analisar a temática, convencionou-se que o uso da terminologia crédito rural, ou financiamentos rurais, referem-se às operações com recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, do qual o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF faz parte.

Esta convenção é necessária, pois além dos créditos rurais com os recursos controlados pelos instrumentos de política agrícola, a maioria dos produtores pesquisados adotam, com muita frequência, financiamentos diretamente com fornecedores de insumos e máquinas e, em alguns casos menos freqüentes, o crédito é tomado de outras fontes, como recursos livres dos bancos ou até mesmo de particulares, chamados pelos produtores de “agiotas”. Tais operações poderiam ser caracterizadas em determinadas situações, como operações de crédito rural.

Entende-se o crédito rural como um adiantamento de recursos para a aplicação em empreendimentos agropecuários, sendo possível a destinação para aplicações diversificadas.

Apesar da diversidade de possibilidades da aplicação do crédito rural, registra-se entre os produtores familiares envolvidos nesta pesquisa, uma concentração de aplicações de recursos para a produção de soja, trigo e milho, que se complementam nas sucessões e rotações de culturas, e utilizam uma mesma base de meios de produção (terra e máquinas). Neste trabalho, estas atividades agrícolas são identificadas como sistema de produção de grãos, ou, de cereais, ou ainda, sistema de produção da soja.

A leguminosa de cultivo mecanizado e intensa utilização de insumos agrícolas é a principal expressão produtiva e absorve a maior parte dos recursos do crédito rural. Trata-se de uma “commodity”, destinada, principalmente, ao mercado externo, que é freqüentemente relacionada aos produtores patronais e ao agronegócio brasileiro. Mas, a produção familiar tem uma importante participação na atividade, tanto pelo número de produtores, como no valor total produzido (OLIVEIRA, 2003).

O benefício ou vantagem do crédito rural está particularmente relacionada com os subsídios, no momento das amortizações ou pagamento dos financiamentos, além da disponibilidade dos recursos para o desenvolvimento da produção agrícola.

Para o dimensionamento do subsídio, considera-se a diferença entre as taxas de juros adotadas no mercado livre, e as presentes nas várias linhas de crédito rural. Incorpora-se também no subsídio, os descontos, bônus ou prêmios existentes em algumas modalidades não reembolsáveis pelos produtores. Agrega-se ainda como subsídio, os valores correspondentes aos índices de correção monetária do período ou do prazo de financiamento, já que os juros, de modo geral, são fixos, tanto para os produtores familiares, como para os patronais.

Entre os usuários do crédito rural entrevistados, verifica-se a incidência das seguintes taxas de juros nos financiamentos do PRONAF: 3% a.a. até 7,25% a.a. conforme o grupo. Para os produtores capitalistas sojicultores, não incluídos no programa, as taxas de juros nos financiamentos, são em geral de 8,75%.

Têm-se uma dimensão dos subsídios do crédito rural, comparando-

se com as taxas adotadas no mercado privado ou outras referências: taxas do Tesouro Nacional (em torno de 15% a 16% a.a., em meados de 2006); mercado aberto de crédito das instituições financeiras (com taxas de juros variáveis, atingindo mais de 100% a.a. para alguns empréstimos como no caso do uso do limite do cheque especial).

As taxas de juros estabelecidas pelos fornecedores de insumos agrícolas nas vendas a prazo são uma importante referência de comparação e dimensionamento dos subsídios, pois praticamente todos os produtores não usuários do crédito rural se utilizam, com intensidades diferenciadas, de compras de insumos agrícolas destes fornecedores.

Nas compras à prazo verifica-se, de modo geral, que as taxas de juros são de aproximadamente de 25% a 30% a.a., podendo em alguns casos serem superiores ou inferiores. Desta forma estes produtores apresentam um custo de produção mais elevado que os usuários do crédito rural.

Convencionou-se, nesta pesquisa, que os usuários do crédito rural são representados pelos produtores que contrataram pelo menos um financiamento até o período de novembro e dezembro de 2005, a partir dos seguintes períodos: os últimos quatro anos (início em 2002), para os créditos nas modalidades de custeio ou comercialização; os últimos 6 anos (início em 1999) para os créditos de investimento.

Supõe-se que no período final considerado, o quadro dos produtores que financiam o cultivo da tradicional produção de soja da safra 2005/2006 na região, já estava estabelecido, pois a cultura já tinha sido plantada e encontrava-se na fase inicial de desenvolvimento vegetativo.

É pertinente destacar que a convenção temporal adotada para identificar os usuários do crédito rural, não objetiva mascarar índices de adoção de financiamentos, mas sim caracterizar de forma mais realista os tomadores de crédito rural no contexto histórico presente ou recente, possibilitando maior utilidade para as análises.

Entre os 29 produtores entrevistados, 14, são considerados usuários do crédito rural pela convenção anteriormente estabelecida (48,3% do total). Este índice de contratantes de financiamentos indica, por um lado, que o crédito rural faz parte de um número significativo de produtores familiares e também revela que a maioria do segmento familiar desenvolve o processo produtivo independente de

financiamentos.

Visualizado de forma isolada, o índice dos tomadores do crédito rural não permite conclusões aprofundadas. É necessário fazer a análise de outras variáveis, para interpretar de forma mais consistente as interrelações da produção familiar com o crédito rural. Para tanto, nos próximos itens procurou-se identificar os fatores intervenientes presentes na realidade estabelecida no contexto desta pesquisa.

## **6.2 DIFERENCIAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR E SELETIVIDADE DO CRÉDITO RURAL**

A desigual distribuição do crédito rural no Brasil “deriva e gera” internamente nas pequenas unidades de produção, um processo de diferenciação, refletindo e assimilando as contradições do desenvolvimento desigual e combinado que se manifesta nos produtores popularmente chamados de pobres, médios ou remediados e nos ricos. (OLIVEIRA, 2003).

Para a análise da relação do crédito rural com a diferenciação interna dos produtores em regime de trabalho familiar, identifica-se no quadro 07, as características gerais dos entrevistados que acessam financiamentos rurais e dos que não acessam.

Entrevistado <sup>a</sup>	Grupo do PRONAF	Cate-goria <sup>b</sup>	Área do Estabele-cimento (ha)	Área das principais produções para o comércio (ha)					Outras produções comerciais
				Soja	Trigo	Milho	Café	Hortifrut <sup>c</sup>	
<b>Produtores não usuários do crédito rural</b>									
E05	B	Pa	2,4				1,2		
E15	C	Pa	4,8				3,0		
E23	C	Pa	6,1				6,0		
E07	C	Pa	18,2			2,5	7,3		
E22	C	Pr	6,1	3,0	1,5	1,5	0,6		
E06	C	Pr	7,3			2,0		4,8	
E03	C	Pr	17,0	7,0				2,5	
E04	C	Pr	17,0	7,0				2,5	
E09	C	Pr	21,8	6,1		6,1			
E20	C	Re	1,8					1,8	
E13	C	Re	10,0	3,0		3,0	1,0	4,5	
E18	D	Pr	12,1				2,5	8,5	
E27	D	Re	13,3	9,0		9,0	3,2		Avicultur int <sup>d</sup>
E02	D	Re	17,0	7,3	7,3			9,5	
E08	D	Re	60,6	58,0	58,0		1,2		
<b>Subtotal</b>			<b>215,5</b>	<b>100,3</b>	<b>66,8</b>	<b>25,5</b>	<b>26,0</b>	<b>34,1</b>	
<b>Produtores usuários do crédito rural</b>									
E19	C	Pr	6,6				3,8		
E24	C	Re	4,8	4,8		4,8			
E29	D	Pr	6,5				4,8	0,4	
E17	D	Pr	16,9	10,9		10,9		4,8	
E01	D	Pr	31,5	12,1	12,1	1,0	4,8	0,0	Vassoura
E14	D	Pr	32,7	20,0	20,0		0,5		Vassoura
E26	E	Pr	21,8	14,5	7,0	7,5	3,7		
E21	E	Pr	24,2	17,0	17,0	1,0			Avicultur int <sup>d</sup>
E10	E	Pr	29,1	24,2	12,1	12,1	1,2		
E28	E	Pr	35,1	33,0	17,0	16,0			
E25	E	Pr	36,4	23,0	22,0	1,2	0,5	1,3	Avicultur int <sup>d</sup>
E16	E	Pr	41,2	34,0	17,0	17,0	2,5		
E12	E	Pr	104,2	80,0	40,0	40,0		3,4	
E11	E	Pr	128,5	122,0	61,0	61,0			
<b>Subtotal</b>			<b>519,5</b>	<b>395,5</b>	<b>225,2</b>	<b>172,8</b>	<b>21,8</b>	<b>9,9</b>	
<b>TOTAL</b>			<b>735,0</b>	<b>495,8</b>	<b>292,0</b>	<b>198,3</b>	<b>47,8</b>	<b>44,0</b>	

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (Ibiporã, 2005)

Notas do quadro 07:

- Entrevistado: São identificados pela Letra "E" e o número indica a ordem em que foram entrevistados (E1, E2, e seguintes até E29)
- Categoria: Pr = proprietário; Re = renteiro; Pa: Parceiro
- Hortifrut: Refere-se à olericultura e fruticultura
- Avicultur int: Refere-se à produção avícola integrada à agroindústria. O produtor de aves E25 dispõe das instalações avícolas, mas arrendou a infraestrutura para um renteiro não entrevistado nesta pesquisa.

#### **Quadro 07 – Crédito rural: usuários e não usuários - perfil geral**

No quadro 07, identifica-se um panorama geral das características dos produtores que usam e dos que não usam financiamentos, destacando-se os seguintes elementos:

- Os usuários do crédito rural concentram-se, basicamente, nos públicos de agricultores familiares do grupo “E” e “D” do PRONAF;
- Os proprietários compõem a quase totalidade dos usuários do crédito rural;
- É possível reconhecer que os usuários do crédito rural são predominantemente de estabelecimentos com as maiores áreas. Esta constatação é evidente comparando os 519,5 hectares, dos 14 estabelecimentos de usuários do crédito rural, com os 215,5 hectares dos 15 produtores não usuários.
- Em relação às áreas com culturas, estabelecidas nos subtotais do quadro 07, identifica-se que os usuários do crédito rural cultivam áreas maiores, com exceção do café e das espécies hortifrutícolas.
- Identifica-se a predominância do sistema de produção de soja, de modo geral, associado à outras especializações produtivas (café, hortifruticultura, avicultura e vassoura)

#### **a) Crédito rural e os grupos do PRONAF**

Verifica-se entre os produtores familiares, sujeitos sociais desta pesquisa, a presença dos grupos “B”, “C”, “D” e “E”, do PRONAF. Estes grupos diferenciam-se para efeitos de enquadramento no programa, entre outros aspectos, pela renda bruta familiar. Segundo os critérios do programa, do grupo “B” para o grupo “E”, há uma progressiva elevação da renda.

Os produtores dos grupos “C”, “D” e “E”, compõem a quase totalidade da amostra de produtores entrevistados, representando, respectivamente, 34,5%, 27,6% e 27,6%, revelando um certo equilíbrio, relativo, entre os grupos.

No grupo “B”, considerado de baixa renda, apenas um produtor compõe a amostra. Os grupos “A” e “A/C”, não estão presentes nas comunidades pesquisadas, contrastando com a presença significativa de 34,5% de produtores rendeiros e parceiros, e revelando a demanda pela política pública de reforma agrária (tabela 20).

Grupo do PRONAF	Produtores entrevistados (A)	Usuários do crédito rur.		Característica genérica (sócio econômica)
		Qtde. (B)	% (B/A x 100)	
B	01	00	0,0	Familiar periférico.
C	12	02	16,7	Familiar intermediário.
D	08	04	50,0	Familiar consolidado.
E	08	08	100,0	Familiar consolidado, estruturado, capitalizado.
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>14</b>	<b>48,3</b>	

Fonte: Consulta ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiporã (2005); pesquisa de campo realizada pelo autor (Ibiporã, 2005)

**Tabela 20** – Usuários do crédito rural conforme o grupo do PRONAF

Entre os usuários do crédito rural, estão produtores dos grupos “C”, “D”, e “E”, com nítida predominância dos mais estruturados do grupo “E”. Inversamente, entre os produtores que não acessam financiamentos, o grupo “C” composto, pelos menos estruturados, são dominantes. O grupo “D” se posiciona em uma posição intermediária, com 50% dos seus integrantes tendo acesso aos financiamentos, conforme a tabela 20

A tabela 20, também, revela a concentração das operações de financiamentos nos grupos com maiores rendas brutas, ou seja, são usuários do crédito rural: 100% dos produtores do grupo “E”; 50% do grupo “D”; 16,7% do grupo “C”. O grupo “B” não tem nenhuma participação nos financiamentos.

O processo seletivo e a diferenciação interna dos produtores familiares entrevistados é ainda mais evidente em relação aos volumes de recursos financiados pelos grupos do PRONAF. O grupo “E” contrata 83,5% do total de volume de crédito rural, fornecido para os produtores entrevistados e os grupos “D” e “C” recebem, respectivamente, 14,5% e 2,0%, conforme a tabela 21.

**Tabela 21** – Recursos do crédito rural: participação dos grupos do PRONAF (%)

Grupos do PRONAF	Financiamentos de Custeio <sup>a</sup>	Financiamentos de Investimento <sup>b</sup>	Total De financiamentos
<b>C</b>	3,4	0,0	2,0
<b>D</b>	11,7	18,4	14,5
<b>E</b>	84,8	81,6	83,5
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (Ibiporã, 2005)

Notas da tabela:

a. Refere-se ao custeio de uma safra, de verão e inverno.

b. Refere-se aos financiamentos de investimento realizados a partir de 1999.

Pode se afirmar que o PRONAF é uma realidade para os agricultores familiares mais estruturados e, por outro lado, este programa não está atingindo os agricultores familiares considerados mais vulneráveis, contradizendo o papel social estabelecido nas diretrizes do programa.

### **b) Crédito rural e as categorias dos produtores**

Admite-se de forma genérica que os produtores rendeiros e os parceiros situam-se em posição econômica mais desfavorável, comparativamente aos proprietários, em virtude da maior instabilidade de permanência na terra e da dedução de parte de suas produções para o pagamento da renda, diretamente, ao proprietário fundiário.

Sendo a terra um bem natural finito, não reproduzível, a apropriação de parcelas da superfície territorial configura-se como um monopólio, que garante ao seu detentor, o privilégio de usá-la da forma como bem entender, inclusive possibilitando-lhe cobrar uma renda, cuja proporção equivale à demanda da sociedade para produzir os frutos da mesma (MARTINS, 1986)

Diante da vantagem relativa dos proprietários acima mencionada, considera-se, de forma genérica, a existência do processo de diferenciação interna da produção familiar baseada na condição de acesso à terra, pelas categorias de proprietários, rendeiros e parceiros.

Os usuários do crédito rural são predominantemente proprietários de terras (tabela 22). Os rendeiros e os parceiros, ao contrário, não são contratantes de financiamentos rurais, exceto um dos rendeiros que começou a utilizar o crédito rural

na condição de proprietário no ano de 2002, antes de vender a propriedade no ano de 2005.

A presença de um rendeiro entre os financiadores, por outro lado, revela a possibilidade desta categoria se integrar no grupo de usuários do crédito rural. Ainda assim, é pertinente salientar a constatação de que outros produtores não proprietários não tiveram sucesso nas tentativas de contratar financiamentos, devido a exigências como a garantia, a necessidade de avalista, anuência dos proprietários, entre outros.

Do ponto de vista da incidência dos usuários do crédito rural com base nas categorias de produtores, a tabela 22 revela que, entre os proprietários, 68,4% são usuários do crédito rural, sendo a proporção para os rendeiros de 16,7% e nenhuma participação dos parceiros.

**Tabela 22** – Participação dos produtores no crédito rural conforme a categoria

Categoria	Produtores entrevistados	Usuários do crédito rural	
		Quantidade	%
Proprietários	19	13	68,4
Rendeiros	6	1	16,7
Parceiros	4	0	0,0
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>14</b>	<b>48,3</b>

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (Ibiporã, 2005)

Do ponto de vista do volume de recursos do crédito rural utilizados pelas categorias de produtores, constata-se uma concentração ainda maior para os proprietários que usam 98,8% do total financiado, ao mesmo tempo, os rendeiros usam 1,2% e os parceiros não têm nenhuma participação (tabela 23).

**Tabela 23** – Recursos do crédito rural: participação das categorias (%)

Categorias	Financiamentos de Custeio <sup>a</sup>	Financiamentos de Investimento <sup>b</sup>	Total de financiamentos
Proprietários	97,9	100,0	98,8
Rendeiros	2,1	0,0	1,2
Parceiros	0,0	0,0	0,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (Ibiporã, 2005)

Notas da tabela:

a. Refere-se ao custeio de uma safra, de verão e inverno.

b. Refere-se aos financiamentos de investimento realizados a partir de 1999.

A distância dos parceiros e rendeiros do acesso ao crédito rural não pode ser explicada pelas atividades desenvolvidas por estas categorias. Mesmo adotando o sistema de produção de soja, que é o cultivo prioritariamente financiado, os rendeiros apresentam uma participação muito baixa no crédito rural. Em relação aos parceiros, a produção cafeeira explorada por estes produtores não é financiada, porém há registros de financiamentos para proprietários (E19 e E29) que cultivam a rubiácea.

### c) Crédito rural e a área dos estabelecimentos

Outro critério considerado para a verificação da diferenciação interna dos produtores familiares e a desigual distribuição do crédito rural, baseia-se nas dimensões das áreas dos estabelecimentos.

Conforme a tabela 24, constata-se que os estabelecimentos com áreas abaixo de 20 hectares apresentam uma participação média de 23,5% dos produtores como usuários do crédito rural, enquanto nos estabelecimentos acima de 20 hectares, a participação dos produtores no crédito rural atinge 83,3% do grupo, revelando-se o destino do crédito rural para os maiores estabelecimentos.

**Tabela 24** – Crédito rural: participação conforme a área dos estabelecimentos

Área dos Estabelecimentos	Produtores entrevistados	Usuários do crédito rural	
		Qtde.	%
<b>Menores que 20 hectares</b>			
0 a 5	4	1	25,0
6 a 10	6	2	33,3
10 a 20	7	1	14,3
<b>Subtotal</b>	<b>17</b>	<b>4</b>	<b>23,5</b>
<b>Maiores que 20 hectares</b>			
20 a 50	9	8	88,9
Maior que 50	3	2	66,7
<b>Subtotal</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>83,3</b>
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>14</b>	<b>48,3</b>

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (Ibiporã, 2005)

Do ponto de vista do volume de recursos do crédito rural, o processo de diferenciação é ainda mais evidente. Os produtores com áreas até 20 hectares recebem 8,4% do volume de recursos financiado, enquanto aqueles com áreas

maiores que 20 hectares usam 91,6% do total financiado pelos agricultores entrevistados, conforme a tabela 25.

**Tabela 25** – Recursos do crédito rural: participação conforme as áreas (%)

<b>Área dos Estabelecimentos</b>	<b>Financiamentos de Custeio<sup>a</sup></b>	<b>Financiamentos De Investimento<sup>b</sup></b>	<b>Total de financiamentos</b>
0 a 10	4,7	0,0	2,7
10 a 20	3,2	9,2	5,7
<b>Subtotal</b>	<b>7,9</b>	<b>9,2</b>	<b>8,4</b>
20 a 50	60,0	81,7	69,1
Maior que 50	32,1	9,1	22,5
<b>Subtotal</b>	<b>92,1</b>	<b>90,8</b>	<b>91,6</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (Ibiporã, 2005)

Notas da tabela:

a. Refere-se ao custeio de uma safra, de verão e inverno.

b. Refere-se aos financiamentos de investimento realizados a partir de 1999.

#### **d) Crédito rural e os programas estaduais**

Constatou-se que os produtores usuários de financiamentos das políticas nacionais de crédito rural são os principais destinatários dos programas estaduais, participando com maior intensidade da maioria dos apoios oferecidos, verificou-se que 16 produtores entrevistados foram beneficiados, recebendo apoios com intensidade variável (um ou mais apoios), conforme a tabela 26.

Entre os 14 produtores que usam financiamentos, 85,7% já receberam algum apoio destes programas estaduais e, por outro lado, entre os 15 produtores que não são usuários do crédito rural, apenas 26,7% afirmaram que já receberam algum tipo de apoio destes programas. Os dados, de forma geral, reforçam o caráter seletivo que ocorre nas políticas públicas.

A tabela 26 apresenta os números de produtores beneficiados pelos programas estaduais, bem como a incidência entre os usuários e não usuários do crédito rural.

**Tabela 26** – Participação dos produtores nos programas estaduais

Apoios de programas estaduais	Nº. de produtores beneficiados	Participação entre 14 usuários do crédito rural		Participação entre os 15 não usuários do crédito rural	
		Qtde.(A)	% (A/14*100)	Qtde.(B)	% (B/15*100)
Correção do solo	8	6	42,9	2	13,3
Conservação do solo	8	6	42,9	2	13,3
Fruticultura	3	1	7,1	2	13,3
Financiamento de energia rural	4	3	21,4	1	6,7
Financiamento pelo programa "Panela Cheia"	3	3	21,4	0	0
Outros apoios	6	5	35,7	1	6,7

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (Ibiporã, 2005)

Nas informações da tabela acima, obtidas por meio de entrevistas com os produtores, não houve a preocupação de conhecer as características legais destes apoios ou programas, ou mesmo se houve a participação da Prefeitura Municipal de Ibiporã. Contudo, seguem algumas considerações sobre os apoios estaduais, constantes da tabela 26 (você já faz referência a tabela no início)

Correção do solo: Apoio na aquisição de calcário. O produtor paga o frete e o Governo do Estado o valor do insumo;

Conservação do solo: Também chamado pelos produtores de "microbacias" visava principalmente a construção de barreiras mecânicas de contenção da água (curvas de nível). O apoio, segundo a maioria dos entrevistados, consiste, principalmente, no subsídio fornecido para o pagamento de serviços de motomecanização, mas entre os 08 produtores beneficiados, 1 declarou que os serviços foram realizados gratuitamente e 2 deles relataram que pagaram integralmente o serviço pelo equivalente ao valor de mercado. Os demais limitam-se a responder que tiveram apoio nesta área, sem mencionar os seus custos.

Fruticultura: O apoio consistiu no fornecimento gratuito pelo Governo do Estado de meios de produção (insumos, arames, madeira, etc) para implantação das culturas de maracujá e uva.

Financiamento de energia rural: Segundo os produtores, foram financiamentos do programa CLIC-RURAL ou outros envolvendo o Banco não identificado e a COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica)

Financiamento do programa panela cheia: É um programa de financiamento que se baseia na equivalência em produtos, ou seja, o valor do

crédito se transforma em um volume de produtos, em geral milho, utilizado como referência na devolução do recurso emprestado. Os financiamentos se destinaram à sericicultura, piscicultura e correção do solo.

Outros apoios: Identificou-se apoios para a sistematização de várzeas, fornecimento de 2 sacos de semente de milho, fornecimento com preços subsidiados de mudas de café, palmito e eucalipto.

### **6.3 CRÉDITO RURAL: OS FINANCIAMENTOS E OS FINANCIADORES**

#### **a) Evolução dos financiamentos**

O histórico do crédito rural para o grupo iniciou-se no ano de 1969 com as culturas de café e algodão, incorporando em 1976, soja, trigo e milho. A ampla maioria deu início à produção de soja na segunda metade da década de 1980, e a sua expansão aumentou o grau de mecanização, de consumo de insumos externos e as necessidades de crédito rural para aumentar a produtividade e os volumes de produção em cada safra de inverno e verão.

A aquisição do arsenal de máquinas foi diferenciada e poucos produtores conseguiram utilizar o crédito rural. A maioria investe com recursos próprios e com compras a prazo no comércio. Na aquisição dos insumos, um número maior de produtores usa o crédito rural, mas continuam significativos os produtores que financiam diretamente com os fornecedores, pois não conseguiram se inserir no grupo de usuários do crédito rural. A soja torna-se uma referência de valor e sua equivalência, progressivamente, se deteriora, necessitando de maiores volumes colhidos para a aquisição dos meios de produção.

Na substituição gradativa do ciclo cafeeiro para a soja, o quadro no número de usuários de crédito rural não se altera significativamente e uma mesma base de contratantes se mantém, diferindo apenas no número de operações que anteriormente eram eventuais e de, no máximo, 4 financiamentos por produtor, ao passo que com a soja os financiamentos se repetem a cada safra.

O café, cultivado em 28 das 29 unidades de produção familiar, persiste até a atualidade na maioria dos estabelecimentos, em pequenas áreas, sem o uso de financiamentos, com exceção de dois produtores que contrataram nos últimos quatro anos, apenas três operações de crédito para custear a produção ou a

colheita.

Nos anos 1980, progressivamente, aumentou a concentração dos financiamentos para a soja e o número de usuários sojicultores chega a 15 produtores. Após algumas migrações de culturas, a produção de soja mantém nos anos recentes, 12 contratantes do crédito rural.

A produção de algodão envolveu nove famílias e foi financiada entre os anos de 1969 e 1987 por quatro produtores, exclusivamente com operações na modalidade de custeio. Como na cafeicultura, o crédito rural foi repetido no máximo 4 vezes para cada agricultor.

Além dos financiamentos para estas culturas, destacam-se os financiamentos na modalidade de investimento na avicultura integrada à agroindústria de dois produtores, que contrataram cinco operações de crédito rural para esta atividade, entre os anos 1995 a 2002 e aplicaram na ampliação de barracões avícolas e também na automatização dos comedouros. A destinação de financiamentos para a avicultura, confirma a tendência do crédito rural de apoiar as atividades vinculadas aos complexos agroindustriais, identificada por Bruno (2004).

Identificou-se ainda alguns financiamentos para finalidades diversas: 1 microtrator para uso na olericultura e no café em 1982, 1 descascador de arroz em 1983, ampliação da atividade de suinocultura em 2002 e implantação de 1 hectare de maracujá em 2002.

Na evolução das aplicações do crédito rural, constatou-se que os atuais usuários do crédito rural são, basicamente, os mesmos que já acessaram esta política pública nas décadas de 1970, 1980 e 1990.

Os sojicultores usuários do crédito rural das décadas de 1980, 1990 e dos anos 2000, se mantém basicamente no mesmo grupo, embora tenha ocorrido uma pequena diminuição dos produtores que financiam, pois atualmente são 12, de um grupo que chegou a alcançar 15 produtores.

Fora do âmbito da política nacional de crédito rural foram financiados ou apoiados por programas estaduais, os itens anteriormente mencionados: calcáreo, conservação do solo, fruticultura, energia rural, piscicultura, sericicultura, sistematização de várzeas, sementes e mudas diversas. Estes programas, que envolveram 16 produtores, visivelmente, apresentaram maior diversidade nas aplicações dos recursos, embora também tenham concentrado os apoios, predominantemente, para os produtores já integrados no crédito rural. Alerta-se,

porém, que não é objetivo deste trabalho analisar as aplicações dos créditos e apoios da esfera estadual.

Apesar de uma certa diversidade de cultivos entre os produtores, os financiamentos concentram-se na produção de soja, pois entre os 14 usuários do crédito rural, 12 usam o crédito para esta finalidade e também nas culturas de inverno a ela associadas.

### **b) Tendências gerais da destinação dos recursos do crédito rural**

Para identificar e analisar os volumes e as finalidades do crédito rural entre os atuais financiadores da produção, chama-se a atenção novamente para os critérios anteriormente estabelecidos para identificar os usuários do crédito rural. Este grupo é composto pelos produtores que contrataram um ou mais financiamentos a partir de 2002 para o custeio e em 1999, para investimentos.

Em relação aos volumes e finalidades do crédito rural, constatou-se a concentração das operações e dos volumes de crédito rural para o custeio da soja. Mesmo considerando um ano agrícola, o volume de crédito nesta modalidade é superior à soma de todos os recursos destinados aos investimentos.

Considerou-se para o dimensionamento dos volumes de crédito rural na modalidade de custeio, um valor médio financiado por hectare para cada cultura. Adotou-se o valor aproximado porque nem todos os produtores declararam o valor financiado ou não o fizeram com precisão, usando para tanto cifras genéricas, com expressões como “mais ou menos” ou “em torno de” e outras.

Em relação às culturas, áreas plantadas e financiadas, os informantes demonstraram maior segurança na informação, que pode ser atribuído ao conhecimento da unidade de produção, ao passo que em relação aos valores financiados, os créditos não raro se misturam aos débitos junto ao banco, que podem conduzir às imprecisões relatadas.

Apesar destas ocorrências, os valores financiados por hectare, declarados pelos produtores, não apresentaram variações significativas que comprometam os objetivos desta análise. De posse das informações das áreas financiadas e dos valores médios liberados por hectare, dimensionou-se o montante de crédito rural utilizado na última safra agrícola, tendo como base os valores por hectare de R\$ 600,00 para a soja e R\$ 400,00 para o trigo e milho.

Para a determinação dos valores financiados na exploração cafeeira

e também os créditos de investimentos dos produtores, considerou-se os valores declarados pelos mesmos. Para o café, os valores são praticamente insignificantes em relação ao total e incidem em apenas dois produtores.

Em relação aos financiamentos para a comercialização identificou-se apenas um contrato de crédito rural, realizada por um cafeicultor objetivando a colheita, armazenagem e comercialização da produção. Esta operação foi considerada neste trabalho como um contrato de custeio, pois além de pouco significativa, do ponto de vista do volume de recursos e do número de produtores (valor de R\$ 3.000,00 para um único produtor), a operação se assemelha aos custeios, pois financia a colheita da produção e apresenta a característica de capital de giro, com prazo de pagamento curto.

Considerou-se ainda no dimensionamento dos montantes financiados, os valores contratados no ano de 2005 (safra 2004/2005 de trigo e safra 2005/2006 para a soja). Salienta-se que de uma safra para outra ocorrem variações, porém não são significativas a ponto de alterar as tendências constatadas neste trabalho. As áreas de cultivo, basicamente, não se alteram e os contratantes de financiamentos de custeio da soja, trigo e milho, não apresentam variações significativas a partir de 2002. É evidente que ocorreram algumas variações conjunturais de uma safra para outra ou de um ano para o outro.

As principais variações de uma para outra safra, ocorrem principalmente no cultivo de inverno. Com os baixos preços do trigo das últimas safras, alguns produtores optaram por não financiar regularmente a sua produção ou até mesmo não plantar. Já em relação aos financiamentos para o custeio da soja, apresentam menor variação, embora também existam, como no caso do produtor E 14 (entrevistado 14) que não está financiando a atual safra porque o banco não liberou o crédito em função de prorrogações de dívidas rurais anteriores.

Para analisar os volumes e os destinos das aplicações dos financiamentos apresenta-se a tabela 27, que identifica os montantes de recursos e as diversas operações contratadas pelos produtores usuários do crédito rural.

**Tabela 27** – Os financiamentos dos produtores: valores e finalidades

Produtor usuário	Valores financiamentos para custeio e finalidade (R\$)			Valores financiamentos para investimento e finalidades (R\$)			Total de financiamentos	
	Grãos/ Cereais	Café	Total	Grãos/ cereais	Outros	Total	Valor	%
E25	23.000,00		23.000,00	18.000,00	31.000,00	49.000,00	72.000,00	18,2
E21	17.000,00		17.000,00	20.000,00	22.000,00	42.000,00	59.000,00	14,9
E11	30.000,00		30.000,00	15.000,00		15.000,00	45.000,00	11,4
E12	43.600,00		43.600,00				43.600,00	11,1
E28	33.000,00		33.000,00				33.000,00	8,4
E16	17.000,00		17.000,00	15.000,00		15.000,00	32.000,00	8,1
E14	9.700,00		9.700,00	15.000,00		15.000,00	24.700,00	6,3
E10	19.000,00		19.000,00		5.300,00	5.300,00	24.300,00	6,2
E17	7.300,00		7.300,00	5.000,00	10.200,00	15.200,00	22.500,00	5,7
E26	12.000,00		12.000,00	8.000,00		8.000,00	20.000,00	5,1
E01	7.000,00		7.000,00				7.000,00	1,8
E29		3.000,00	3.000,00				3.000,00	0,8
E19		3.000,00	3.000,00				3.000,00	0,8
E24	4.800,00		4.800,00				4.800,00	1,2
<b>TOTAL</b>	<b>223.400,00</b>	<b>6.000,00</b>	<b>229.400,00</b>	<b>96.000,00</b>	<b>68.500,00</b>	<b>164.500,00</b>	<b>393.900,00</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo feita pelo autor (Ibiporã, 2005)

A partir da tabela 27 foi possível fazer as seguintes afirmações relacionadas com o crédito rural:

- O processo seletivo de acesso aos financiamentos antes do ano de 2002, para custeio, e antes do ano de 1999, para investimento, permanece nos anos recentes, pois apenas 48,3% são usuários do crédito rural.
- A produção de soja, trigo e milho concentra, atualmente, a maior parte dos destinos dos recursos, tanto das modalidades de custeio como de investimento. Somados estes dois tipos de aplicações neste sistema de produção, o volume de recursos atinge 81,1% do total financiado, mesmo considerando-se o custeio de apenas um ano agrícola e os investimentos ocorridos em 6 anos.
- Os recursos do crédito rural têm se concentrado na modalidade de custeio e, quase exclusivamente, no sistema de produção da soja.
- Verificou-se uma tendência de concentração dos volumes de recursos para um reduzido número de financiadores. Os 28,6% maiores usuários do crédito rural contrataram 55,6% do total financiado e os 28,6% menores ficaram com 4,6% dos recursos.

### c) Os financiamentos na modalidade de investimento

Os adiantamentos de capital para investimentos diferenciam-se das aplicações de custeio, principalmente porque o capital adiantado não se consome inteiramente no ciclo produtivo. Os custos dos investimentos são amortizados parcialmente em vários ciclos produtivos, ocorrendo a sua depreciação, e no caso da soja, constata-se também um processo de obsolescência de vários equipamentos.

**Quadro 08** – Financiamentos para investimentos a partir de 1999

Produtores Entrevistados	Grupo do PRONAF	FINALIDADES DOS INVESTIMENTOS	Valor financiado	Nº.de contratos	Períodos
<b>Financiamentos para o Grupo "E"</b>					
E10	E	Suinocultura (instalações/matrizes)	5.300,00	1	2002
E11	E	Plantadeira de plantio direto usada	15.000,00	1	2002
E21	E	Pulverizador usado e avicultura	42.000,00	2	2002/2004
E25	E	Avicultura (barracão e comedouro automático) e trator usado	49.000,00	3	1999/2002/2005
E16	E	Trator usado	15.000,00	1	2002
E26	E	Plantadeira de plantio direto usada	8.000,00	1	2002
<b>Subtotal</b>			<b>134.300,00</b>	<b>9</b>	
<b>Financiamentos para os outros Grupos</b>					
E17	D	Implantação de maracujá e pulverizador usado	15.200,00	2	2002/2005
E14	D	Trator usado	15.000,00	1	2004
<b>Subtotal</b>			<b>30.200,00</b>		
<b>TOTAL</b>			<b>164.500,00</b>	<b>12</b>	

Fonte: Pesquisa de campo feita pelo autor (Ibiporã, 2005)

Nesta modalidade de crédito também ocorre a concentração dos recursos, para a produção de soja, pois, conforme a tabela 27, do total de R\$ 164.500,00 de recursos aplicados, R\$ 96.000,00 se destinaram à máquinas visando a produção de grãos, representando 58,4% do total investido. Foram financiadas as seguintes máquinas e equipamentos: três tratores usados, duas plantadeiras de plantio direto e dois pulverizadores, conforme o quadro 08.

Além da destinação predominante dos recursos para a soja, os investimentos realizados se concentraram para 06 produtores no grupo "E" que receberam R\$ 134.300,00 do total de R\$ 164.500,00 (81,6% dos valores financiados), conforme o quadro 08.

Os 18,4% dos recursos restantes foram financiados por dois

produtores do grupo “D”. Os 08 usuários do crédito rural-investimento, financiaram 1 a 3 vezes nesta modalidade, totalizando 12 contratos a partir de 1999 (quadro 08).

Para melhor analisar as aplicações do crédito rural-investimento, procura-se mostrar um comparativo dos financiamentos desta modalidade, entre o período recente (após o ano de 1999) com as registradas nos períodos anteriores. (quadro 09)

**Quadro 09 – Destino do crédito rural-investimento (período recente e remoto)**

Produtor	Período recente <sup>(a)</sup>			Período remoto <sup>(a)</sup>		
	Soja	Café	Outros	Soja	Café	Outros
E01				X		X
E10			X	X		
E11	X			X		
E12				X		
E14	X					
E16	X			X		
E17	X		X			
E18					X	
E19					X	
E21	X		X		X	
E25	X		X			X
E26	X					
E28				X		
<b>Total</b>	<b>07</b>	<b>00</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>3</b>	<b>2</b>

Fonte: Pesquisa de campo feita pelo autor (Ibiporã, 2005)

Nota da tabela:

a. Considerou-se o período recente, a partir de 1999 e os remotos antes deste ano

O quadro 09 possibilita algumas comparações entre o período recente e os anteriores relacionadas aos financiamentos de investimentos, apesar de não se dispor dos valores financiados antes de 1999. Com base no número de financiamentos e nas destinações dos recursos é possível, reconhecer ou sugerir as seguintes tendências:

#### Os investimentos no sistema de produção de grãos

De acordo com o quadro 09, verifica-se uma semelhança entre os financiamentos na modalidade de investimentos realizada nos períodos anteriores a 1999 e, também, nos posteriores. Ou seja, em ambos os períodos constata-se um total de 11 operações de crédito, assim como uma concentração na produção de soja.

Uma diferença constatada, entre os períodos mencionados, refere-se aos tipos de investimentos em mecanização para a produção de soja. Anteriormente, comprava-se tratores novos e, recentemente, somente os usados. Os equipamentos financiados anteriormente eram diferentes, muitos dos quais se tornaram obsoletos, ou com pouca utilidade na produção atual de soja, como por exemplo, os arados, grades aradoras, grades niveladoras, semeadeiras convencionais e outros mais.

Atualmente, entre as máquinas e equipamentos básicos na produção de soja (trator, plantadeira, pulverizador e colhedeira), apenas a última não foi objeto de financiamento dos produtores no período recente, explicado pelo alto valor desta máquina e a grande escala de produção necessária para viabilizá-la economicamente. Nas demais inversões as máquinas adquiridas são usadas, portanto com menores preços e viabilizando a compra pelo produtor familiar.

Tal fato, por um lado, revelou o alto volume de inversões necessárias à aquisição das máquinas, inacessíveis para a maioria dos sojicultores familiares e, por outro lado, verificou-se que os limites de crédito das linhas de financiamento do PRONAF são, em geral, insuficientes para a aquisição de máquinas novas.

#### Outros investimentos não direcionados à soja

O número de contratos de financiamento, na modalidade de investimento, não aplicados na produção de grãos, não apresentaram variação significativa no período recente e nos anteriores. Porém, quanto aos tipos de investimentos, recentemente há uma tendência de maior diversificação nas finalidades, embora pouco significativa.

Anteriormente, os financiamentos de investimento não destinados à produção de soja, incidiram na produção cafeeira de 5 produtores, na aquisição de um descascador de arroz (em 1983) e na construção de um aviário em 1995. No período recente, além da produção de soja, registra-se a destinação de investimentos para a avicultura (dois financiamentos), suinocultura (um financiamento) e maracujá (um financiamento).

#### **d) Crédito rural na produção cafeeira**

Ao longo da evolução da cafeicultura, o uso do crédito rural para a cultura não foi um instrumento de política agrícola de grande relevância, sendo pouco adotado entre os produtores entrevistados, apesar da importância da atividade antes da sua crise e do advento da soja.

Constatou-se que o primeiro cultivo de café pelos produtores familiares ocorreu em 1935 e, até o ano de 1950, a cultura foi adotada pela maioria, expandindo-se em seguida para 28, dos 29 produtores envolvidos nesta pesquisa.

A primeira operação de crédito rural ocorreu em 1969, quando um dos produtores financiou a renovação de parte da lavoura de café.

Atualmente, a atividade envolve 17 produtores (58,6% do grupo) em pequenas áreas, que totalizam 48 hectares, e não vem sendo financiada regularmente. Constatou-se que entre os atuais usuários de crédito rural, apenas dois produtores proprietários, utilizaram de financiamento para esta atividade.

Entre os usuários do crédito para a lavoura cafeeira, um deles contratou financiamento por duas vezes, destinando os recursos para o custeio dos 3,8 hectares de café da safra dos anos 2003 e 2004. A operação foi oficializada como se fosse para a cultura do milho, porque segundo o produtor, o banco não estava financiando a cafeicultura e, esta, foi a forma encontrada pela assistência técnica da EMATER para viabilizar o crédito.

O outro cafeicultor, usuário do crédito rural, contratou uma única vez financiamento e usou os recursos para a colheita da lavoura. Os parceiros, tradicionais produtores de café, nunca realizaram operações de crédito rural.

#### **e) Crédito rural para outras culturas**

A hortifruticultura é uma atividade que envolve 11 produtores, ocupa áreas pequenas de terra, comparativamente com a soja, demanda grande quantidade de mão-de-obra e é bastante adaptada às características da produção familiar. Apesar da importância da exploração, não se registrou financiamentos de custeio pelos produtores.

A avicultura integrada à agroindústria, desenvolvida por dois produtores também não foi financiada pelo crédito rural de custeio. A empresa integradora financia a maior parte dos custos garantindo os insumos necessários à

exploração e, o produtor, participa com a mão-de-obra e demais custos, como a energia elétrica, lenha, serragem ou outros materiais, além da manutenção da estrutura produtiva.

As demais explorações (vassoura, suinocultura, pecuária e subsistência) existentes nos estabelecimentos pesquisados também não receberam financiamento de custeio.

O algodão foi financiado pela primeira vez em 1969 e até a década de 1980, há registro de quatro produtores que financiaram o custeio da sua produção, entre os 09 produtores que já plantaram a cultura.

#### **6.4 CRÉDITO RURAL E O SISTEMA DE PRODUÇÃO DE GRÃOS**

Este sistema de produção foi analisado de modo especial, pois o mesmo é a principal expressão produtiva e provoca resultados sócio-econômicos, ambientais e culturais determinantes para a conformação do território. Para este modelo produtivo dirigiu-se a ampla maioria dos contratos de financiamentos e dos recursos do crédito rural.

O sistema de produção de grãos (soja, trigo e milho) avançou sobre extensas áreas do Norte do Paraná acelerando a modernização da agricultura na região. Com ela ocorreu a redução dos postos de trabalho, a intensificação do uso da mecanização e dos insumos agrícolas, e a produção em maiores escalas.

##### **a) Áreas cultivadas e financiadas**

Visualiza-se, inicialmente, um quadro geral a partir da tabela 28, que apresenta os 20 sojicultores, bem como suas áreas de cultivo (financiadas e não financiadas). Utilizou-se como base de referência a safra de inverno 2004/2005 e a de verão 2005/2006.

**Tabela 28** – Áreas plantadas e financiadas do sistema de produção de grãos

Sojicul- tores	Grupo do PRONAF	Cate- goria	Cultivos de soja (ha)			Cultivos de trigo (ha)			Cultivos de milho (ha)		
			Área não financiada	Área financiada	Área total	Área não financiada	Área financiada	Área total	Área não financiada	Área financiada	Área total
<b>Sojicultores usuários do crédito rural</b>											
E12	E	Pr	36,4	43,6	80,0	18,2	21,8	40,0	18,2	21,8	40,0
E28	E	Pr	0,0	33,0	33,0	0,5	16,5	17,0	0,0	16,0	16,0
E11	E	Pr	92,0	30,0	122,0	30,5	30,5	61,0	30,5	30,5	61,0
E25	E	Pr	0,0	23,0	23,0	0,0	22,0	22,0	1,2	0,0	1,2
E10	E	Pr	5,2	19,0	24,2	2,6	9,5	12,1	2,6	9,5	12,1
E16	E	Pr	17,0	17,0	34,0	0,0	17,0	17,0	17,0	0,0	17,0
E21	E	Pr	0,0	17,0	17,0	0,0	17,0	17,0	1,0	0,0	1,0
E26	E	Pr	2,5	12,0	14,5	3,3	3,8	7,0	3,8	3,8	7,5
E14	D	Pr	10,3	9,7	20,0	10,3	9,7	20,0	0,0	0,0	0,0
E17	D	Pr	3,6	7,3	10,9	0,0	0,0	0,0	3,6	7,3	10,9
E01	D	Pr	5,1	7,0	12,1	5,1	7,0	12,1	1,0	0,0	1,0
E24	C	Re	0,0	4,8	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0	4,8	4,8
<b>Subtotal</b>			<b>172,1</b>	<b>223,4</b>	<b>395,5</b>	<b>70,5</b>	<b>154,8</b>	<b>225,2</b>	<b>78,9</b>	<b>93,7</b>	<b>172,5</b>
<b>Sojicultores não usuários do crédito rural</b>											
E02	D	Re	7,3	0,0	7,3	7,3	0,0	7,3	0,0	0,0	0,0
E03	C	Pr	7,0	0,0	7,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
E04	C	Pr	7,0	0,0	7,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
E08	D	Re	58,0	0,0	58,0	58,0	0,0	58,0	0,0	0,0	0,0
E09	C	Pr	6,1	0,0	6,1	0,0	0,0	0,0	6,1	0,0	6,1
E13	C	Re	3,0	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0	3,0	0,0	3,0
E22	C	Pr	3,0	0,0	3,0	1,5	0,0	1,5	1,5	0,0	1,5
E27	D	Re	9,0	0,0	9,0	0,0	0,0	0,0	9,0	0,0	9,0
<b>Subtotal 2</b>			<b>100,4</b>	<b>0,0</b>	<b>100,4</b>	<b>66,8</b>	<b>0,0</b>	<b>66,8</b>	<b>19,6</b>	<b>0,0</b>	<b>19,6</b>
<b>TOTAL</b>			<b>272,4</b>	<b>223,4</b>	<b>495,8</b>	<b>137,3</b>	<b>154,8</b>	<b>292,0</b>	<b>98,5</b>	<b>93,7</b>	<b>192,1</b>

Fonte: Pesquisa de campo feita pelo autor (Ibiporã, 2005)

No sistema de produção de grãos, a soja é a mais relevante. A cultura é a atividade de 20 produtores familiares e ocupa uma área de 495,8 hectares, o trigo com 292 hectares e o milho com 192,6 hectares, correspondentes, respectivamente, a 67, 9%, 39,7% e 26,2%, em relação à área total de 735 hectares.

Nos estabelecimentos dos usuários de crédito rural, concentram-se a maior parte das áreas plantadas com estas culturas: 395,5 hectares de soja, 225,2 hectares de trigo e 172,5 hectares de milho (tabela 28) que correspondem, respectivamente, a 79,8%, 77,1% e 89,6% dos totais cultivados com estas culturas. Os financiamentos para estas culturas atingem 56,5%, 68,7%, e, 54,3% da soja, trigo e milho, plantados nestes estabelecimentos.

Os 8 produtores não usuários do crédito rural são sojicultores pequenos em relação aos agricultores que financiam. Com exceção de um deles que cultiva 58 hectares, as lavouras são de 3 a 9 hectares, configurando uma área

média de cultivo de 12,5 hectares, enquanto os usuários do crédito rural dispõem de uma área média de 32,9 hectares.

Na produção da soja não financiada pelo crédito rural, os produtores usam recursos próprios e, principalmente, o crédito privado diretamente com os fornecedores de insumos agrícolas, para pagamento na safra ou até a próxima receita do estabelecimento.

Este tipo de financiamento, adotado pelos produtores não usuários do crédito rural, resulta em uma condição produtiva desvantajosa, pois os juros no mercado privado são mais elevados, ou dito de outra forma, nas compras à prazo os preços são mais elevados.

Entre as culturas tradicionalmente financiadas (soja, trigo e milho), a leguminosa recebe R\$ 134.040,00, (60% do total financiado nos custeios), o trigo participa com R\$ 57.000,00 (25,5%), e o milho com R\$ 32.360,00 (14,5%), conforme a tabela 29.

**Tabela 29** – Crédito rural: valores financiados e juros pagos pelos produtores

Sojicultores entrevistados	Grupo/ PRONAF	Valores financiados (R\$)				Juros	
		Soja	trigo	milho	Total	Taxa (%)	Valor (R\$)
<b>Grupos "C" e "D" do PRONAF</b>							
E24 <sup>a</sup>	C	2880,00	0,00	1920,00	4800,00	4,00	- 8,00
E01	D	4200,00	2800,00	0,00	7000,00	4,00	280,00
E17	D	4380,00	0,00	2920,00	7300,00	4,00	292,00
E14	D	5820,00	3880,00	0,00	9700,00	4,00	388,00
<b>Subtotal</b>	<b>C + D</b>	<b>17.280,00</b>	<b>6.680,00</b>	<b>4.840,00</b>	<b>28.800,00</b>	-	<b>952,00</b>
<b>Grupo "E" do PRONAF</b>							
E16	E	10200,00	6800,00	0,00	17000,00	7,25	1.232,50
E26	E	7200,00	2400,00	2400,00	12000,00	7,25	870,00
E21	E	10200,00	6800,00	0,00	17000,00	7,25	1232,50
E10	E	11400,00	3800,00	3800,00	19000,00	7,25	1377,50
E25	E	13800,00	9200,00	0,00	23000,00	7,25	1667,50
E11	E	18000,00	6000,00	6000,00	30000,00	7,25	2175,00
E28	E	19800,00	6600,00	6600,00	33000,00	7,25	2392,50
E12	E	26160,00	8720,00	8720,00	43600,00	7,25	3161,00
<b>Subtotal</b>	<b>E</b>	<b>116.760,00</b>	<b>50.320,00</b>	<b>27.520,00</b>	<b>194.600,00</b>	-	<b>14.108,50</b>
<b>TOTAL</b>		<b>134.040,00</b>	<b>57.000,00</b>	<b>32.360,00</b>	<b>223.400,00</b>	-	<b>15.060,50</b>

Fonte: Pesquisa de campo feita pelo autor (Ibiporã, 2005)

Nota da tabela:

a. Este produtor tem um desconto de R\$ 200,00 no pagamento do financiamento, por se enquadrar no grupo "C"

A tabela 29 revela de forma nítida a concentração dos recursos do crédito rural para os produtores do grupo “E” do PRONAF, que recebe R\$ 194.600,00 (87,1%) do total de R\$ 223.400,00 financiados nos custeios de soja, trigo e milho.

Para os produtores sojicultores do grupo “D” apenas 50% utilizam o crédito rural e recebem 10,7% do montante financiado. Para os sojicultores do grupo “C”, apenas um produtor financia a produção e recebe 2,1% do total financiado, conforme cálculos derivados da tabela 29.

### **b) A soja e o PRONAF: o enquadramento nos grupos**

Na produção de soja, são necessárias altas somas de capital imobilizado no período de uma safra, que deverão ser deduzidas na comercialização da produção, acrescidas de taxas de juros.

Diante dos altos custos de produção, os limites de crédito estabelecidos nas linhas de financiamento para custeio de cada grupo podem não ser suficientes para o cultivo das áreas. Da mesma forma ocorre com as linhas de crédito para investimentos, pois as máquinas necessárias à produção de soja, de modo geral, tem preços mais elevados que os limites de crédito do PRONAF, fazendo com que os produtores comprem apenas máquinas e equipamentos usados. Esta situação leva os produtores a serem enquadrados em um grupo acima, para poder dispor de maior volume de crédito.

Os altos custos de produção do sistema de produção de grãos implicam em rendas brutas familiares mais elevadas, sem, necessariamente, significar aumento na renda líquida, novamente podendo projetar o produtor para grupos do PRONAF mais estruturados.

Assim, os produtores podem estar enquadrados em grupos não totalmente condizentes com a segmentação sócio-econômica que o programa busca, e, desta forma pagam juros maiores, nos financiamentos do PRONAF.

A alta incidência do grupo “E” e “D”, entre os produtores não reflete necessariamente a visão do programa para estes produtores. Na lógica geral do programa, o grupo “E” é constituído pelos produtores estruturados, consolidados, plenamente integrados no mercado e em situação produtiva e econômica estável. Pelos critérios estabelecidos e as flexibilidades possíveis, a renda bruta familiar

pode alcançar, em algumas situações, até R\$ 120.000,00 por ano, acrescidos dos benefícios previdenciários.

Esta realidade não é totalmente verdadeira para os produtores familiares de soja da área pesquisada, principalmente, diante da crise que a cultura vem sofrendo com quedas de rendas, endividamento e tendências de produção em escala elevada.

Ilustrou-se a situação em relação aos limites de crédito dos grupos do PRONAF e as necessidades de recursos para o custeio da produção de soja dos sojicultores dos grupos “C”, “D”, e “E”. Adotou-se as áreas médias de cultivo da leguminosa por cada grupo e o valor financiado por hectare de R\$ 600,00. Saliente-se que o valor financiado por hectare não é suficiente para os custos de produção, conforme a maioria dos produtores.

**Tabela 30** – Limite de crédito do PRONAF e necessidades de financiamento

Grupo do PRONAF	Nº. de sojicultores	Área de cultivo de soja (ha)		Financiamento do custeio		Déficit
		Área total	Área média	Limite do PRONAF	Necessidade do produtor	
C	5	30,96	6,2	4.000,00	3.720,00	0
D	6	117,3	19,5	8.000,00	11.700,00	- 3700,00
E	8	347,7	43,5	28.000,00	26.100,00	0

Fonte: Pesquisa de campo feita pelo autor (Ibiporã, 2005)

Verificou-se a partir da tabela 30, que o valor financiado na linha de crédito do grupo “D”, não é suficiente para o custeio da produção (considerada a área média de cultivo do grupo). Saliente-se que as áreas médias dos grupos “C” e “D” são pequenas em relação aos 4 módulos fiscais (48 hectares em Ibiporã) estabelecidos pelo PRONAF como limite máximo de enquadramento.

A realidade enfrentada com os cultivos de soja pode estar levando produtores a se enquadrarem em grupos que forneçam maiores limites de crédito, levando os mesmos a pagarem taxas de juros mais elevadas. A alta incidência de produtores nos grupos “D” e “E” pode estar indicando esta tendência.

Para o grupo “E” que recebe 79,5% dos recursos de custeio do PRONAF, a taxa de juros de 7,25% não apresenta diferença significativa em relação à taxa de juros de 8,75% dos produtores patronais. Alguns destes produtores

poderiam estar no grupo “D” e assim pagar uma taxa de juros de 4% nos financiamentos.

Procedendo-se uma simulação para os quatro menores sojicultores do grupo “E”, (E26, E21, E25, e, E10), cujas áreas de cultivo com a leguminosa, são respectivamente de 14,5, 17,0, 23,0 e 24,2 hectares, os valores necessários para estes produtores são, respectivamente, de: R\$ 8.700,00, R\$ 10.200,00, R\$ 13.800,00, e R\$ 14.520,00. As condições produtivas destes produtores, poderiam estar melhor representadas pelos perfis gerais estabelecidos para o grupo “D”, mas como as suas necessidades de financiamento extrapolam o valor de R\$ 6.000,00 estabelecido para o grupo “D”, os mesmo se enquadram no “E”.

## **6.5 CRÉDITO RURAL: LIMITAÇÕES NO ACESSO**

### **a) Crédito rural e o agente financeiro**

A economia e a sociedade brasileira estão regidas sob a lógica capitalista, cuja dinâmica geral pressupõe que a aplicação de capital em determinada atividade produtiva deve gerar uma rentabilidade compatível com as taxas médias de lucro do conjunto do sistema econômico.

Em relação ao adiantamento de capital por meio do crédito rural, obviamente, há que se considerar, entre outros, o pressuposto de que as características inerentes à agricultura fazem com que o Estado intervenha no setor, regulando-o obrigando o setor financeiro a aplicar determinados montantes de capital para a agricultura, sob condições específicas, controladas, visando atingir objetivos estabelecidos nas políticas agrícolas e no desenvolvimento econômico em geral.

Nas operações de crédito rural as instituições financeiras são obrigadas a aplicar determinados volumes de recursos. À instituição financeira interessa o lucro, no conjunto de suas ações, podendo para tanto obter taxas de rentabilidade menores em algumas operações exigidas pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN), como é o caso de algumas linhas de crédito rural, compensando com outras aplicações financeiras do mercado livre.

O risco de que os capitais adiantados nos créditos rurais não retornem, ou não sejam amortizados pelos produtores, em geral são do agente financeiro, ainda que o Estado estabeleça compensações. Diante da lógica da proteção do capital, o banco tende a aplicar recursos do crédito rural para os produtores mais capitalizados ou considerados com maior capacidade de pagamento, principalmente nos investimentos onde o capital adiantado apresenta como condição um prazo maior para ser amortizado.

Assim, os produtores menos capitalizados, ou, que não apresentem garantias reais, consideradas seguras pelo agente financeiro, têm menor capacidade de competir pelo acesso aos créditos disponíveis nos bancos. Saliente-se que em algumas situações de crédito rural, particularmente para alguns produtores de maior risco social, o próprio Tesouro Nacional assume o risco dos financiamentos.

Para proteger o capital e manter as taxas de rentabilidade, as instituições financeiras estabelecem garantias para que o capital adiantado aos agricultores retorne aos seus cofres e possibilite a reprodução ampliada do capital. Em algumas situações de crédito rural o próprio Tesouro Nacional assume os riscos pelas operações.

Diante destes pressupostos e considerando que no contexto dos produtores pesquisados, o risco do capital não retornar é do agente financeiro, este tende a selecionar os produtores tomadores do crédito rural.

Constatou-se entre os produtores familiares pesquisados que o agente financeiro tem um papel decisivo na definição dos produtores familiares que tem acesso ao crédito rural. A decisão final sobre quem será ou não financiado, tem sido uma prerrogativa final do banco. A garantia real exigida pela instituição financeira que deve ser apresentada pelo produtor, tem contribuído para que os produtores menos estruturados e, supostamente, com menor capacidade de pagamento, mantenham-se fora do grupo de usuários do crédito rural.

O papel definidor da instituição financeira na escolha dos tomadores de crédito pode ser ilustrado em várias situações ocorridas com produtores familiares.

Verificou-se que os agricultores rendeiros e os parceiros não participaram dos financiamentos disponíveis nas instituições financeiras, com exceção de um produtor, cujas condições de exceção já foram caracterizadas. A exclusão destes produtores se fundamenta, entre outros fatores, na falta de

estabilidade no acesso à terra, por não dispor da propriedade privada deste meio de produção finito, que na lógica do mercado funciona como capital e garantia em operações de crédito rural, principalmente nas operações de investimento.

Este grupo, além de excluído do acesso estável à terra, também é excluído dos financiamentos das políticas de crédito rural, inclusive do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Para constatar as afirmações sobre o caráter seletivo existente nos processos de liberação de crédito rural pelo agente financeiro, seguem algumas manifestações dos produtores.

Assim se expressou um parceiro na tentativa frustrada de contratar financiamento de investimento, em que pleiteava um valor relativamente baixo de aproximadamente R\$ 3.000,00:

“faz uns três anos eu procurei para ajeitar o abastecimento de água para a casa, para as criações, para reformar o trator e para comprar um triturador, mas não consegui nada devido à burocracia, precisão de avalista, garantia e carta de anuência do patrão”. (PARCEIRO - E7).

Mesmo sendo um valor baixo a ser financiado, o recurso buscado por este parceiro seria fundamental na melhoria das condições produtivas, mas o agente financeiro se precaveu buscando as garantias, sem as quais não liberaria o recurso. Nestas condições, muitos rendeiros e parceiros continuam não conseguindo se inserir no grupo de usuários de crédito rural.

Saliente-se que este parceiro (E7) é o produtor com a maior área de café do grupo entrevistado, explora um estabelecimento rural com bastante diversidade agrícola, gera posto de trabalho para a família de 2 filhos casados, e é produtor no mesmo estabelecimento há mais de 30 anos.

De modo geral, os rendeiros e parceiros revelaram fatos que indicaram o processo de seleção desenvolvido pelo banco, com base na falta da propriedade privada da terra pelo produtor.

“Não sou proprietário. Eles vão perguntar a renda, o terreno. Não tenho prazo longo na terra. Eles podem não querer financiar. Eu vejo dificuldade de incomodar outras pessoas para a garantia” (RENDEIRO–E13).

O rezeiro acima referido cultiva 4,5 hectares de espécies hortícolas (sem irrigação), 1 hectare de café, 3 hectares de soja, além de outras culturas diversas de subsistência, com venda de excedentes. Nas posições do rezeiro, revela-se o sentimento de impotência, de falta de alternativas para superar os limites que se impõem na contratação de crédito. Subentende-se, em suas colocações, que na tentativa de buscar o crédito, a relação será entre o produtor e o banco, e nesta condição individualizada, aumentam as tendências da instituição financeira selecionar o seu público.

Um dos rezeiros, produtor de soja, com área de 58 hectares da cultura (situando-se entre os maiores produtores), assim se expressou referindo-se a uma tentativa de financiamento: “Eu procurei há 5 anos. A burocracia é difícil para o arrendatário”. (RENDEIRO – E23).

Várias outras demonstrações revelam a situação acima identificada: “Eu vejo dificuldades de incomodar outras pessoas para pedir a garantia de avalista” (PARCEIRO – E5); ou “Se a terra fosse minha eu investiria pra caramba” (PARCEIRO – E23).

As manifestações dos rezeiros e dos parceiros revelam que a falta de estabilidade na terra é um fator diretamente relacionado com a sua exclusão do crédito rural. Para estes produtores, tal condição dificulta a contratação do crédito, pela exigência de documentações, avalistas, carta de anuência do proprietário, entre outras.

A instabilidade dos produtores rezeiros e parceiros se reflete também em relação à continuidade da atividade agrícola pelos filhos. Entre os quatro parceiros, apenas um afirmou que talvez a atividade continue e, entre os rezeiros, metade afirmou que a atividade se encerrará, devido às baixas rendas e porque a maioria dos filhos já está em condições de assalariamento.

A restrição do acesso ao crédito rural não se restringe aos parceiros e rezeiros. Como afirma o entrevistado - E4, proprietário de uma parcela de terras de 12,1 hectares: “Tentei, mas não fui aceito”. De acordo com o produtor, o banco só financia os ricos. Trata-se de um produtor horticultor e sojicultor.

Mesmo entre os proprietários constata-se que o banco adota as precauções julgadas necessárias para garantir o capital. Um entrevistado que financia há 27 anos a produção de soja teve o seu pedido de financiamento para a safra de verão (05/06) recusado pelo banco, porque o mesmo renegociou uma

parcela de financiamento anterior. Este produtor acabou buscando o crédito diretamente com os fornecedores em condições menos favoráveis.

“Eles não perdoam mesmo. Não sei se a gente não sabe trabalhar com o banco. A gente é honesto, se preocupa, tem gente que não está nem aí se atrasar” (PROPRIETÁRIO – E14).

Configura-se novamente a dinâmica do banco de não financiar produtores que apresentem riscos de não retornarem o capital. A expressão do produtor outra lógica está estabelecida, pois para ele o importante seria a honestidade, a responsabilidade, características que não estão no centro da decisão sobre quem é ou não selecionado para receber financiamentos. É evidente que o banco faz um juízo sobre a credibilidade dos produtores proponentes do crédito rural, mas, este não é necessariamente o fator principal. Ora, se o produtor financia há 27 anos e segundo o mesmo, nunca teria deixado de pagar os financiamentos, por que lhe foi negado o crédito? Exatamente porque, estando a produção de grãos em crise e o produtor antecipadamente já ser devedor, é possível que a decisão do banco se norteou neste contexto, não aprovando o novo financiamento.

Em outra situação, ocorrida com um produtor proprietário, por ocasião da contratação de financiamento para a safra de soja 2005/2006, no mesmo período da colheita da safra de trigo 2004/2005, um produtor que financia o custeio da safra de soja há mais de 20 anos teve a sua proposta de financiamento recusada pelo banco, enquanto o mesmo não pagasse o financiamento do custeio anterior do trigo, que ainda não tinha sido colhido e o prazo para pagamento, ainda não tinha vencido.

A condição estabelecida pelo banco levou o produtor familiar a adiantar a colheita antes do ponto ideal de maturação do cereal, portanto, desfavorável tecnicamente, agravado pela conjuntura de baixos preços da produção. O fato foi revelador das precauções adotadas pelo banco, em não arriscar o fornecimento de crédito se o mesmo julgar que não há garantia de retorno do capital emprestado, ainda que o proponente seja um cliente tradicional. Em relação a este episódio ocorrido, assim refere-se o produtor:

“Fomos muitas vezes no banco ficamos revoltados porque sempre trabalhamos direitinho. Fomos até humilhados; trigo estava em baixa e não tinha sido colhido, tivemos que colher adiantado” (PROPRIETÁRIO – E25).

Confirma-se novamente, que a atitude da instituição financeira está em sintonia com o seu fim último de garantia do retorno do capital. Ressalte-se que o referido produtor é tomador de crédito rural há mais de 20 anos, para a mesma cultura, a soja (além de outros financiamentos para investimentos) na mesma unidade de produção.

Em outra situação, um produtor familiar tomador de crédito rural relatou que o agente financeiro exige que o tomador do crédito rural deposite R\$ 400,00 em aplicação de “Ourocap”, para cada contrato de financiamento. Outros produtores também relataram exigências do banco relativas a compra de produtos bancários, como seguros e a exigência da manutenção dos recursos do financiamento depositados em conta corrente, em poupança ou outras aplicações.

Perguntados sobre as exigências do banco em relação a garantias de retorno dos financiamentos rurais, as respostas mais freqüentes dos produtores familiares foram: hipoteca/penhora da propriedade, da safra ou do bem financiado, avalistas com bens a penhorar e bens imóveis.

## **b) Crédito Rural: a questão cultural e a desinformação**

Constatou-se, principalmente entre os produtores que não são usuários do crédito rural, um certo distanciamento dos financiamentos relacionados com os seguintes fatores: exigências do agente financeiro, desconhecimento e questões culturais relacionados ao medo da dívida, independência produtiva, insegurança, entre outros.

O desconhecimento das características do PRONAF é uma realidade, entre usuários e não usuários do crédito rural. A maioria não sabe as principais características do programa, como: o grupo de enquadramento, as linhas de crédito, as taxas de juros, os prazos, entre outras.

Entre os não usuários de financiamentos, a maioria afirma que só ouviu falar do programa, mas a maioria não conhece os elementos básicos do

PRONAF, como taxas de juros, o enquadramento dos produtores, as linhas de crédito, os prazos. Mesmo entre os usuários, poucos conhecem o grupo que se enquadra.

Os usuários foram transferidos de outras linhas de crédito destinada aos produtores capitalistas para o PRONAF, sem conhecer as suas características principais. Apesar de ter sido criado em 1995, o programa só alcançou a maioria dos tradicionais financiadores de soja, a partir do ano de 2002.

O conhecimento do PRONAF segundo os entrevistados ocorreu através da mídia, da Emater, de outros agricultores e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiporã, que foi a instituição mais lembrada na divulgação do programa (41,4% declarou conhecer o PRONAF através do Sindicato).

As manifestações dos produtores que não usam o crédito rural refletem o desconhecimento sobre as linhas de crédito, uma certa resignação diante dos limites estabelecidos pelo banco nos financiamentos, além da preocupação, cautela, pois os financiamentos podem levar a endividamentos, que a maioria dos produtores que não são usuários têm aversão.

Estas características, ainda que não uniformes e generalizadas, são uma realidade para quase todos os produtores que não financiam a produção. Encontramos um produtor que chegou a duvidar da existência do PRONAF.

“Se existisse mesmo, o agricultor iria no banco e pegaria o dinheiro. Só se fala, mas não tem recursos” (PROPRIETÁRIO – E3).

O medo dos financiamentos também é uma realidade, como se pode constatar na afirmação do produtor abaixo:

“Tenho medo de dar um contratempo, e vamos ficar devendo” (RENDEIRO – E20).

O medo dos juros se mistura com o desconhecimento, o descrédito em relação à possibilidade de conseguir financiamento, conforme as posições do rendeiro abaixo:

“Não entendo de juros. Acho alto. Eu tenho medo. Antes eu não tinha terra nem contrato de arrendamento. Agora que tenho contrato, não sei se consigo financiamento” (RENDEIRO – E27).

Novamente na manifestação acima configura-se o distanciamento dos financiamentos baseado no desconhecimento, no medo e na condição de posse da terra do produtor. Antes mesmo de propor ou pleitear financiamento junto ao banco, o rendeiro coloca em dúvida a possibilidade da sua efetivação, revelando um certo sentimento de que o crédito rural não atinge os rendeiros, como se tratasse de um processo natural e normal.

O rendeiro E27 é um produtor avicultor (integrado à agroindústria), cafeicultor em área de 3,2 hectares e sojicultor em 9 hectares, além de prestar serviços de colheita de soja, trigo e milho com uma colhedeira que dispõe. Portanto, é um produtor que obtém várias receitas agrícolas, que teoricamente pode sugerir uma certa segurança na capacidade de pagamento, sob a ótica do banco. No entanto, o mesmo nunca tentou financiar a produção, embora tenha interesse.

Com este produtor e com outros não usuários do crédito rural ocorre uma espécie de senso comum de impotência, medo e desconhecimento dos financiamentos, revelando a ausência ou deficiência dos mecanismos de educação rural por parte do Estado.

Os produtores que, minimamente, conhecem o programa, consideram que é uma boa linha de crédito, mas ainda assim, o medo e as exigências bancárias continuam sendo limites ao acesso a esta política pública. A manifestação abaixo, além de apresentar estas características, também revela que existe a possibilidade dos rendeiros contratarem financiamento.

Eu sei que é um financiamento, mas não uso por desconhecimento. Dizem que é bom. Eu conseguiria financiamento para a soja mas desisti por precaução, medo e pela dificuldade (RENDEIRO – E2).

Saliente-se que o produtor acima (E2) é um dos maiores horticultores entrevistados (9,5 hectares de horta), é sojicultor em área de 7,5 hectares. É um agricultor integrado ao mercado, pois além da soja, o mesmo comercializa espécies hortícolas três vezes por semana no CEASA. Portanto, o

envolvimento com o mercado, não é uma condição para o rompimento dos limites culturais e das exigências estabelecidas pelo banco.

O desconhecimento do PRONAF, não é uma característica exclusiva dos rendeiros e dos parceiros, conforme se evidencia nas expressões de alguns proprietários que não são usuários do crédito rural:

Acho que é coisa boa, mas nós não estamos acostumados (PROPRIETÁRIO – E22) ou,

Já ouvi falar pela boca de outros, pela Emater. Tentei, mas não consegui. Devia ser menos burocrático (PROPRIETÁRIO – E6).

Apesar destas manifestações, de modo geral, os produtores que não financiam têm interesse em utilizar o crédito rural, se as condições forem favoráveis.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação do crédito rural com os produtores familiares revela-se contraditória e desigual. Por um lado, constata-se que a maioria dos produtores familiares reproduz o processo produtivo na agricultura há décadas sem utilizar dos recursos controlados pela política nacional de crédito rural, não apresentando, portanto, dependência de financiamentos para a continuidade produtiva. Este grupo é constituído, de modo geral, pelos produtores com menores escalas de produção de soja, ou por cafeicultores, ou ainda, horticultores.

Por outro lado, um outro grupo menor de produtores, para viabilizar os cultivos agrícolas do sistema de produção de soja, semestralmente, recorre aos financiamentos bancários, pois sem os mesmos a continuidade estável da produção agrícola estaria comprometida. Trata-se do grupo responsável pela maior parte da produção de grãos.

A contradição parece ser maior, envolvendo os produtores de soja, e os contratantes de crédito rural. De modo geral, os sojicultores que financiam a produção são mais estruturados ou têm maiores áreas ou detêm a posse da terra de forma mais estável como proprietários. Inversamente, os sojicultores que pela situação de maior fragilidade, teoricamente, precisariam mais do apoio da política pública do crédito rural, não têm acesso a estes financiamentos e recorrem aos fornecedores para comprar a prazo, pagando com isto encargos ou juros maiores.

Basicamente, o mesmo grupo que financiou, uma ou mais vezes, no período do ciclo cafeeiro, passou a financiar regularmente nas décadas de 1980 e 1990, continuando atualmente.

A contextualização histórica é importante, particularmente, porque o mesmo modelo de modernização da agricultura que se intensificou na região na década de 1970 com a introdução e expansão da soja, foi e continua sendo viabilizada pelo fornecimento de crédito rural, com as mesmas características fundamentais, ou seja, concentração do crédito rural em um único sistema de produção e para os produtores mais capitalizados.

O sucesso propalado das super-safras, dos saldos positivos na balança de comércio externo, esconde uma realidade, que provoca o desequilíbrio e desestruturação dos produtores familiares.

A manutenção e a expansão dos cultivos de soja e a continuidade do fornecimento do crédito rural para a cultura, podem aparentar o seu vigor e sucesso, como demonstram os representantes do agronegócio brasileiro, já que esta atividade agrícola é uma das principais geradoras dos superávits na balança de comércio externo. Porém para a maioria dos agricultores familiares, que cultivam a leguminosa em áreas menores que 20 hectares, a viabilidade de sua produção é questionável e projeta este grupo a candidatos do histórico processo de desaparecimento.

Os estrangulamentos do sistema de produção de soja para a agricultura familiar manifesta-se sob várias óticas. Do ponto de vista do capital, a cultura exige altas somas de recursos para o custeio da produção e para a aquisição de máquinas. Do ponto de vista da escala produtiva, a cultura favorece o cultivo de áreas maiores, pois a produção é totalmente mecanizada e exige pouca mão-de-obra, além de provocar a concentração fundiária.

Do ponto vista ambiental, a cultura apresenta-se como uma monocultura que diminui a biodiversidade potencial dos pequenos estabelecimentos. Os conhecimentos, práticas e potenciais diversificados da agricultura familiar não são valorizados na produção de soja. Pelo contrário, o agricultor se torna totalmente dependente dos complexos agroindustriais.

As evidências da insustentabilidade do sistema de produção de soja para a produção de pequena escala vêm se acentuando nos últimos anos. A leguminosa e o trigo que vem apresentando nas últimas safras, baixos preços, devido a fatores como: a diversificação com outras culturas que viabilizam a produção de grãos; os financiamentos e as prorrogações de dívidas.

A renda dos agricultores tem declinado, particularmente, com as crises de preços da soja e trigo das últimas safras. Neste particular, a crise tem afetado pequenos, médios e grandes produtores. A safra 2003/2004 é considerada pelos agricultores como a última que os preços dos produtos agrícolas se apresentaram favoráveis. Tratava-se de uma conjuntura atípica em um curto período, quando a leguminosa atingiu preços superiores a R\$ 50,00 a saca de 60 quilos. Atualmente (meados do ano de 2006), o valor de mercado da soja corresponde a, aproximadamente, 50% dos preços daquele período.

A partir da safra 2003/2004, com as quedas nos preços da leguminosa e também de trigo, a renda dos produtores diminuiu. As frequentes

frustrações de safras, provocadas pelas estiagens, que atingiram as lavouras da região pesquisada, agravaram ainda mais o quadro econômico dos produtores, culminando em uma crise, com a colheita de soja em março/abril de 2006, quando os resultados da produção foram insuficientes para o pagamento do financiamento de custeio, fazendo com que as prorrogações dos débitos se generalizassem entre os sojicultores, provocando o endividamento.

Na safra 2005/2006 ocorre novamente o mesmo processo da safra anterior. Os insumos são comprados com a cotação do dólar mais elevado do que a cotação no período de venda da produção. Em Ibiporã e em várias regiões produtoras, o processo se agravou ainda mais, devido às condições climáticas desfavoráveis.

Os questionários aplicados com os produtores no início da safra não conseguiram captar a situação que atingiria os produtores após a colheita. Porém, acompanhando os movimentos em Ibiporã, foi possível encontrar alguns produtores familiares pesquisados, em situação de endividamento, diante da baixa capacidade de pagamento.

O rendeiro (E8), que é um dos maiores produtores de soja do grupo, estava devolvendo a plantadeira comprada à prazo diretamente com fornecedores para pagar com a safra. O rendeiro (E24), definitivamente deixou a atividade agrícola.

Segundo um fornecedor de insumos e máquinas, muitos produtores estão pagando a dívida entregando como pagamento máquinas agrícolas, veículos, e imóveis. Este tipo de ocorrência foi fartamente evidenciado na imprensa regional.

O PRONAF, criado em 1996, não significa alteração significativa para os produtores familiares entrevistados. Do ponto de vista do modelo produtivo apoiado, o programa continuou financiando e se concentrando no sistema de produção de soja, não se constituindo como uma alternativa para a mobilização de recursos para financiar outras atividades, exceto alguns financiamentos isolados.

Os usuários do crédito rural não se alteraram. Ocorreu apenas uma migração dos produtores das linhas de créditos anteriores para o PRONAF, embora tardiamente, pois somente a partir de 2002 é que o programa consegue atingir a maioria dos atuais financiadores.

Os recursos e as operações de financiamento se concentraram no grupo “E”, composto pelos agricultores supostamente mais estruturados e que já

financiavam antes deste programa. A estruturação deste grupo não é necessariamente verdadeira, pois o que faz estes produtores se enquadrarem neste grupo é a renda bruta familiar. Porém, para as condições de produção da soja, os custos altos de produção projetam uma renda bruta elevada, que não implica necessariamente em aumento na renda líquida.

Com os custos de produção altos, muitos produtores podem estar sendo levados a se enquadrar neste grupo de renda mais elevada para usufruírem de limites de crédito mais elevado, que o monocultivo da soja exige.

Para estes agricultores, os financiamentos do PRONAF não representam significativas melhorias. A taxa de juros para este grupo é de 7,25% a.a., portanto, próxima à taxa estabelecida para os produtores capitalistas que é de 8,75% a.a. Trata-se de uma taxa de juros que é pouco significativa diante das quedas dos preços agrícolas, embora represente uma pequena vantagem para o agricultor.

O PRONAF não conseguiu ampliar o quadro de usuários do crédito rural, que se mantém direcionado para um grupo minoritário, agravado pela concentração das operações e dos valores no grupo "E", que recebe mais de 80% do total financiado. O rendeiros, os parceiros e os produtores de menor escala produtiva, continuaram sem acessar o crédito rural.

Os sojicultores não usuários do crédito rural, acabam ficando em situações piores e mais vulneráveis, pois suas dívidas são com os fornecedores, que além de cobrarem maiores juros, não oferecem a condição de prorrogação.

A manutenção da predominância das aplicações de crédito rural na produção do sistema de produção de grãos, não significa que novos rumos nos destinos dos recursos desta política pública não sejam possíveis. Com o PRONAF esta possibilidade existe, mas a mobilização local é importante, na definição das estratégias e na organização da produção e das demandas contidas na mesma. A abertura para um leque maior de produtores, com suas experiências, seu processo de resistência, podem conduzir a melhores resultados na aplicação dos recursos públicos.

O PRONAF é um espaço institucional da agricultura familiar que apresenta diretrizes organizativas que pressupõem a organização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), responsável pela condução do programa em âmbito municipal. Na ótica deste trabalho e das concepções do

programa, as ações necessariamente deveriam ser construídas em um processo de mobilização, organização e debate com os agricultores familiares e associações comunitárias, em torno de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), e, a partir daí, demandar as propostas de crédito.

Em curto espaço de tempo, é possível incluir um significativo número de produtores familiares com pequenos projetos. Os financiamentos para a produção de soja, trigo e milho, certamente continuariam, no curto período, pois o padrão estabelecido depende dos financiamentos. Porém, é possível identificar e incluir novos produtores e novos projetos, sendo os créditos na modalidade de investimento importante no sentido da melhoria da estruturação das unidades de produção.

O interesse pelo crédito rural manifestado pelos produtores nas entrevistas, desde que em condições favoráveis, podem encontrar uma resposta em algumas linhas de crédito do PRONAF, presentes nos diversos grupos e finalidades apoiadas pelo programa.

A diversificação produtiva dos agricultores tem sido útil para compensar os resultados negativos da cultura principal. Os recursos liberados para a soja poderiam estar financiando atividades diversificadas e potenciais de vários produtores que demonstraram interesse por financiamentos, mas estes produtores não têm conseguido financiar. Saliente-se que em alguns casos a necessidade de recursos de alguns produtores não atinge o valor que foi subsidiado para os maiores produtores familiares.

Ainda que este trabalho não tenha como objetivo identificar as melhores alternativas de geração de renda para os produtores e, portanto, as melhores aplicações dos recursos do crédito rural, é possível afirmar que as experiências dos produtores com a cafeicultura, hortifruticultura, avicultura, suinocultura e a produção de “subsistência” são possibilidades importantes de serem fomentadas com o crédito rural.

A cafeicultura, a hortifruticultura e a produção de subsistência que apresentam uma relativa disseminação de cultivos nos estabelecimentos familiares, inclusive dos sojicultores, são, de certa forma, uma segurança dos produtores diante das crises que têm atingido a produção mecanizada de grãos. Investimentos nestas atividades, particularmente, em desenvolvimento tecnológico e na industrialização

da produção, visando à agregação de valor, podem se constituir em opções para a diversificação dos financiamentos.

A avicultura e a suinocultura, desenvolvidas por parte dos produtores, também têm se apresentado mais adaptadas às condições da produção familiar, podendo também ser opção de financiamento, considerando que, de forma geral, estas atividades necessitam de maior volume de capital para implantar as estruturas produtivas básicas.

As possibilidades de alternativas de empreendimentos fora do âmbito das atividades tradicionais dos produtores, também são grandes.

O debate e o planejamento envolvendo os agricultores familiares e as associações comunitárias rurais do município são possíveis de serem realizados.

Porém, se a estratégia do PRONAF é continuar a manter o padrão produtivo da sojicultura, é possível que o programa não seja suficiente para viabilizar o conjunto dos sojicultores familiares com estabelecimentos de até 20 hectares, que representam 58,6% da amostra e ocupam 22,9% da área total dos estabelecimentos.

Para a produção extensiva de soja, poucos estão estruturados e em condições produtivas. Apenas um grupo pequeno de produtores com maiores áreas e com uma certa estrutura prévia em mecanização, poderia justificar uma estratégia de desenvolvimento de um grupo da produção familiar que tem por base a produção da leguminosa. Projetando a superação da presente crise na produção de grãos, estes poucos produtores responsáveis pela maior parte da produção familiar, tem condições de se consolidar em um cenário de estabilidade econômica do setor sojicultor.

Os produtores tem propostas para reprodução e desenvolvimento da sua unidade de produção familiar, que em muitos casos demandam poucos recursos.

Deve-se reconhecer os limites da política de crédito rural para fazer frente às perdas de renda dos agricultores familiares, à baixa remuneração da sua produção e à dificuldade de inserção favorável no mercado. Porém, é possível afirmar que o PRONAF, para os agricultores familiares, pode ser muito útil para fomentar outras atividades da agricultura familiar, com maior equilíbrio na participação deste público.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti. Crédito rural subsidiado. In: **Economia Agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira**. São Paulo: McGraw-Hill, 1987. p.303-311.

BRUNO, Regina A. L.; DIAS, Marcelo Mina. **As políticas públicas de crédito para os assentamentos rurais no Brasil**. (relatório de consultoria). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2004.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: **Mundo Rural e Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.324-344.

CMNP – Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. CMNP, 1975.

COSTA, Rodrigo Fernandes da. **Pequeno produtor familiar e a soja: o caso do município de Ibiporã - Paraná**. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. Campinas: Ícone/Unicamp, 1985.

EMATER – Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Projeto de manejo e conservação dos solos e controle da poluição da microbacia Abóboras**. Ibiporã: EMATER, 2001.

EMATER – Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Projeto de manejo e conservação dos solos e controle da poluição da microbacia Boa Esperança**. Ibiporã: EMATER, 2002.

EMATER – Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Projeto de manejo e conservação dos solos e controle da poluição da microbacia manancial Jacutinga**. Ibiporã: EMATER, 2003.

EMATER – Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Realidade Municipal**. Ibiporã: EMATER, 2004; 2005.

FAO/INCRA – Food Agriculture Organization/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária . **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**: relatório final do projeto UTF-BRA / 036. Brasília, 1994.

FAO/INCRA - Food Agriculture Organization/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Novo retrato da agricultura familiar – o Brasil redescoberto.. Brasília, MDA, 2000.

FERREIRA, Brancolina; SILVEIRA, Fernando G.; GARCIA, Ronaldo C. **A agricultura familiar e o PRONAF: contexto e perspectiva**. Unicamp, 2002. p. 480-539

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**. Campinas, UNICAMP, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O PRONAF – Uma avaliação preliminar. In Caderno Prudentino de Geografia, n. 22; Presidente Prudente SP, Julho de 2000 - AGB; (Agricultura, cidade e análise regional), p. 41 - 60.

GOOGLE EARTH (2006). Banco de dados constante do site [www.google.earth.com.br](http://www.google.earth.com.br)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agropecuária Municipal **Cidades @ - Ibiporã, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006**: Disponível em: <<http://www.ibge.gov.Br/cidades>>.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Identificação de gargalos tecnológicos da agricultura familiar: Subsídios e diretrizes de políticas públicas**. IPARDES, Curitiba PR, 2005.

JOFILY, José. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

LAMARCHE, Hughes (org). **A agricultura familiar**: comparação Internacional – uma realidade multiforme. Campinas: UNICAMP, 1997.

LAMARCHE, Hughes (org). **A agricultura familiar**: comparação internacional – do mito à realidade. Campinas: UNICAMP, 1998. V.2.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LOURENÇO, Marcus, Santos. Políticas públicas e desenvolvimento. In: **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável**. Petrópolis, Vozes, 2005. p. 49-53.

LUCAREVSKI, Julio Cesar. **De Jacutinga para Ibiporã**. 1993. Monografia (Especialização em História) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft**. 14. ed. São Paulo: ÁTICA / ABDR, 1998.

Banco Central do Brasil. Manual do Crédito Rural (MCR). Brasília, 2006. Com as atualizações da resolução 3375, de 19 de junho de 2006.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia. **Lua Nova**: revista de cultura e política. São Paulo, n.23, p.7–37. Mar. 1991.

MARTINS, Alfredo Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3.ed. Petrópolis, Vozes, 1986.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 2.ed. São Paulo: Lech, 1981.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: Cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000. p.150-197.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002. p.163-228.

MDA/SAF – Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria da Agricultura Familiar. **Manual do Plano Safra da Agricultura Familiar**. Brasília: MDA, 2003.

MDA/SAF – Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria da Agricultura Familiar. **Manual do Plano Safra da Agricultura Familiar**. Brasília: MDA, 2004.

MDA/SAF – Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria da Agricultura Familiar. **Manual do Plano Safra da Agricultura Familiar**. Brasília: MDA, 2006.

OGUIDO, Homero. **De migrantes a pioneiros. A saga dos japoneses no Paraná**. 2. ed. Curitiba, UFPR, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, v.2, n.21, p. 113-156, jul/dez, 2003

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A agricultura brasileira. In: ROSS, J.L.S (org). **Geografia do Brasil**. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 465-535.

PMI – Prefeitura Municipal de Ibiporã. **Roteiro geral de inspiração em Ibiporã**. Ibiporã: PMI, 1999.

PMI – Prefeitura Municipal de Ibiporã. **Roteiro geral de inspiração em Ibiporã**. Ibiporã: PMI, 2001.

SANTOS, Alvor: Agricultura familiar: in: Revista do DESER, 2003

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

SAYAD, João. **Credito rural no Brasil** – Avaliação das criticas e das propostas da reforma. São Paulo: Pioneira, 1984.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: Conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista. **estudos CEBRAP**, Petrópolis, n.26 p. 41–80, 1980.

VASCONCELOS, Marcos Antonio Saldoval. **A influencia de restrições de credito na organização da produção agrícola**. Brasília: Comissão de Financiamento da Produção – CFP, 1979. v.13

VEIGA, José Eli. Apresentação. In: PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. 5.ed. São Paulo, Brasiliense, 2000. p. III – XXIII.

VEIGA, José Eli. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. 9.ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

**ANEXO**

**MODELO DE QUESTIONÁRIO  
ADOTADO NAS ENTREVISTAS**

**U E L**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS/CCE  
PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

Projeto de pesquisa

PRODUÇÃO FAMILIAR - TERRITORIALIZAÇÃO E CRÉDITO RURAL  
Estudo de caso: “Produção familiar na região sudoeste de Ibiporã, Norte do Paraná”

**Orientadora:** Dra. Ruth Youko Tsukamoto  
**Pós-Graduando:** Geraldo Batista Martins  
**Linha de Pesquisa:** População e Desenvolvimento

**QUESTIONÁRIO**  
(Padrão para a pesquisa com os produtores)

<b>Data:</b> ___ / ___ / _____	<b>Nº do questionário:</b> _____
Entrevistado: _____	Fone: _____
Produtor responsável: _____	Idade: _____ anos

**Microbacia/lote**

<input type="checkbox"/> Abóbora-Abo	<input type="checkbox"/> Boa Esperança-BE	<input type="checkbox"/> Jacutinga-Jac
Nº do lote: _____		

**Categoria**

<input type="checkbox"/> Proprietário	<input type="checkbox"/> Arrendatário
<input type="checkbox"/> Parceiro agrícola	<input type="checkbox"/> Percenteiro/Meeiro
<input type="checkbox"/> Terras da família	<input type="checkbox"/> Empregados que produzem subsistência
Observações: _____	

Nº do questionário: \_\_\_\_\_

Produtor: \_\_\_\_\_

Sócios familiares ou terceiros: \_\_\_\_\_

Proprietário(os) \_\_\_\_\_

## 1 HISTÓRICO

Naturalidade (município/UF): \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_ Religião: \_\_\_\_\_

Descendência: ( ) Ital. ( ) Japon. ( ) Alemã ( ) Portug. ( ) Espan ( ) Outras \_\_\_\_\_

### Percurso de vida - do nascimento à atualidade

Data (anos)	Idade(em anos)	Local			Profissão/ocupação (categoria)	Área (alq) de cultivo	Atividades (exploraç.)	Motivo da saída do(a) local (atividade)
		Cidade/UF	ZU	ZR				
	___ a ___							
	___ a ___							
	___ a ___							

Observações: \_\_\_\_\_

### Cultivos comerciais (explorações) ocorridas mais marcantes

Período em idade (de ___ a ___ anos)	Atividades (culturas)	Categoria	Tecnologias e investimentos, necessários ou característicos da atividade

Observações: \_\_\_\_\_

## 3. FAMÍLIA E TRABALHO

Composição familiar (Pessoas que moram ou trabalham no imóvel e filhos que saíram)

Nome	Parentesco com	Idade	Sexo	Est. Civil	Local de moradia	Ocupação/atividade	Situação escolar <sup>1</sup>										
							NA	PC	PI	FC	FI	MC	MI	SC	SI		

1. NA: Não alfabetizado PC: Primário (1ª. a 4ª. série) completo; PI: Primário incompleto; FC: Fundamental (8ª. série) completo; FI: Fundamental incompleto; MC: Médio completo; MI: Médio incompleto; SC: Superior completo; SI: Superior incompleto

**Trabalho da família**

Família participa das decisões? ( ) sim ( ) não. De quais decisões? \_\_\_\_\_

Funções de trabalho na família e tempo de dedicação na agricultura (integral, meio período, eventual, raramente):

Cônjuge: \_\_\_\_\_ Dedicção na agricultura: \_\_\_\_\_

Filho: \_\_\_\_\_ Dedicção na agricultura: \_\_\_\_\_

Filha: \_\_\_\_\_ Dedicção na agricultura: \_\_\_\_\_

Outros(a)s: \_\_\_\_\_ Dedicção na agricultura: \_\_\_\_\_

Observações: \_\_\_\_\_

**Jornada de trabalho:**

- Períodos normais: De \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ das \_\_\_\_\_ às \_\_\_\_\_ horas.

- Meses de mais trabalho: \_\_\_\_\_ Meses de menos trabalho: \_\_\_\_\_

- Observações: \_\_\_\_\_

**Serviços contratados**

- Tem empregado fixo: ( ) sim ( ) não. Quantos \_\_\_\_\_

- Diárias contratadas/ano? ( ) 0 ( ) 1-10 ( ) 11-40 ( ) 41-150 ( ) 151-500 ( ) superior

- Tem assistência técnica? ( ) sim ( ) não. Quem fornece? \_\_\_\_\_ Qual a freqüência? \_\_\_\_\_

- Em que casos recorre à Assistência técnica: \_\_\_\_\_

- Observações: \_\_\_\_\_

**4. CONDIÇÃO SOCIAL E DE VIDA****Ação do estado na comunidade**

Instituição: \_\_\_\_\_ Ações \_\_\_\_\_ freqüência \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Ações \_\_\_\_\_ freqüência \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Ações \_\_\_\_\_ freqüência \_\_\_\_\_

Três principais infraestruturas ou serviços públicos necessários na comunidade  
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

**Bem estar**

Problemas de doenças na família. Quais? \_\_\_\_\_

Habitação: ( ) Excelente ( ) boa ( ) regular ( ) ruim. Por que? \_\_\_\_\_

Alimentação: ( ) Excelente ( ) boa ( ) média ( ) ruim. Por que? \_\_\_\_\_

Está satisfeito com a profissão? ( ) sim ( ) não. Por que? \_\_\_\_\_

Principais dificuldades da profissão? \_\_\_\_\_

Preferiria estar de empregado na cidade? ( ) sim ( ) não. Por que? \_\_\_\_\_

Relacionamento familiar ( ) Excelente ( ) bom ( ) regular ( ) ruim. Por que? \_\_\_\_\_

Renda familiar bruta: \_\_\_\_\_ Renda líquida: \_\_\_\_\_

Como considera a condição de vida? ( ) Excelente ( ) Boa ( ) Regular ( ) ruim. Por que? \_\_\_\_\_

**Relações sociais**

Pertence a

( ) Sindic.patronal ( ) Sind.Trab. ( ) Assoc.comunitár. ( ) Partido ( ) Cooperativa

( ) Grupo igreja/oração ( ) Grupo lazer/equipe ( ) Outros. Quais \_\_\_\_\_

Experiências organizativas que participou:

( ) Cooper. ( ) Assoc. ( ) Mutirão ( ) Troca dias/serviço ( ) Roças comun.

( ) Socied. Máquinas/equipamen ( ) Outras( )quais: \_\_\_\_\_

Exerce(u) algum cargo/função/direção/liderança? Qual(is)?: \_\_\_\_\_

Quais as dificuldades para organização da comunidade? \_\_\_\_\_

## 5. POSIÇÃO AGRÍCOLA / FUNDIÁRIA

### 5.1. Os proprietários

As propriedades

- Quantas propriedades? \_\_\_ Área total: \_\_ em \_\_. Desde quando? \_\_\_\_. Cultiva todos? ( ) sim ( ) não  
 - Forma de aquisição: ( ) herança ( ) compra ( ) outros \_\_\_\_\_ Ano da aquisição? \_\_\_\_\_

A produção em terras próprias

Cultiva toda a propriedade ( ) Parte da(s) propriedades ( ) \_\_\_\_ alq.  
 Cede em arrendamento: ( ) nada ( ) toda área ( ) Parte da área \_\_\_\_ alq. Cultura: \_\_\_\_\_  
 Cultiva outras áreas da família ( ) sim ( ) não. Quantos alqueires: \_\_\_\_\_  
 Paga renda ( ) sim ( ) não. Quanto de renda? \_\_\_\_\_  
 Observações: \_\_\_\_\_

Arrendamento de outras terras

Cultiva imóveis de terceiros? ( ) sim ( ) não. Quantos? \_\_\_\_ Área total:: \_\_\_\_ alq.  
 Tipo de contrato/vínculo: \_\_\_\_\_. Valor/taxa pago: \_\_\_\_\_  
 Tempo de contrato: \_\_\_\_\_ Tem estabilidade ( ) sim ( ) não.  
 Observações: \_\_\_\_\_

Produção/gestão das explorações

Cultivos individuais (família): \_\_\_\_ alq. Culturas: \_\_\_\_\_  
 Sociedades: \_\_\_\_\_  
 Com pais/irmãos/parentes/herdeiros: \_\_\_\_ alq. Os parceiros: \_\_\_\_\_  
 Com terceiros: \_\_\_\_ alq. Quantos parceiros: \_\_\_\_\_  
 Observações: \_\_\_\_\_

### 5.2. Os arrendatários

Contrato: ( ) formal ( ) informal. Tempo de contrato: \_\_\_\_\_ Tem estabilidade ( ) sim ( ) não

A produção em terras arrendadas

Desde quando? \_\_\_\_\_. Em quantas propriedades? \_\_\_\_\_. Área total das propriedades: \_\_ alq.  
 Parte arrendada: ( ) Toda a propriedade ( ) Parte da(s) propriedades \_\_\_\_ alq.  
 Cultiva áreas da família ( ) sim ( ) não. Paga renda ( ) sim ( ) não. Quanto de renda? \_\_\_\_\_  
 Observações: \_\_\_\_\_

O pagamento da renda da terra: Valor total: \_\_\_\_\_  
 Cultura: \_\_\_\_\_ Área: \_\_\_\_\_ Valores/taxas \_\_\_\_\_  
 Cultura: \_\_\_\_\_ Área: \_\_\_\_\_ Valores/taxas \_\_\_\_\_  
 Cultura: \_\_\_\_\_ Área: \_\_\_\_\_ Valores/taxas \_\_\_\_\_

Produção/gestão das explorações

Cultivos individuais (família): \_\_\_\_ alq. Culturas: \_\_\_\_\_  
 Sociedades: Culturas: \_\_\_\_\_  
 Com pais/irmãos/parentes/herdeiros: \_\_\_\_ alq. Os parceiros: \_\_\_\_\_  
 Com terceiros: \_\_\_\_ alq. Quantos parceiros: \_\_\_\_\_  
 Observações: \_\_\_\_\_

**5.3. Os parceiros/percenteiros/meeiro....**

Acordos/contrato para produzir

Legalidade/moralidade: ( ) formal ( ) informal. Há quanto tempo: \_\_\_\_\_

Até quando: \_\_\_\_\_ Tem estabilidade ( ) sim ( ) não

A produção

Desde quando nestas propriedade:\_\_\_\_\_. Quantas propriedades?\_\_\_\_\_.Área total: \_\_\_ alq.

Parte cultivada: Toda a propriedade ( ) Parte da(s) propriedades \_\_\_ alq.

Cultiva áreas da família ( ) sim ( ) não. Paga renda ( ) sim ( ) não. Quantos alqueires: \_\_\_ Paga arrendamento? \_\_\_\_\_. Quanto de renda: \_\_\_\_\_

Observações: \_\_\_\_\_

O pagamento da renda da terra:

Cultura: \_\_\_\_\_ Área: \_\_\_\_\_ Valores/taxas \_\_\_\_\_

Cultura: \_\_\_\_\_ Área: \_\_\_\_\_ Valores/taxas \_\_\_\_\_

Produção/gestão das explorações

Cultivos individuais: Com quem da família \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

Área: \_\_\_\_\_ alq. Culturas: \_\_\_\_\_

Sociedades (parceiros): \_\_\_\_\_

Com pais/irmãos/parentes/herdeiros: \_\_\_ alq. Os parceiros: \_\_\_\_\_

Com terceiros: \_\_\_ alq. Quantos parceiros: \_\_\_\_\_

Observações: \_\_\_\_\_

**5.4. Os que cultivam em terras da família**

Acordos/contrato para produzir

Tipo de vínculo/contrato: ( ) formal ( ) informal. Há quanto tempo: \_\_\_\_\_

Até quando: \_\_\_\_\_ Tem estabilidade ( ) sim ( ) não. Obs. \_\_\_\_\_

Taxas/exigências: \_\_\_\_\_

Propriedade(s) original(ais) e atuais

Quantas propriedades originais?\_\_\_\_\_. Área total \_\_\_\_\_ alq.

A(s) propriedade(s) foi dividida? ( ) sim ( ) não. Desde quando? \_\_\_\_\_.

Quantos filhos/herdeiros cultivam?: \_\_\_\_\_

A produção

Em quantas propriedades?\_\_\_\_\_. Área total das propriedades: \_\_\_\_\_ alq.

Em área própria: \_\_\_ alq. Em áreas da família: \_\_\_ alq. Em áreas de terceiros: \_\_\_ alq.

Parte cultivada: ( ) Toda a propriedade ( ) Parte da(s) propriedade(s) \_\_\_\_\_ alq.

Observações: \_\_\_\_\_

O pagamento da renda da terra:

Cultura: \_\_\_\_\_ Área: \_\_\_\_\_ Valores/taxas \_\_\_\_\_

Cultura: \_\_\_\_\_ Área: \_\_\_\_\_ Valores/taxas \_\_\_\_\_

Produção/gestão das explorações

- Total de herdeiros\_\_\_\_\_. Quantos herdeiros cultivam \_\_\_\_\_ Área total da família \_\_\_ alq.

- Área própria: \_\_\_ alq. Forma de aquisição: ( ) herança ( ) compra. Áreas da família: \_\_\_ alq.

- Cultiva toda a área da família ( ) sim ( ) não. Quanto? \_\_\_\_\_ alq.

- Gestão das produções

Cultivos individuais: Com quem da família \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

Área: \_\_\_\_\_ alq. Culturas: \_\_\_\_\_

Sociedades:: \_\_\_\_\_

Com pais/irmãos/parentes/herdeiros: \_\_\_ alq.

Com terceiros: \_\_\_ alq. Quantos parceiros: \_\_\_\_\_

## 6. USO DO SOLO, PRODUÇÃO E RECEITAS

### Condições naturais para produção

A terra p/produção é?: ( ) Excelente ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim. Por que? \_\_\_\_\_

Quais as dificuldades naturais e suas áreas: \_\_\_\_\_

Faz conservação do solo? ( ) sim ( ) não. Quais práticas? \_\_\_\_\_

### Uso do solo, produção vegetal comercial e receitas

Especificação	Lavouras	Pastagens	Mata ciliar	Reserva	Outras	....	Total
Área (alq)							

### Grandes culturas

	Soja	Trigo	Milho	Café			
Área cultivo (alq)							
Produtividade (alq)							
Produção total							
Valor unitário							
Valor total							
Custo por alqueire							
Custo total							
Renda líquida							

### Produção de soja/trigo/milho:

Estrutura para produção e comercialização:

- Serviços que faz com máquinas e equipamentos próprios: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- Serviços contratados \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### Produção comercial de olerícolas

Espécies	M <sup>2</sup>	Produção	Vlr.Unit médio	Vlr.Total	Observações
<b>Total</b>					

### Produção animal (anual)

Criações	Cab.	Qtde. produzida	Qtde. vendida	Qtde. consumida	Receita	Custos
Bovinos						
Suínos						
Aves (galinhas)						

Produção de subsistência

Culturas	Sistema produção (isolado, consórcio, intercalar, disperso...)	Área (alq)	Produção consumida	Produção vendida	Receitas	Insumos comprados
Arroz						
Feijão						
Milho						
Amendoim						
Mandioca						
Horta						
Frutas						

Outras receitas familiares diversas

Prestação de serviços com trator: Horas por ano: \_\_\_\_\_ Valor bruto total: \_\_\_\_\_

Prestação de serviço manual (diarista): \_\_\_\_\_ diárias por ano.

Empregos fora: Quantos salários por mês: R\$ .....,00 por mês

Pensão/aposentadoria: R\$ .....,00 por mês

Arrendamento, aluguel de imóveis,.....: R\$ .....,00 por mês

Observações: \_\_\_\_\_

Capital

Máq/Equip. Motorizados	Idade	Máq/Equip. Tr.animal	Tem	Benfeitorias produtivas	Tem	Bens não produtivos	Tem
Trator		Carrinh/charret		Chiqueiro		Carro	
Arado		Plant tr. Animal		Galinheiro		Moto	
Grade aradora		Arado Tr. A		Curral		Antena parabólica	
Grade niveladora		Grade Tr. A		Mangueira		Computador	
Pl.plantio direto		Cultivador Tr.A		Tulha		Geladeira	
Pl.convencional		Trilhadeira		Paíol		Televisão	
Pulverizador		Triturador		Galpão		Freezer	
Roçadeira		Motosserra		Barracão		Bicicleta	
Batedor cereais		Sist. Irrigação		Silo p/grão-cere		Aparelho de som	
Carreta agrícola				Silo p/forragens		Forno microondas	
				Terreirão		Forno de alvenaria	
				Açud/tanqu/repres		Ar condicionado	
				Secador		Telefone celular	
				Cercas/piquetes		Lavadoura de roupas	

## 7. CRÉDITO

### 7.1. Custeios com crédito rural

#### Até a safra 2001/2002

- O 1º. financiamento:                      Ano de : \_\_\_\_\_ Cultura de : \_\_\_\_\_  
 Períodos que financiou soja: \_\_\_\_\_  
 Períodos que financiou trigo: \_\_\_\_\_  
 Períodos que financiou milho: \_\_\_\_\_  
 Períodos que financiou Café: \_\_\_\_\_  
 Períodos que financiou Algodão: \_\_\_\_\_  
 Períodos que financiou.....: \_\_\_\_\_  
 Períodos que financiou.....: \_\_\_\_\_  
 Observações: \_\_\_\_\_

#### Nas três últimas safras de verão e inverno:

- Safras 04/05:                      (até o cultivo de trigo de 2005)  
 - Financiamentos com crédito rural: ( ) fez financiamento      ( ) não fez financiamento  
 - Culturas: ( ) Soja              ( ) Trigo      ( ) Milho      ( ) Outras. Qual? \_\_\_\_\_  
 - Linha de crédito: ( ) PRONAF      ( ) Crédito rural tradicional      ( ) Outros c/txs. maiores  
 - Área financiada: \_\_\_\_\_ alq;      Área cultivada: \_\_\_\_\_ alq.

- Safras 03/04:                      (até o cultivo de trigo de 2004 - ano passado)  
 - Financiamentos com crédito rural: ( ) fez financiamento      ( ) não fez financiamento  
 - Culturas: ( ) Soja              ( ) Trigo      ( ) Milho      ( ) Outras. Qual? \_\_\_\_\_  
 - Linha de crédito: ( ) PRONAF      ( ) Crédito rural tradicional      ( ) Outros c/txs. maiores  
 - Área financiada: \_\_\_\_\_ alq;      Área cultivada: \_\_\_\_\_ alq.

- Safras 02/03:                      (até o cultivo de trigo de 2003 – ano retrasado)  
 - Financiamentos com crédito rural: ( ) fez financiamento      ( ) não fez financiamento  
 - Culturas: ( ) Soja              ( ) Trigo      ( ) Milho      ( ) Outras. Qual? \_\_\_\_\_  
 - Linha de crédito: ( ) PRONAF      ( ) Crédito rural tradicional      ( ) Outros c/txs. maiores  
 - Área financiada: \_\_\_\_\_ alq;      Área cultivada: \_\_\_\_\_ alq.

#### Financiamento da atual safra de verão 05/06

- Culturas: ( ) Soja      ( ) Milho              ( ) Outras. Qual? \_\_\_\_\_  
 - Linha de crédito: ( ) PRONAF      ( ) Crédito rural tradicional      ( ) Outros c/txs. maiores  
 - Área financiada: \_\_\_\_\_ alq;      Área cultivada: \_\_\_\_\_ alq.  
 - Dificuldades p/contratar? ( ) sim ( ) não.      Quais dificultd.? \_\_\_\_\_  
 - Garantias que o banco aceita ou exige: \_\_\_\_\_  
 - Tem seguro agrícola: ( ) sim ( ) não.      Por que? \_\_\_\_\_  
 - Quais as despesas para financiar e o valor? \_\_\_\_\_  
 - O que faria sem créd.rural? ( ) Usaria rec.própr      ( ) Usaria crédit.comérc      ( ) Não produziria  
 ( ) Mudaria a produção p/\_\_\_\_\_      ( ) Outras opções. Quais \_\_\_\_\_  
 - Precisa de financiamentos para outras explorações (animais e/ou vegetais)? ( ) sim ( ) não  
 - Para quais explorações? \_\_\_\_\_

#### *Para quem não usa o financiamento rural para o custeio*

Tem interesse em financiar o custeio? ( ) Sim ( ) Não

*Por que não faz financiamento rural?* \_\_\_\_\_

Poderia melhorar a produção com financiamento: ( ) sim ( ) não. Por que? \_\_\_\_\_

Como custeia a produção? \_\_\_\_\_

## 7.2. Investimentos com crédito rural

### Financiamentos (operações) de investimentos realizados

Ano	Investimentos	Linhas de crédito utilizadas

Garantias que o banco aceita ou exige: \_\_\_\_\_

Teve ou está tendo problemas com financiamento: ( ) sim ( ) Não. Quais \_\_\_\_\_

Teria conseguido investir sem o financiamento? ( ) sim ( ) não. Por que? \_\_\_\_\_

Que investimentos atualmente seriam bons para melhorar a produção?  
\_\_\_\_\_

### Para quem nunca fez financiamento de investimentos com crédito rural

Tem interesse em financiar investimentos? ( ) Sim ( ) Não

Por que não faz financiamento rural? \_\_\_\_\_

Poderia melhorar a produção com financiamento: ( ) sim ( ) não. Por que? \_\_\_\_\_

Que investimentos atualmente seriam bons para melhorar a produção?  
\_\_\_\_\_

## 7.3. Outros financiamentos/apoios

### Comercialização com crédito rural: Conhece financiamentos para comercialização? \_\_\_\_\_

Faz ou já fez uso: ( ) sim ( ) não. Quais linhas/fontes? \_\_\_\_\_

### Diretamente com fornecedores Faz uso: ( ) sim ( ) não.

### Financiamentos/apoios de programas estaduais

Apoios ou financiamentos de programas estaduais: ( ) Sim ( ) Não. O que? \_\_\_\_\_

Já contou com quais apoios estaduais?

( ) Panela cheia (programa equivalência produto). Condições/taxas: \_\_\_\_\_

( ) Apoio para correção do solo (calcáreo). Condições/taxas: \_\_\_\_\_

( ) Apoio em manejo e conservação do solo (microbacias). Condições/taxas: \_\_\_\_\_

( ) Mudanças de café ou palmito. Condições/taxas: \_\_\_\_\_

( ) Outros apoios. Quais? \_\_\_\_\_ Condições/taxas: \_\_\_\_\_

Comentários sobre os apoios estaduais: \_\_\_\_\_

### Financiamentos/apoios de programas municipais

Já teve apoios diretos/indiretos de progr.municipais: ( ) Sim ( ) Não. Quais? \_\_\_\_\_

Comentários sobre os apoios municipais: \_\_\_\_\_

#### 7.4. Sobre o PRONAF

Já viu falar do PRONAF ( ) sim ( ) não. Como ficou sabendo do PRONAF.

( ) Em uma reunião ( ) Em um papel que recebi ( ) Em contatos com técnicos ( ) Li no jornal  
( ) Anúncios do governo federal em rádio/televisão ( ) Pelo sindicato dos trabalhadores rurais

Em qual grupo se enquadra: ( ) "A" ( ) "B" ( ) "C" ( ) "D" ( ) "E" ( ) não sabe

Em relação ao PRONAF já ouviu falar sobre?

( ) Pronaf custeio ( ) Pronafinho ( ) Microcrédito rural ( ) Pronaf investimento  
( ) Pronaf Jovem ( ) Pronaf Mulher ( ) Pronaf Florestal ( ) Pronaf  
Agroecologia ( ) Pronaf Biodiesel ( ) Pronaf Agregar ( ) Pronaf Obras hídricas  
( ) Carnês para pagamentos ( ) Seguro da agricultura familiar

O valor máximo do custeio é insuficiente ( ) sim ( ) não

Se não usa o PRONAF: Por que não usa? \_\_\_\_\_

Comentários sobre o PRONAF: \_\_\_\_\_

#### 7.5. Questões sobre o pagamento de financiamentos

- Está em dia com o pagamento de financiamentos? ( ) sim ( ) não

- Quantas vezes não conseguiu pagar em dia os financiamentos? \_\_\_\_\_

- Operações que já realizou:

( ) Prolongamento de dívidas ( ) Securitização ( ) Outras. Quais? \_\_\_\_\_

- Já precisou se desfazer de algum bem para pagar financiamentos: \_\_\_\_\_

Quais situações \_\_\_\_\_

#### 7.6. Questões gerais sobre o crédito rural

Tem experiências negativas com financiamentos / crédito rural / ou na praça? \_\_\_\_\_

Quais experiências: \_\_\_\_\_

Avaliação geral do crédito rural (importância, condições, dificuldades,...): \_\_\_\_\_

Tendo recursos próprios ainda assim buscaria financiamento? ( ) Sim ( ) Não

Por que \_\_\_\_\_

Tendo recursos próprios aplicaria? ( ) Na agricultura ( ) Em outros setores?

Por que? \_\_\_\_\_

O crédito rural é importante ( ) sim ( ) não. Por que? \_\_\_\_\_

Provavelmente como será a sucessão/continuidade do sítio? \_\_\_\_\_